**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

A influência do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ) na descentralização da gestão hídrica brasileira – avaliação quantitativa da participação da sociedade civil de 1993-2003

Alessandra Morgado

**Dissertação apresentada para obtenção do
título de Mestre em Ecologia Aplicada**

**Piracicaba
2008**

Alessandra Morgado
jornalista

A influência do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios
Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ) na descentralização da
gestão hídrica brasileira – avaliação quantitativa da participação da
sociedade civil de 1993-2003

Orientador:
Prof. Dr. **MARCOS VINÍCIUS
FOLEGATTI**

**Dissertação apresentada para obtenção do
título de Mestre em Ecologia Aplicada**

Piracicaba
2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - ESALQ/USP

Morgado, Alessandra

A influência do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ) na descentralização da gestão hídrica brasileira – avaliação quantitativa da participação da sociedade civil de 1993-2003 / Alessandra Morgado. - - Piracicaba, 2008.

154 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2008.
Bibliografia.

1. Água – Uso – Taxas 2. Água para irrigação 3. Bacia hidrográfica 4. Mananciais 5. Políticas públicas 6. Recursos Hídricos I. Título

CDD 551.483

“Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor”

Dedicatória

Ao meu amado filho Vítor, por entender minha ausência;

À minha família (Alda, Juliana, Kelly, Alexandre, Luciano) que apoiou todos os estágios e a meu pai, Mauro Morgado, que soube me passar o valor da água e do homem de bem;

Ao companheiro Guilherme Pires D'Ávila de Almeida pelos questionamentos, o carinho, os cafés à meia-noite e a ajuda nos meus momentos de ignorância;

Aos amigos, especialmente Dinéia Sartori, Flávia Renata e Simone Cândido, que mesmo sem entender esse negócio de recursos hídricos escutaram minhas idéias e meus lamentos.

Aos colegas do Jornal de Piracicaba;

Ao meu corajoso orientador que não viu dificuldades na comunicação entre uma jornalista e um engenheiro agrônomo e apostou na minha idéia. Aos professores Plínio Barbosa de Camargo (CENA) e Pedro Roberto Jacobi (PROCAM) pelas suas ricas contribuições;

Às pessoas, como Léo do DAEE, que não mediram esforços para me ajudar nessa empreitada;

De coração, agradeço a todos

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	9
1 INTRODUÇÃO	11
2 DESENVOLVIMENTO	19
2.1 Importância da região	19
2.2 Uso e ocupação do solo	22
2.3 Importância econômica das bacias PCJ	23
2.4 Disponibilidade Hídrica	24
2.5 Origens da exploração ambiental na bacia	28
2.6 Implantação do Sistema Cantareira	31
2.7 Movimento Ambientalista (passado e presente)	40
2.8 Nascimento Consórcio	47
2.9 Comitê dos rios Piracicaba-Capivari – criação, estrutura e missão	51
2.10 Gestão de Recursos Hídricos no Brasil	53
2.11 Avanços do CBH-PCJ – a Gestão Compartilhada do Sistema Cantareira e a cobrança pela água	61
2.12 Cobrança pelo uso da Água – Experiência de sucesso	69
2.13 Descentralização e participação da sociedade civil	73
2.14 RESULTADOS	85
2.14.1 Gestão do CBH-PCJ 93/95	85
2.14.2 Gestão do CBH-PCJ 95/97	86
2.14.3 Gestão do CBH-PCJ 97/99	88
2.14.4 Gestão do CBH-PCJ 99/01	90
2.14.5 Gestão do CBH-PCJ 01/03	93
2.14.6 Considerações sobre a participação de cinco sindicatos rurais	97
2.14.7 DISCUSSÃO	99
3 CONCLUSÕES	105
REFERÊNCIAS	107
ANEXOS	111

RESUMO

A influência do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ) na descentralização da gestão hídrica brasileira – avaliação quantitativa da participação da sociedade civil de 1993-2003

A bacia hidrográfica que compreende o Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ) está localizada numa região estratégica do ponto de vista econômico e político, concentrando 4,5 milhões de habitantes e 8% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, além de ser um pólo de pesquisas que reúne universidades estaduais e institutos de pesquisa. Trata-se de uma região altamente desenvolvida com zonas de adensamento populacional, como a região de Campinas, que tem 1 milhão de habitantes e, conseqüentemente, com alta taxa de degradação ambiental. Ao mesmo tempo, a região apresenta uma disponibilidade hídrica muito baixa, de $385 \text{ m}^3 \text{ ha}^{-1} \text{ ano}^{-1}$, volume que equivale à disponibilidade de países semi-áridos da África, resultando em conflitos pela água na região. Essas características fazem do CBH-PCJ um colegiado modelo no Estado e no país. Esse trabalho teve por objetivo traçar um histórico do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ), desde sua fundação, ocorrida em 1993, até a renovação da outorga do Sistema Cantareira em agosto de 2004. O CBH-PCJ é um colegiado formado por representantes dos governos estadual e municipal, além da sociedade civil (organizações não-governamentais), que tem por finalidade gerir as questões ligadas aos recursos hídricos no âmbito da bacia. O estudo avaliou quantitativamente a participação da sociedade civil nas reuniões plenárias do comitê ao longo de dez anos (1993-2003), por meio das listas de presença das reuniões ordinárias e extraordinárias, relacionando a participação à pauta da reunião. O resultado contrariou a hipótese inicial de baixa participação da sociedade civil em relação aos outros setores do colegiado, representados por municípios e órgãos estaduais. O índice de participação da sociedade civil nas primeiras cinco gestões do colegiado teve mínimas de 56,4%, mas manteve entre 70% e 80% presença nas reuniões. Foram selecionados para análise os dez primeiros anos de funcionamento do colegiado no âmbito do Estado de São Paulo, o que compreende de 1993 até 2003, sendo que neste período o colegiado atuava no âmbito estadual. O trabalho também relacionou a opinião de três sindicatos rurais da região do CBH-PCJ, integrantes da Câmara Técnica Rural, sobre a participação no colegiado. O setor considera a participação desses sindicatos importante no sentido de garantir a representação dos agricultores e os interesses da classe. Esse setor foi escolhido porque é responsável por parte considerável do consumo de água dos mananciais para fins de irrigação de culturas.

Palavras-chave: Comitê de bacias; Recursos hídricos; Água; Cobrança pelo uso da água; Políticas públicas

ABSTRACT

The influence of the Committee of Hydrographic Basins of Piracicaba, Capivari e Jundiaí rivers (CBH-PCJ) on decentralization of Brazilian hydric management – quantitative evaluation of participation of civil society between 1993 and 2003

The water basin which understands the Piracicaba, Capivari and Jundiaí rivers and basin Committee (CBH-PCJ) is located over a strategic region concerning political and economical view. This region concentrates 4,5 million inhabitants and 8% of Brazilian production, besides its a centre where state universities and institutes base their researches. This is highly developed region in São Paulo State with population gathering zones as Campinas and its surroundings whose 1 million inhabitants cause great environment degradation. This region presents also low hydric availability ($385 \text{ m}^3 \text{ ha}^{-1} \text{ year}^{-1}$) that is similar to some African countries, which leads to conflict for water use and supply. Such characteristics turn CBH-PCJ into a model for São Paulo and Brazil. This work aims to draw a historical view of Piracicaba, Capivari and Jundiaí Basins Committee, from its establishment in 1993 to the reassignment of Cantareira Systems concession in 2004. CBH-PCJ is formed by State and cities governments and the civil society, and has the purpose of managing problems related to water sources in these above referred rivers. This study evaluated civil society participation in the Committee PCJ meetings for ten years – from 1993 to 2003 – throughout presence lists relating meeting topics of frequency. The results went against the initial hypothesis of low civil participation in relation to the other State and cities representatives. Civil Society participation rates lowered to a 56,4% in the first mandates, but sustained in average of 70% to 80% of presence in the meetings. The ten first years of works (1993-2003) when the Committee actions were taken on the State ambit were selected for this analysis. This essay also relates the opinion of three local rural syndicates, integrals of Rural Technical Council. These syndicates participation is considered to be important to assure agricultors participation and matters as they are responsible for considerable water consumption for irrigation their crops.

Keywords: Basins committee; Water sources; Water; Water supply charges; Politics

A influência do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ) na descentralização da gestão hídrica brasileira – avaliação quantitativa da participação da sociedade civil de 1993-2003

INTRODUÇÃO

A água é um recurso essencial à vida humana sobre a Terra, assim como o ar, a energia e os alimentos. Apesar de sua importância, esse recurso renovável, mas não inesgotável, vem sofrendo ao longo da história sensíveis alterações de quantidade e qualidade provocadas principalmente pela ação antrópica, o que vem gerando crises localizadas de desabastecimento de água, inclusive em países com disponibilidade hídrica consideravelmente alta, como o Brasil. O crescimento da população mundial versus a disponibilidade do recurso acena para uma crise iminente e para conseqüentes conflitos pelo uso da água, o que em escala internacional ou estadual já vem ocorrendo em algumas localidades do mundo. O então vice-presidente do Banco Mundial, Ismaili Serageldin, dizia que as guerras do século 20 foram pelo domínio do petróleo, as do século 21 serão por água potável. Boff (2004) registrava a existência de 50 conflitos no mundo por causa da falta de água, sendo que 40% da população do planeta sobrevive junto a 250 bacias fluviais. A bacia do Tigre e do Eufrates é o centro de disputa entre Turquia, Síria e Iraque; a bacia do rio Jordão, entre a Síria, Palestina, Israel, Jordânia e Líbano; e a bacia do Ganges e do Indo entre Bangladesh, Índia e Paquistão. Segundo relatório do Banco Mundial de 1994¹, os conflitos entre países usuários de uma mesma bacia, que reúnem aproximadamente 40% da população mundial, costumam ser resolvidos por meio de tratados internacionais.

O International Water Resources Association (IWRA) estima que entre 8 e 11 milhões de pessoas morram anualmente por causa de problemas relacionados ao controle da qualidade (doenças provenientes de contaminação) ou da quantidade de água (inundações ou secas).

⁽¹⁾ BANCO MUNDIAL, La ordenación de los recursos hídricos. 1994

Da quantidade de água existente na Terra (1.370 milhões de quilômetros cúbicos), 97,2% são de água salgada; a neve e o gelo correspondem a 2,1% do total, e apenas 0,6% do total é de água doce. A água doce, propriamente dita, tem reservas estimadas em 8,2 milhões de km^3 , sendo que 1,2% (98.400 km^3) se apresenta na forma de rios e lagos e o restante (98,8%) constituem-se de águas subterrâneas ou aquíferos, que nem sempre estão disponíveis ao consumo humano devido à profundidade das reservas, sendo algumas a 800 metros de profundidade. Contudo, trata-se de recurso de alta qualidade devido ao resultado de processo de filtração do solo e reações biogeoquímicas no subsolo. As maiores reservas continentais de água superficial estão na Ásia, América do Norte e América do Sul, especialmente no Brasil (SETTI, 1994 apud BORSOI; TORRES, 1998). Contudo, a mesma turbulência internacional vivida nessas bacias intercontinentais ocorre em diferentes graus no Brasil, país que concentra $428,9 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$, ou seja, 53% do potencial hídrico da América do Sul.

1.1 Quantidade versus qualidade

A problemática dos recursos hídricos no Brasil tem relação direta com o volume regional disponível de água. Estima-se que 70% dos recursos hídricos estejam concentrados na região Norte, 15% no Centro-Oeste, 12% para as regiões Sul e Sudeste, que paradoxalmente concentram maior população e, conseqüentemente, maior consumo de água, e, finalmente, 3% da água está no Nordeste, região historicamente carente do recurso, que tem sua situação agravada com um regime pluviométrico irregular e pelo solo de baixa permeabilidade (terreno cristalino), o que dificulta a reserva de água. A escassez brasileira relaciona duas causas específicas: baixa disponibilidade, no caso nordestino, e altas densidades demográficas aliadas à indisponibilidade e à baixa quantidade no Sul e Sudeste.

1.2 Crise hídrica nas bacias PCJ

Especificamente na região que será objeto deste estudo - as bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - a disponibilidade hídrica do território de 15.303 km^2 é de $385 \text{ m}^3 \text{ ha}^{-1} \text{ ano}^{-1}$ (SÃO PAULO, 2002), o que coloca a região nos mesmos patamares de países semi-áridos africanos. A ONU (Organização das Nações Unidas) considera crítico o índice de $1.500 \text{ m}^3 \text{ ha}^{-1} \text{ ano}^{-1}$. Além disso, a região fornece até $31 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$ para abastecer 50% da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) pelo chamado Sistema Cantareira, uma obra de reversão de

água construída entre as décadas de 60 e 70, e até hoje, o principal produtor de água para abastecimento público da RMSP. (SHS CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA S/A LTDA., 2006).

A área do PCJ está localizada em sua maior parte no Estado de São Paulo e com uma pequena parcela em Minas Gerais, sendo caracterizada por alta concentração populacional e elevado grau de industrialização e consumo de água para os diversos usos – doméstico, industrial e rural. Soma-se a isso a indisponibilidade de parte desta água devido às altas taxas de poluição, ocasionadas por uma política desenvolvimentista adotada no início do século passado que consolidou a região como um forte pólo econômico, mas de bases insustentáveis no que diz respeito ao suporte ambiental.

A situação hídrica da região fez com que o governo do São Paulo decretasse em 1985 as bacias PCJ como prioritárias para estudos e investimentos, como forma de gerar conhecimento e técnicas que pudessem ser aplicados no restante do Estado. Nesse contexto histórico, ambiental e social é que foi criado o primeiro comitê de bacias do Estado, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ). O colegiado escolhido como objeto de estudo é considerado modelo por técnicos da área e pela ANA (Agência Nacional de Águas).

1.3 Objetivos

O trabalho pretendeu demonstrar a trajetória e a influência histórica do CBH-PCJ desde sua fundação, em 1993, até a renovação de outorga do Sistema Cantareira, em agosto de 2004, na implantação da gestão hídrica estadual e federal por meio do estudo do histórico da região.

O estudo também avaliou quantitativamente a participação da sociedade civil nas reuniões plenárias (deliberativas) do comitê ao longo de dez anos, o que está previsto nas políticas estadual e nacional de recursos hídricos. Essa participação de representantes dos usuários civis de água, como universidades, ONGs (Organizações Não-Governamentais), sindicatos e outras entidades é uma das inovações das leis de gestão das águas, inspiradas no modelo francês de gestão e adaptadas para a realidade regional.

1.4 Hipótese

O trabalho deve demonstrar pela trajetória histórica do CBH-PCJ a influência do mesmo na discussão e implantação dos instrumentos de gestão hídrica previstos nas políticas públicas

estadual e federal. Por trata-se de um colegiado considerado modelo, é natural que a implantação da gestão na região sirva de modelo para outros comitês.

A pergunta a que esta pesquisa pretende responder é: qual o índice de presença da sociedade civil em relação aos representantes municipais e estaduais nas plenárias do CBH-PCJ ao longo de seus primeiros dez anos de existência?

Parte-se da hipótese de que o comitê, considerado por muitos planejadores e políticos um ‘organismo chapa-branca’, ou seja, um colegiado com presença majoritária de representantes governamentais, seja do Estado ou dos municípios, limitaria a participação da sociedade civil, como determinam as legislações estadual e federal de recursos hídricos. A lei federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e a legislação estadual nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, que estabeleceu a Política Estadual de Recursos Hídricos, prevêm a gestão descentralizada, participativa e tendo como unidade a bacia hidrográfica. Contudo, num território de 15.303 quilômetros quadrados compreendido pelas bacias PCJ, os gastos com transporte, alimentação e disponibilidade de tempo seriam empecilhos para a presença e, conseqüente, contribuição desse setor do colegiado nas diversas instâncias como câmaras técnicas e, principalmente, nas plenárias ordinárias e extraordinárias.

Essa situação deve se refletir em grande número de faltas dos representantes da sociedade civil nas reuniões plenárias, que neste colegiado são deliberativas, ou seja, têm peso determinante para implantação de empreendimentos, definição do preço da cobrança pelo uso da água e liberação de recursos do FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos) para projetos nos municípios, enquanto Estado e municípios teriam mais participação nas deliberações por contarem com o suporte público (viaturas, diárias e tempo). Com isso, a influência da sociedade civil nas decisões sobre a gestão de recursos hídricos tenderá a ficar inócua.

1.5 Justificativa do trabalho

O Comitê PCJ é um colegiado formado por representantes dos governos estadual e municipal, além da sociedade civil (organizações não-governamentais) e serviços de água, e funciona como uma espécie de administração descentralizada do setor. Trata-se de um comitê estratégico no qual mecanismos previstos na gestão hídrica já foram implantados, ao contrário da maioria dos outros comitês do país. Além disso, a sociedade civil da região tem um histórico de mobilização

em defesa da qualidade das águas do rio Piracicaba e seus afluentes, que resultou em foco regional de formação de líderes e técnicos para o setor.

O colegiado está numa região estratégica do ponto de vista econômico e político concentrando 4,5 milhões de habitantes e 8% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, além de ser um pólo de pesquisas que reúne universidades estaduais, como a Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto Agrônômico de Campinas (IAC), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), bem como inúmeras universidades e faculdades particulares. É uma região altamente desenvolvida, com zonas de adensamento populacional, como a cidade de Campinas que tem 1 milhão de habitantes, além de alta taxa de degradação ambiental. Ao mesmo tempo, a região apresenta uma disponibilidade hídrica muito baixa de $385 \text{ m}^3 \text{ hab}^{-1} \text{ ano}^{-1}$, o que equivale à disponibilidade de países secos da África, o que resulta em conflitos pela água na região. Essas características, somadas à importância da disponibilidade hídrica como vetor de crescimento e qualidade de vida, além da condição modelar deste comitê, imprimem grande importância ao estudo, que permitirá traçar um histórico da gestão hídrica dentro dessas bacias.

1.6 Metodologia

A primeira parte desta pesquisa foi feita com base em levantamento bibliográfico e entrevistas com atores e lideranças políticas do setor, na elaboração de um histórico da região e de acordo com os aspectos sociais, econômicos e ambientais que levaram ao grau de mobilização existente na área em relação à proteção dos recursos hídricos. As bacias PCJ são consideradas modelo de gestão e negociação de conflitos em todo o país.

Para a aferição da presença da sociedade civil nas plenárias foi feito um levantamento de presença registradas em todas as listas das 31 reuniões ordinárias e extraordinárias do CBH-PCJ por uma década. Os documentos são oficiais do colegiado e estão sob a tutela do DAEE (Departamento de Água e Energia Elétrica) Piracicaba. Foram checadas todas as listas de presenças das reuniões e cruzadas com a lista de representantes com direito a voto formando um quadro de participações por gestão. Ao todo foram elaborados cinco quadros nos quais é possível checar se os representantes eleitos participaram das reuniões ou não. Os dados serão apresentados na forma de gráficos com identificação dos setores representados.

Com base nas teorias de desenvolvimento sustentável contextualizadas por Frey (2001) será definido e avaliado o modelo de participação da sociedade civil no contexto do Comitê PCJ, que obedece ao princípio da abordagem política de participação democrática. O mesmo autor avalia que sob essa ótica o planejamento deve ser compreendido não apenas como orientado pelas necessidades da população, mas também como conduzido por ela. Essa linha teórica contrapõe-se à abordagem ecológico-tecnocrata de planejamento e à vertente econômico-financeira de mercado, que acreditam na auto-regulamentação do mercado e que levariam ao uso racional dos recursos naturais, entre eles a água, e ao pagamento pelos serviços ambientais por meio de acréscimo no preço dos produtos.

Foram selecionados para análise os dez primeiros anos de funcionamento do colegiado no âmbito do Estado de São Paulo, o que compreende o período de 1993 até 2003, sendo que neste período o colegiado tinha estatutariamente 16 membros por representação. A presença da sociedade civil será comparada à dos representantes do Estado e dos municípios para se verificar a frequência dessa participação, sem se levar em conta a avaliação qualitativa das decisões do comitê nesse período. Também serão levantados os assuntos deliberados ao longo do período.

Neste trabalho também se pretende levantar a impressão de sindicatos rurais integrantes da Câmara Técnica Rural sobre a importância da participação no colegiado, isso baseando-se em entrevistas realizadas com representantes dos sindicatos das cidades de Rio Claro, Campinas, Piracicaba, Monte Mor e Limeira. Esse setor foi escolhido por ser responsável por parte considerável do consumo de água dos mananciais para fins de irrigação de culturas e por participar com direito a votos das diversas gestões do Comitê PCJ. Contudo, demonstra-se um dos setores mais resistentes à implantação da cobrança pelo uso da água.

1.7 Estrutura da dissertação

Para melhor organização e apresentação do tema e dos resultados do estudo, o trabalho foi dividido em capítulos, que serão apresentados na seguinte sequência:

1.7.1 Importância da região

- a) Localização e caracterização da bacia no que tange ao uso e ocupação do solo, sua importância econômica nos âmbitos estadual e federal e a descrição da situação de disponibilidade hídrica e qualidade das águas superficiais da região;
- b) Origem da exploração ambiental da bacia, desde a formação do município de Piracicaba, cidade-sede das discussões pertinentes à quantidade e da qualidade da água do rio Piracicaba;
- c) Mobilização regional na região impulsionada pela Campanha Ano 2000- Redenção Ecológica da Bacia do Piracicaba, que fomentou a criação do primeiro organismo intermunicipal de defesa dos recursos hídricos, o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ);
- d) Implantação do CBH-PCJ – histórico de sua criação, estrutura e missão.

1.7.2 Gestão de recursos hídricos no Brasil – do Código de Águas ao sistema participativo

O segundo capítulo aborda as diversas fases e metodologias adotadas na administração dos recursos hídricos no Brasil desde o Código de Águas até a implantação da lei federal 9.433, de 8 de janeiro 1997, que instituiu a gestão descentralizada e participativa.

- a) Hegemonia do setor elétrico sobre o abastecimento;
- b) Modelo burocrático;
- c) Modelo econômico-financeiro;
- d) Modelo sistêmico de integração participativa.

1.7.3 Avanços da gestão nas bacias PCJ – gestão compartilhada do Sistema Cantareira e cobrança pela água

Apresentação de avanços importantes conquistados pela região por meio do sistema de gestão participativa e descentralizada, que podem ser resumidos na redefinição dos parâmetros para concessão da licença de captação para a Sabesp. Por meio da negociação de conflitos entre as regiões foi definido um longo acordo, que prevê investimentos nas cidades das bacias PCJ, estudo para diminuir a dependência do Sistema Cantareira com a busca de novas alternativas de abastecimento para a Região Metropolitana de São Paulo e divisão da água do sistema em cotas

que poderiam ser até guardadas pelas bacias proprietárias na forma de uma poupança de água para períodos de estiagem. A implantação da cobrança pelo uso da água, um dos mais importantes instrumentos de gestão e geração de recursos para o combate à degradação dos mananciais, também será abordada neste bloco. Serão apresentados os projetos que receberam recursos nos anos de 2006 e 2007 advindos da taxa, bem como o procedimento de implantação da mesma.

1.7.4 Descentralização e participação da sociedade civil – base teórica

Baseadas nas idéias de Jacobi (2004, 2006) e Wanderley (2002), a Política Nacional de Recursos Hídricos, assim como a estadual, prevêem a descentralização do poder decisório e dividem a gestão com a sociedade civil. Sob essa ótica os comitês de bacia, especificamente o CBH-PCJ, são peças fundamentais na proposta de aproximação entre Estado e comunidade, que utiliza para a discussão das demandas e soluções o espaço democrático dos colegiados de bacias.

1.7.5 Resultados

Avaliação da participação da sociedade civil no CBH-PCJ, de 1993 a 2003, com base num levantamento das listas de presença anexas às atas das reuniões ordinárias do colegiado e que são documentos oficiais arquivados na sede do DAEE (Departamento de Água e Energia Elétrica) de Piracicaba. Esse levantamento quantitativo de faltas dos três segmentos formados do comitê – Estado, municípios e sociedade civil – levou à análise da participação ao longo de dez anos dos três segmentos nas reuniões.

1.7.6 Conclusões

Neste capítulo foram apresentadas as conclusões obtidas na análise dos dados com base na teoria de política participativa. Finalizando a dissertação foram sugeridas algumas contribuições ao tema, assim como possibilidades de futuros estudos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Importância da região

As bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, região de atuação do CBH-PCJ objeto deste estudo, localizam-se entre as coordenadas geográficas 45°50' e 48°30' de longitude Oeste e 22° 00' e 23°20' de latitude Sul, numa área de 15.303,67 quilômetros quadrados, o que equivale ao território integral de 58 municípios paulistas e quatro mineiros, que têm sede administrativa nas bacias PCJ. A Figura 1 é o mapa das bacias PCJ, cujos rios fazem parte da bacia do rio Tietê em sua porção média. No Estado de São Paulo se inserem na região Leste-Nordeste até os limites com o Estado de Minas Gerais, chegando a abranger uma parte do território desse Estado. Elas têm 92,6% de sua extensão em área paulista e 7,4% em terras mineiras. Apresentam extensão aproximada de 300 km no sentido Leste-Oeste e 100 km no sentido Norte-Sul. A porção paulista é denominada Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos nº 5 (UGRHI-5) e corresponde às bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, que fazem divisa ao Norte com a UGRHI-2 (Paraíba do Sul), ao Sul com a UGRHI-6 (Alto Tietê), a Oeste-Sudoeste com a UGRHI-10 (Sorocaba-Médio Tietê) e a Noroeste com a UGRHI-10 (Tietê-Jacareí).

Segundo o Plano das Bacias Hidrográficas de 2004-2007 dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí: Síntese do Relatório Final (SHS CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA S/A LTDA., 2006), as bacias são formadas por três rios principais – Piracicaba, Capivari e Jundiaí. A bacia do Piracicaba drena as águas dos rios Piracicaba, Corumbataí, Jaguari, Camanducaia e Atibaia. É uma bacia que apresenta um desnível topográfico de cerca de 1.250 metros em uma extensão de aproximadamente 250 quilômetros, desde suas cabeceiras, na Serra da Mantiqueira, no Estado de Minas Gerais, até sua foz, no rio Tietê. A bacia do rio Capivari apresenta um desnível topográfico de 250 metros e uma extensão de 180 quilômetros, desde as cabeceiras, na Serra do Jardim, entre os municípios de Itatiba e Jundiaí, até a foz, no rio Tietê. A bacia do rio Jundiaí apresenta desnível da ordem de 500 metros, desde sua nascente na Serra da Pedra Vermelha, no município de Mairiporã, até sua foz, no rio Tietê em Salto. O trecho percorrido por esse curso d'água é de 110 quilômetros.

Figura 1. Mapa das Bacias PCJ

Fonte: CBH-PCJ

A região, que tem grande importância político-administrativa, concentra uma população de 4,5 milhões de habitantes e soma duas características antagônicas. Na década de 60 foi vetor de crescimento no interior do Estado de São Paulo e passou a fornecer $31 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$ de água para a Região Metropolitana de São Paulo por meio do Sistema Cantareira, cuja construção teve início na mesma década. Atualmente, esse volume abastece 50% da bacia do Alto Tietê e continua sendo o maior produtor de água para abastecimento da RMSP (Região Metropolitana de São Paulo). O projeto desse sistema foi tachado de crime ambiental pela população da bacia PCJ, que desde meados da década de 60 até hoje sofre com a carência hídrica da região (MARTINS, 1998). A situação também fez nascer na região muitos movimentos ambientalistas e ONGs (Organizações Não-Governamentais). O jornalista José Pedro Martins escreveu na época:

A quantidade de água retirada da bacia do rio Piracicaba para abastecer a Grande São Paulo representaria o dobro do que é consumido pelos 3,5 milhões de moradores da região de Campinas e Piracicaba. Assim, se o Sistema Cantareira significa um alívio para a Grande São Paulo, mostrou-se, no decorrer do tempo, altamente prejudicial para a vida do rio Atibaia e outros mananciais da bacia do rio Piracicaba. (MARTINS, 1998)

Os 62 municípios, sendo 58 paulistas e quatro mineiros, com sede na região das bacias PCJ concentravam uma população total de 5 milhões de habitantes no ano de 2000, sendo que desse total 3,97 milhões (94,2%) residiam em áreas urbanas e apenas 250.000 (5,8%) em áreas rurais. Na região mineira da bacia, onde ficam as cabeceiras dos rios Jaguari e Camanducaia, estão localizados quatro municípios: Camanducaia, Extrema, Itapeva e Toledo. Esses municípios contavam com uma população aproximada de 50.000 habitantes, sendo que 30.000 (60%) residiam em área urbana (SHS, 2006).

A população de todos os municípios abrangidos pelas bacias PCJ representava, no mesmo ano-base, 11,3% da população do Estado de São Paulo, sendo que a participação populacional no Estado cresceu ao se comparar com dados de 1970, quando a região representava 8,5% da população estadual. Segundo dados do IBGE (2000), a população total das bacias PCJ triplicou nos últimos 30 anos, passando de 1.516.684 habitantes em 1970 para 4.355.173 habitantes no Censo de 2000. No período de 1970 a 1980 a população cresceu 5,1% ao ano, mas durante a década de 90 o crescimento anual foi menor, com taxa de 2,4%. Contudo, manteve-se acima das taxas estadual e nacional.

Os dez municípios mais populosos são: Campinas (1 milhão de habitantes), Piracicaba (329.158), Jundiaí (323.397), Limeira (249.046), Sumaré (196.723), Americana (182.593), Santa Bárbara d'Oeste (170.078), Rio Claro (168.218), Hortolândia (152.523) e Indaiatuba (147.050). Juntos esses dez municípios têm uma população de 2.888.182, o que equivale a 65% do total de habitantes da bacia estudada. A cidade de Campinas é a mais populosa com densidade demográfica de 1.118,83 hab. por km² (SHS, 2006). Esse município, que sedia a Região Metropolitana de Campinas, vive atualmente o fenômeno da metropolização, ou seja, parte de sua população ativa reside nas cidades vizinhas, que funcionam como dormitórios.

Por outro lado, os dez municípios menos populosos das bacias representam apenas 1% do total da população, o equivalente a 42.965 habitantes. São eles: Águas de São Pedro (1.883); Mombuca (3.107); Analândia (3.582); Corumbataí (3.794); Ipeúna (4.340); Santa Maria da Serra (4.673); Tuiuti (4.956); Toledo/MG (5.222); Pedra Bela (5.609); e Saltinho (5.799). Os municípios que concentram maior população rural são: Jundiaí (23.190); Amparo (17.047); Campinas (16.178); Itatiba (15.272); e Bragança Paulista (13.940). Outro fator de destaque é a existência de cidades com maior percentual de habitantes na Zona Rural: Pedra Bela (78,5%); Vargem (62,6%),

Toledo/MG (62,6%); Nazaré Paulista (59,5%) e Corumbataí (54,7%). As cidades de Águas de São Pedro, Hortolândia, Joanópolis, Piracaia e Várzea Paulista não apresentam população rural.

Verifica-se nos eixos das rodovias Anhangüera (SP-330) e Bandeirantes (SP-348) áreas de conurbação desde o município de Campo Limpo Paulista até Santa Bárbara d'Oeste. Em alguns casos, as áreas urbanas de dois ou mais municípios se confundem, com é o caso de Santa Bárbara d'Oeste e Americana. As duas regiões citadas, juntamente o corredor de Limeira, Piracicaba e Rio Claro e o corredor formado ao longo da rodovia Fernão Dias, constituem os principais eixos de estruturação urbana das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

Paralelamente ao crescimento populacional da região ocorreu a elevação da taxa de urbanização nas últimas décadas, a exemplo do fenômeno verificado nos grandes centros de desenvolvimento. A taxa de urbanização dos municípios que compõem as bacias PCJ deve passar de 93,9% em 2000 para 96,4% no ano de 2005. A expectativa da Fundação Seade é de que a população total das bacias eleve-se de 5 milhões de habitantes em 2000 para 6,2 milhões em 2025.

A elevada taxa de crescimento populacional reflete-se no aumento da demanda habitacional, o que aponta para problemas de planejamento e ocupação irregular do solo. Entre os anos de 2000 e 2003 foram aprovados pelo Grupo de Aprovação de Projetos Habitacionais (Graprohab/SP) mais de 580 loteamentos na região, o que significa um acréscimo de aproximadamente 150 mil lotes. Entretanto, cabe destacar que apenas 56% dos municípios da região estudada possuem Plano Diretor e 65% deles contam com um Código de Obras. Esses instrumentos estabelecem parâmetros para uso e ocupação do solo, bem como permitem o controle, conservação e uso dos recursos hídricos. Um dado animador é que 30% dos municípios compreendidos nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí contam com legislações específicas de recursos hídricos.

2.2 Uso e ocupação do solo

As pastagens e o plantio de cana-de-açúcar são predominantes na região das bacias PCJ, ocupando 39,06% e 33,61%, respectivamente, do território. Nas sub-bacias dos rios Piracicaba e Capivari verifica-se o predomínio histórico da cultura canavieira, enquanto nas demais sub-bacias nota-se a ocupação majoritária de pastagens. A agricultura apresentou um crescimento na parcela de domínio paulista da área estudada nas últimas décadas, com a intensificação do uso do solo e o aumento da produtividade ou, ainda, pela substituição de atividades de culturas. As culturas com maiores possibilidades de êxito econômico têm ocupado as demais áreas. O

reflorestamento também é uma atividade significativa em algumas sub-bacias, como a do rio Jundiaí, devido à proximidade com as indústrias de papel e celulose.

As matas nativas, porém, concentram-se principalmente às margens dos cursos d'água e em unidades de conservação, representando 7,93% dos 15.300 km² de área das bacias. As florestas de espécies nativas podem ser encontradas em maior concentração nas cabeceiras dos rios Jaguari, na região das cidades mineiras de Extrema, Camanducaia e Toledo.

2.3 Importância econômica das bacias PCJ

O ciclo da cana-de-açúcar do século 17 até a primeira metade do século 19 foi o primeiro marco importante para o desenvolvimento dos municípios dessas bacias, que gradualmente foram se consolidando até atingir a posição de capital agrícola do Estado. O segundo ciclo econômico da região foi o do café, que forneceu o embrião para o estabelecimento do parque industrial nessa região, que até hoje está entre as mais desenvolvidas da economia paulista com diversificada base produtiva e marcada pela presença de plantas industriais intensivas em capital e tecnologia concentradas, principalmente, nos municípios de Paulínia, Sumaré e Indaiatuba. No setor agroindustrial têm destaque as produções de açúcar e álcool na região de Piracicaba e de suco concentrado de laranja na região de Limeira, além de frutas, laticínios, aves e suínos nos municípios de Jundiaí, Atibaia, Vinhedo e Bragança Paulista.

A economia da região das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí foi responsável por 18,64% do PIB (Produto Interno Bruto) paulista no ano de 2002, com destaque para os municípios de Paulínia e Campinas, que juntos representaram no mesmo ano cerca de 40% do montante. A contribuição da região ao PIB brasileiro vem se mantendo constante na ordem de 3,8% do PIB em 2002. Somente a Região Metropolitana de Campinas (RMC), composta por 19 dos 58 municípios da porção paulista das bacias PCJ, representou 12% do PIB do Estado de São Paulo no ano de 2000, o que equivale a US\$ 24,9 bilhões de um total de US\$ 208 bilhões. A mesma região representou igualmente 12% do Valor Adicionado Fiscal do Estado em 2002, ou seja, R\$ 37,4 bilhões de R\$ 309,4 bilhões. Na RMC a renda per capita é de US\$ 10.000, o dobro da média paulista e três vezes a média brasileira (CONSÓRCIO PCJ, 2004).

Ao lado de uma economia forte, a região desse estudo possui centros de pesquisa, universidades públicas e particulares e institutos governamentais, como a UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba), USP (Universidade de São

Paulo) que mantém a ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) e o CENA (Centro de Energia Nuclear na Agricultura), EMBRAPA e IAC (Instituto Agrônômico de Campinas).

Na década de 80, a região consolidou-se como um dos principais pólos sucroalcooleiros do país devido ao Programa Nacional do Álcool (Proalcool), somando-se a isso a implantação de indústrias químicas, metalúrgicas e de papel e celulose, que tiveram grande papel na economia local. Nas últimas duas décadas, a região passou a atrair indústrias de alta tecnologia de informática, biotecnologia e do setor farmacêutico.

2.4 Disponibilidade hídrica

O desenvolvimento econômico e tecnológico na região das bacias PCJ assemelha-se ao de países industrializados, porém a disponibilidade de água nessas bacias é comparável ao volume de países do semi-árido africano. Com o desenvolvimento econômico e o crescimento populacional há a necessidade constante de recursos hídricos, o que coloca a região em xeque e exige planejamento e gestão dos recursos para garantir o atendimento dos usos múltiplos. Além disso, a retirada de água por meio do Sistema Cantareira agrava ainda mais a situação e gera conflitos entre municípios e regiões hidrográficas, como o Alto Tietê e as bacias PCJ.

A disponibilidade hídrica das bacias PCJ é equivalente ao índice de países semi-áridos da África, como Sudão, Marrocos e Somália. Porém, em períodos de estiagem mais graves esse índice cai ainda mais, o que demonstra que a região convive com o paradoxo do desenvolvimento sem quantidade e qualidade suficientes de água para atender às demandas da região.

Os maiores usuários de água no Estado de São Paulo são as empresas de abastecimento público, a agricultura irrigada e alguns setores industriais, como os de geração de energia, açúcar e álcool, siderurgia, papel e celulose, têxtil, químico, petroquímico, alimentício, bebidas etc. (SÃO PAULO, 2006).

O Plano Estadual de Recursos Hídricos – relatório de situação dos recursos hídricos do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2002) – utilizou para o cálculo da disponibilidade hídrica na região os seguintes dados: menor vazão registrada durante a estiagem somada à vazão de regularização, que pode ser considerada a contribuição da área da bacia com pequenos cursos de água e precipitações. Chegou-se à vazão mínima de $61 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$, no pior cenário, que para uma população estimada na bacia de 5 milhões de habitantes resulta na disponibilidade de $385 \text{ m}^3 \text{ hab}^{-1} \text{ ano}^{-1}$.

Numa perspectiva mais positiva desse cenário, levando-se em conta a vazão média, a disponibilidade da região é de $1.098 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1} \text{ ano}^{-1}$. A ONU (Organização das Nações Unidas) considera o volume per capita abaixo de $1.500 \text{ m}^3 \text{ hab}^{-1} \text{ ano}^{-1}$ como uma situação crítica.

Segundo o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos (2002-2003), a disponibilidade hídrica nas bacias PCJ, que é a soma de todas as vazões das sub-bacias, é da ordem de $37.059 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$. A demanda, ou seja, a soma de todas as captações para os diversos usos (abastecimento, indústria, agricultura e diversos), é de $41.331 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$. O lançamento nas bacias é da ordem de $25.072 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$. O balanço hídrico de sub-bacias como a dos rios Corumbataí, Jaguari e Capivari tem atingido 50% da utilização de seus recursos hídricos disponíveis, o que em termos de segurança de gestão demonstra que esses mananciais estão em situação crítica, já que neles ocorrem ou podem vir a ocorrer conflitos pelo uso dos recursos hídricos. O balanço é calculado com base na disponibilidade hídrica, captação e no lançamento dentro da bacia ou sub-bacia.

Contudo, apesar da carência hídrica principalmente nos períodos de longa estiagem, o fator preponderante para a situação crítica da bacia é a qualidade das águas superficiais disponíveis. Longos trechos dos principais rios da UGRH-5 estão degradados em decorrência, principalmente, do baixo índice de tratamento de efluentes urbanos (esgoto doméstico), da ocupação desordenada das margens dos cursos d'água, da ausência de matas ciliares e da contribuição dos lançamentos de cargas poluidoras remanescentes industriais, que resultam numa situação de escassez de água com qualidade que permita o uso para abastecimento urbano com tratamento convencional.

O lançamento de esgotos domésticos e efluentes (esgotos) industriais, lixo e entulho é a atividade que mais polui as águas em nosso país. Os microorganismos que degradam o esgoto consomem o oxigênio da água durante o processo de decomposição da matéria orgânica, matando plantas, peixes e outros animais aquáticos. A aplicação indiscriminada de agrotóxicos também contamina as águas superficiais e subterrâneas. Outros agravantes da qualidade e quantidade das águas são o desmatamento das matas ciliares e a queda as margens, o que provoca o assoreamento de rios e lagos. Algumas atividades, como a mineração de areia, praticadas sem os cuidados técnicos e ambientais também prejudicam os mananciais (SÃO PAULO, 2006).

Essa situação de falta de água é a principal geradora de conflitos, o que faz com que as cidades localizadas nas proximidades de rios que apresentam caudais suficientes para abastecê-las recorram a mananciais mais distantes e/ou executem obras de regularização de vazões em cursos

de água menores, com todos os problemas ambientais e estruturais advindos desse tipo de intervenção em cursos d'água, como alteração de ecossistema e desapropriações de áreas. (IRRIGART, 2005)

O município de Piracicaba foi obrigado a passar até 95% de sua captação para a sub-bacia do rio Corumbataí, porque a qualidade da água na altura da captação do Serviço Municipal de Água e Esgoto (SEMAE) estava abaixo da classe 4, padrões de qualidade da água definidos pelo CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente), o que significa que as águas só podem ser destinadas ao abastecimento doméstico após tratamento avançado, conseqüentemente, com um custo maior de processo. Porém, mesmo com tal investimento, o serviço de água recebia reclamações constantes a respeito do odor e do sabor da água fornecida às residências. Foram investidos milhões ao longo de várias administrações para se buscar recursos no manancial menos poluído. Esse é um dos exemplos de reversões que já ocorrem nas sub-bacias da região. Ainda existem exportações internas, como a do rio Atibaia ($1,2 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$) para o rio Jundiaí Mirim, na sub-bacia do rio Jundiaí; da sub-bacia do rio Atibaia para a do Capivari ($1,4 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$), por meio do sistema de abastecimento de água de Campinas.

De acordo com dados do documento Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Situação dos Recursos Hídricos 2002/2003 (Relatório Síntese), o índice de tratamento de esgoto evoluiu de 3,25% em 1989 para 11,3% em 1996 e 16,3% em 2003. Atualmente, chega a 39,6%, com a inauguração da maior ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) da América Latina no município de Campinas, no mês de março de 2007. (CONSÓRCIO PCJ, 2007)

Analisando-se o Mapa de Enquadramento – Proposições do Decreto Estadual nº 10.755/77 para as bacias PCJ, verifica-se que com exceção do rio Jundiaí, que fica na sub-bacia de mesmo nome, os outros rios se enquadram entre Classe 1 e Classe 2 de qualidade, ou seja, águas consideradas adequadas para abastecimento doméstico sem tratamento prévio, com simples desinfecção ou apenas com o tratamento convencional. Porém, ao se cruzar essa informação com o Mapa de Qualidade das Águas – Situação Atual (Figura 2), verificou-se que na prática a qualidade das águas dos mananciais atende em apenas poucos trechos às exigências legais de enquadramento, sendo que em menos cinco trechos dos rios Jundiaí, Capivari e Piracicaba, a qualidade do recurso superficial está muito aquém do exigido pela lei, o que compromete a disponibilidade para os usos múltiplos na região.

2.5 Origens da exploração ambiental na bacia

O Sistema Cantareira foi apenas o golpe de misericórdia no rio Piracicaba e seus formadores (Atibaia e Jaguari) e em outros cursos d'água da bacia, uma vez que antes do sistema ocorreram outros fatos que levaram à situação de degradação atual dos mananciais da região. Verificando-se a história é possível relacionar o nascimento da cidade à exploração ambiental, mais especificamente da madeira vinda das matas ciliares de seu rio, que cedeu mais tarde seu nome à povoação fundada em 1º de agosto de 1767 sob a denominação de Vila de Nova Constituição.

A cidade chamou-se Piracicaba somente bem mais tarde. Essa palavra, em tupi-guarani, significa “lugar onde o peixe pára”, numa alusão ao salto do rio que dificulta a piracema. Os rios foram as primeiras ‘estradas’ utilizadas para se cruzar o território brasileiro, que em sua maior parte era coberto por mata fechada e vigiado por índios, que nem sempre eram dóceis e afáveis. O rio Piracicaba, como tantos outros, foi caminho para o interior do continente.

As matas ciliares são essenciais para garantir a proteção dos rios, reservatórios e nascentes contra erosão, ajudando na infiltração da água no solo e impedindo o assoreamento dos leitos dos rios. Porém, durante o período de colonização do interior do Estado, as matas eram usadas na fabricação de canoas de forma extensiva. Antes mesmo da fundação de Piracicaba era alarmante a falta de grandes lenhos para a construção das embarcações monóxilas, Morgado de Mateus, governador da colônia, chegou a propor a técnica de barcos feitos de tábuas, que substituiriam as canoas para as quais havia poucos paus no mato (REVISTA DO IHGP, 1995).

Em 1767 houve uma experiência oficial de povoação da região conhecida informalmente por Piracicaba; porém, antes disso, em 1733, já havia menção em documentação oficial às chamadas canoas cuiabanas de Piracicaba.

A Coroa Portuguesa pretendia ocupar a região para criar um ponto de apoio na retaguarda do forte de Iguatemi e também para abastecer com provisões as monções que chegavam à Barra do Piracicaba. O forte de Iguatemi, na fronteira com o Paraguai, era uma base de fronteira para evitar a invasão castelheana ao território português. Depois, estabeleceu-se o propósito de povoar as regiões de Potunduba, Avanhandava e Itapura, capazes de policiar o Tietê, combater os quilombos que se formavam nas margens, rechaçar aos ataques caiapós e evitar a infiltração castelheana.

O primeiro diretor e povoador da região, Antônio Corrêa Barbosa, assentou uma comunidade na margem direita do rio em 1767, a jusante do porto que, na época, não excedia a uma centena de

habitantes (REVISTA IHGP, 1995). Porém, sua experiência no porto de Araraitaguaba chamou sua atenção para as reservas de madeira de Piracicaba, que planejou explorar num momento mais propício, porque em outras regiões as madeiras de lei já estavam se tornando raras. Logo, a economia da região passou a depender da fabricação de canoas, famosas embarcações produzidas a partir da madeira da mata subtropical, cujos últimos exemplares se reduziam à bacia do rio Piracicaba. A riqueza gerada pela exploração da mata não ficou com a comunidade de Piracicaba, mas foi transferida para novas frentes pioneiras ou usada para o pagamento de fiadores de Itu e do porto de Araraitaguaba, que emprestaram recursos para Barbosa. A madeira era produzida a partir das reservas de mata numa forma mista de economia extrativista e de manufatura, orientadas para exploração capitalista. Com isso, a mata ciliar foi reduzida a pequenos remanescentes.

Em 1928 o rio Piracicaba já dava mostras de degradação. A expedição científica, denominada Piracema Lara Campos, em homenagem a Rodolpho Lara Campos que patrocinava pesquisa na área de piscicultura, desceu o rio ficando vários dias a bordo do barco São Paulo, construído por Lara Campos. Os pesquisadores constataram que diante do formato desordenado que Piracicaba e outras cidades localizadas ao longo do rio vinham assumindo, o curso d'água caminhava para a deterioração irreversível. E alertaram para a necessidade de medidas urgentes de proteção e recuperação dos mananciais. O grupo de pesquisadores era comandado por Rodolpho von Ihering, considerado o pai da piscicultura moderna e quem conduziu em Piracicaba os estudos iniciais em reprodução induzida de peixes, por meio de métodos naturais e que atualmente é obtida com uso de hormônios. (MARTINS, 1995)

O período também correspondeu à máxima concentração industrial de São Paulo, especialmente da região metropolitana. A economia paulista se expandiu e assumiu o posto de a mais vigorosa do país. Em 1949, o Estado somou 48,9% do Valor de Transformação Industrial (VTI) do país. Entre 1939 e 1959, a participação do VTI da Grande São Paulo no montante do país aumentou de 29,3% para 34,8%. Com isso, iniciou-se também uma nova fase da história ambiental de Piracicaba e de seu rio, a qual vai refletir a dinâmica econômica e social do país. Martins (1995) destacou desta vez que os impactos sobre a natureza iriam ser ainda mais dolorosos, preparando o terreno para a grande mobilização popular entre os anos de 70 e 80.

Na década de 50, também foram tomadas várias medidas governamentais de cunho desenvolvimentista motivadas pela crise gerada pela 2ª Guerra Mundial (1939-1945), que

restringiram as importações. Uma delas foi o início da substituição dos produtos importados por nacionais, que seriam produzidos por grandes estatais implantadas durante a ditadura de Getúlio Vargas (1930-1945) com função de estruturar um parque industrial nacional. Em pouco tempo foram criadas as empresas Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional de Motores (1943), a Acesita (1944) e a Companhia Siderúrgica Nacional (1946). Depois, ainda seriam criados o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Petrobras (1954).

Essas empresas atendiam à nova proposta para a economia brasileira de industrialização pesada, tendo como base a implantação de indústrias químicas e metalúrgicas especializadas no parque automobilístico. Também nesse período, a reboque dessas implantações e da proposta governamental, começou um investimento pesado em infra-estrutura com a expansão da rede rodoviária.

Martins destaca que entre 1928 e 1955, a rede rodoviária brasileira nas esferas municipal, estadual e federal aumentou de 113,5 mil quilômetros para 459,7 mil quilômetros, o que equivale a praticamente quatro vezes mais. Foram construídas as rodovias São Paulo-Campinas, São Paulo-Santos, São Paulo-Rio de Janeiro, São Paulo-Curitiba e Rio de Janeiro-Belo Horizonte, entre outras. As rodovias tiveram papel fundamental na mudança do perfil econômico do país e em menor escala em Piracicaba, influenciando inclusive no formato urbano das cidades. (MARTINS, 1995).

A expansão da rede rodoviária também tinha como objetivo unificar o mercado nacional facilitando o escoamento de produção, que foi um dos objetivos do governo militar implantado em 1964. Além da iniciativa desenvolvimentista, os governos militares eram movidos por interesses geopolíticos de ocupação de todas as fronteiras nacionais, unindo o país em torno de sua ideologia, o que só era possível com uma moderna rede de transportes e comunicações, que também incluía a implantação e extensão das telecomunicações (MARTINS, 1995).

Entre os anos 40 e 60 iniciou-se a desconcentração industrial de São Paulo, que tinha no interior do Estado os novos vetores de desenvolvimento. Com isso houve uma série de incentivos para a instalação de empresas no interior, como a Matarazzo e Swift em Campinas, a Anderson Clayton e Sanbra em Marília, a fábrica de cimento Votorantim em Sorocaba, a fábrica Romi em Santa Bárbara d'Oeste e a M. Dedini, Mause e Morlet em Piracicaba.

O nascimento de um parque industrial no interior do Estado de São Paulo também serviria para absorver a mão-de-obra liberada pelo êxodo rural, que foi fruto da concentração fundiária. Houve

um processo de urbanização das populações, que a partir das décadas de 60 e 70 passaram a se concentrar em maiores proporções na Zona Urbana, o que não ocorria anteriormente. As estimativas são de que 30 milhões de brasileiros deixaram o campo entre os anos de 60 e 80 (MARTINS, 1995), o que refletiu num inchaço desordenado das cidades e, conseqüentemente, na saturação ambiental de regiões, como a de Campinas e Piracicaba.

Nesse contexto de crescimento do interior foi implantado o Sistema Cantareira, um conjunto de reservatórios que captava água na região das nascentes dos rios formadores da bacia do Piracicaba e transportando-a para o abastecimento público da Região Metropolitana de São Paulo.

2.6 Implantação do Sistema Cantareira

Os problemas com o setor de abastecimento público são históricos na capital paulista e sempre representaram um desafio para os governos. Em 1875 foi formada a Companhia Cantareira de Águas e Esgoto, que construiu o primeiro sistema de abastecimento da cidade de São Paulo que captava águas nascidas na Serra da Cantareira. O empreendimento privado entrou em estado de insolvência logo na década seguinte, fato que obrigou o Estado a assumir suas atividades. Criava-se assim a Repartição de Serviços Técnicos de Águas e Esgoto. Ainda nesta época, as fontes de águas puras tornavam-se insuficientes e o rumo do abastecimento público novamente gerou discussões. Técnicos e cientistas da época propuseram que as águas já poluídas no trecho urbano do rio Tietê fossem utilizadas no abastecimento, o que visava à redução dos custos. Outros propunham a busca de águas em regiões florestais, longe da contaminação urbana.

Segundo Victorino (2003 apud BRITO, 1943), Saturnino de Brito chegou a propor, em 1905, uma legislação de proteção aos mananciais, com o objetivo de garantir água para as gerações futuras, porém sua abordagem, inovadora para a época, não foi levada a sério pelos estadistas. Victorino (2003) descreve que até 1920 a discussão pública dos recursos hídricos foi voltada exclusivamente para os setores de saneamento e abastecimento, sempre sob a pressão da demanda urbana crescente.

A água da capital paulista, além de ser pouca e já estar comprometida com a poluição em vários trechos, foi disputada em meados da década de 20 por uma multinacional canadense, a Light & Power, que tinha no recurso matéria-prima para a produção de energia elétrica. Nesta época

surge o chamado Projeto Serra, atualmente denominado Sistema Tietê-Pinheiros-Billings Usina Henry Borden (Cubatão).

A proposta inicial significava uma revolução na geografia do município de São Paulo porque previa um complexo conjunto de obras de engenharia hidráulica, composto por 14 reservatórios espalhados pela região próxima da capital do Estado de São Paulo, em diferentes altitudes, que seriam conectados por 12 túneis e dois canais. Formando um sistema único que encaminharia água para o reservatório do rio Grande (atual Billings). Em seguida, as águas seriam encaminhadas para o reservatório do Rio das Pedras e, por fim, desaguiariam em tubulações que alimentariam a usina de Cubatão (Henry Borden), situada ao nível do mar. Com essa estrutura seria possível o aproveitamento de uma queda de mais de 700 metros, entre o alto da serra e o rio Cubatão, na Baixada Santista.

No mesmo período, a empresa italiana Brasital estudou a implantação de uma usina para produção de energia em Itu para fornecer para a capital utilizando água do rio Tietê, a jusante da capital. A Light & Power decide mudar o Projeto Serra em 1927 e, com isso, diminuir ao máximo a vazão do rio Tietê para prejudicar os planos da empresa italiana.

A Light & Power conseguiu a aprovação de uma concessão (lei estadual 2.249/1927) ampliando a capacidade do reservatório do rio Grande (Billings) de 330 milhões de m³ para 1,2 bilhão de m³ e, além disso, o rio Pinheiros teve seu curso invertido por meio de obras realizadas no período de 1930 a 1940. Com essa inversão, o rio Tietê passaria a ser afluente de águas saturadas de esgoto, que por sua vez seriam armazenadas no reservatório do rio Grande (130 km²) e no Rio das Pedras (7,6 km²). O direcionamento da água do Alto Tietê para a represa Billings tornou inviável qualquer projeto de grande porte no Tietê abaixo de São Paulo, prejudicando os planos da Brasital, que seria comprada pela Light & Power mais tarde. Paralelamente, a estratégia da empresa de energia também prejudicaria os setores de abastecimento e saneamento, que ficariam na dependência das decisões do setor elétrico privado, proprietário da água.

Caso o projeto inicial fosse mantido com 14 reservatórios a montante da cidade, a dependência do setor elétrico também existiria, mas com convergência de interesses setoriais, porque uma barragem a montante de São Paulo, no Alto Tietê, poderia controlar o fluxo das águas, evitando assim as enchentes. O setor de abastecimento também poderia ser beneficiado pela disponibilidade de água de boa qualidade armazenada em reservatórios, porque mais tarde, em

1934, o Código de Águas daria prioridade ao abastecimento público e não à produção de energia elétrica, além de manter a propriedade privada da água somente para casos específicos.

A estratégia agressiva da multinacional canadense Light & Power conseguiu barrar os planos da empresa italiana, e também prejudicou os interesses dos setores de abastecimento e saneamento. A iniciativa da multinacional não passou despercebida pela sociedade. A Associação Comercial de São Paulo enviou ao Senado Estadual o manifesto ‘O Represamento de Águas na Serra do Mar e os Grandes Problemas de Interesse Público que Dali Derivam’ em 22 de dezembro de 1925. Nele, a associação manifestava sua preocupação com o domínio da empresa sobre a água da Serra do Mar e outros campos. O documento alertava para a falta de profundidade no projeto apresentado e à repercussão da proposta de ‘privatização’ da água no sentido de excluir da gestão desse recurso qualquer outro setor da sociedade, como particulares, autoridades municipais, estaduais e federais. E finalizava dizendo que a empresa pretendia garantir liberdade total de ação para sua iniciativa.

Apesar da oposição, a multinacional conseguiu implantar o projeto e transformou o reservatório Billings, com $16 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$ (maior do sistema Light & Power, com capacidade de $150 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$), no destino final de todos os esgotos que corriam em direção aos rios Tietê e Pinheiros. Essa bacia hidrográfica tornou-se uma zona inóspita, que atraiu apenas levas de migrantes pobres que chegavam à capital paulista em busca de oportunidade de emprego e estudo (VICTORINO, 2003).

O monopólio do setor de energia privado sobre as águas metropolitanas de São Paulo comprometeu o planejamento e a utilização racional dos recursos hídricos para fins múltiplos; além disso, contribuiu para o comprometimento por maciça poluição vinda do lançamento indiscriminado dos esgotos na região. Os setores de abastecimento e saneamento somente ganharam destaque nas decisões políticas no final da década de 60, quando o assunto ganhou contornos ambientais.

A Grande São Paulo recebeu entre as décadas de 50 e 70 cerca de 3,3 milhões de migrantes, vindos de todas as partes do país e do interior do próprio Estado, o que fez subir a participação da população da região no total do Estado de 29,9% em 1950 para 45,6% em 1970. Um dos efeitos dessa concentração desordenada foi o esgotamento dos recursos naturais, principalmente da água. No 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) já se assinalava no capítulo IX que a excessiva concentração urbana, que ocorria principalmente nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio

de Janeiro, estava acarretando sérios problemas de congestionamento, superpopulação e poluição em detrimento da qualidade de vida e do equilíbrio social. Contudo, na capital paulista, a problemática do déficit de água no abastecimento público entrou na agenda político-administrativa do governo paulista no final do século 20, quando o adensamento urbano causou problemas opostos: de um lado, as enchentes que até o presente assolam a comunidade paulistana e do outro, a escassez de água para abastecimento público. A solução inicialmente pensada para a questão do abastecimento foi atrair investimentos privados para o setor (VICTORINO, 2003).

A saída para abastecer a capital foi buscar na bacia do rio Piracicaba a água necessária. Foram construídas três imensas represas para reverter até $33 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$ para a capital, sendo $31 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$ da bacia do Piracicaba e $2 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$ da bacia do Juqueri. Cada metro cúbico equivale a 1.000 litros de água. Para se ter uma idéia da grandeza dessa captação, a cidade de Campinas — com 1 milhão de habitantes — maior cidade das bacias PCJ, capta $4,5 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$. A retirada de água da bacia do rio Piracicaba causou danos ambientais e restringiu o potencial crescimento da região, que foi vetor de desenvolvimento no processo de interiorização da economia do Estado de São Paulo.

Como reflexo das políticas governamentais de incentivos e subsídios à exportação houve um grande desenvolvimento do interior paulista e da região das bacias PCJ. Entre as medidas adotadas pelo governo estão: a criação do Proalcool; investimentos de empresas estatais, como a refinaria de Paulínia (REPLAN); a instalação de núcleos de estudos e pesquisas avançadas na região; adoção de políticas municipais de atração de empresas; restrições de implantações de empresas na Região Metropolitana de São Paulo; fortalecimento das atividades sindicais; e os investimentos governamentais em transportes e comunicação, o que diminuiu a distância entre o interior e a capital paulista.

Entre as décadas de 60 e 70, a escassez e a poluição das águas da RMSP fizeram eclodir manifestações sociais na cidade de São Paulo e, paralelamente, na região do rio Piracicaba, onde a comunidade manifestava seu inconformismo com a situação de degradação de seus mananciais. Tais movimentos levaram ao fim da reversão de esgotos para a represa Billings e à criação de legislações para gestão estadual, mais tarde também para a federal, dos recursos hídricos. Além disso, ameaçada por uma possível estatização, a Light & Power vendeu seus ativos ao governo estadual.

Segundo Negri (1992), ao longo das últimas décadas a região de Campinas, onde estão os municípios formadores das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, transformou-se na mais

importante região econômica do interior do Estado de São Paulo, com grande crescimento populacional e diversificação agrícola e industrial, além de um moderno setor terciário. Nos anos 70, a população paulista cresceu a taxas médias de 3,5% ao ano, índice inferior ao registrado na região administrativa de Campinas, onde a taxa era de 4,4%, contudo, ainda inferior ao índice de crescimento registrado na bacia do rio Piracicaba propriamente dita, com crescimento populacional de 5,1% ao ano. Essa região absorveu um expressivo contingente de migrantes numa proporção superior à da Região Metropolitana de São Paulo quando comparadas as respectivas populações iniciais. O Censo Demográfico de 1980 indicou a população total de 2.286,1 milhões de pessoas na bacia do Piracicaba com uma taxa de urbanização de 85%. Além disso, a região apresentava, desde aquelas décadas, evidências da atual conurbação entre diversos municípios, o que mais tarde configurou-se na formação da segunda região metropolitana paulista, comandada pelo município de Campinas, com os seguintes aglomerados urbanos ⁽²⁾:

- a) Campinas, Indaiatuba, Vinhedo, Nova Odessa, Paulínia, Sumaré e Valinhos;
- b) Jundiaí e Várzea Paulista;
- c) Americana e Santa Bárbara d'Oeste e
- d) Pelos pólos agroindustriais de Piracicaba, Limeira e Rio Claro

O crescimento da região de Campinas, Limeira/Piracicaba/Rio Claro pôde ser sentido na expansão da mancha urbana dessas regiões em relação a outros conglomerados urbanos do Estado no período de 1974 a 1989. Enquanto nos anos 70 a expansão ocorreu de modo descontínuo com a criação de vazios urbanos, na década seguinte houve uma tendência de conurbação em várias áreas e o nascimento de vetores de expansão a partir de Campinas, como Sumaré - Monte Mor - Nova Odessa – Americana - Santa Bárbara d'Oeste, Valinhos - Vinhedo, Indaiatuba e Paulínia.

⁽²⁾ O desenvolvimento da industrialização na bacia do rio Piracicaba foi objeto de estudo do economista Barjas Negri num trabalho realizado em 1992. Ver NEGRI, Barjas. *Evolução da Indústria na Bacia do Rio Piracicaba*. In: Relatório de Pesquisa Convênio Secretaria de Estado do Meio Ambiente – Fundação Seade, São Paulo, 1992.

O desenvolvimento também se refletiu no aumento da concentração de poluição urbana, industrial e rural nos mananciais, o que favoreceu o aparecimento de algas, que se alimentam dos nutrientes da água. Durante o inverno, com a diminuição da vazão dos rios, a situação piorava e o abastecimento de água ficava comprometido em várias cidades, como Sumaré e Hortolândia. A qualidade da água do rio Piracicaba em alguns trechos, como entre Americana e Piracicaba, era tão ruim que obrigou a administração pública municipal de Piracicaba a ir busca água em outro manancial: a sub-bacia do Corumbataí. Em abril de 2000, quase a totalidade do abastecimento público de Piracicaba (95%) passa a ser dependente desse outro manancial, situação que necessitou de investimentos da administração e que coloca a cidade numa situação delicada, porque depende da energia elétrica para transportar a água para as estações de recalque, ou seja, de distribuição.

A situação dos rios da região de Piracicaba era um reflexo dos desenvolvimentos industrial e agrícola da bacia, uma vez que a região de Piracicaba e o município de Ribeirão Preto foram os principais núcleos de irradiação do Programa Proalcool do governo federal. Entre as safras de 1975 e 1980, a produção dos dois núcleos cresceu de 362 mil litros para 2.583 milhões de litros de álcool. Em 1986, a produção de álcool em São Paulo já era de 7.624 milhões de litros, ou cerca de dois terços de toda a produção brasileira (NEGRI, in Martins, 1994). No caso de Piracicaba, o Proalcool resultou no crescimento de algumas indústrias de equipamentos para o setor sucroalcooleiro, que passaram a ampliar suas atividades para atender à demanda nacional do programa. No período de 1974 a 1983 foram produzidas nada menos que 471 unidades nas fábricas CONGER e CODISTIL. A criação de empregos e o crescimento das cidades foram grandes com o programa. Estima-se que foram criadas entre 600.000 e 1,3 milhão de vagas.

Do ponto de vista da concentração industrial, medida pelo chamado VTI (Valor da Transformação Industrial), em 1990 estimava-se que a indústria na bacia do Piracicaba respondia por 6,7% do VTI da indústria de transformação do Brasil, índice que se torna mais expressivo se comparado com o VTI do Rio de Janeiro (9,3%), de Minas Gerais (8,9%), do Rio Grande do Sul (7,1%), do Paraná (4,2%) e da Bahia (4%).

Porém, os impactos ambientais também foram devastadores nas duas regiões. Em Ribeirão Preto, os canaviais levaram à erradicação, entre 1962 e 1984, de metade da floresta primária, além de serem devastados 457 quilômetros de cerrado. A atuação antrópica na área das bacias PCJ provocou a supressão de 93% da cobertura florestal natural (mata, cerrado e cerradão). As

porções remanescentes de floresta estão principalmente na região das cabeceiras dos maiores rios – Jaguari, Atibaia, Camanducaia, Corumbataí e Jundiá. As matas ciliares foram praticamente eliminadas pela ocupação desordenada das margens dos cursos d'água. Em Piracicaba, as matas já tinham sido substituídas por canaviais e outras atividades agrícolas (NEGRI, 1992).

Os rios foram os mais atingidos com acidentes ambientais resultantes do despejo de restilo ou vinhaça nos seus leitos, causando a morte de milhares de peixes e levando a comunidade a manifestar sua indignação pela morte do rio que deu nome à cidade. Cada litro de álcool obtido na destilação produz entre 12 e 14 litros de vinhaça, o que lançado nos rios provoca graves danos ecológicos (LEÃO, 2002). O restilo é a substância líquida resultante do processo industrial da cana. Estudos do pesquisador Jaime Rocha de Almeida da ESALQ/USP na década de 40 e 50 indicaram que o resíduo poderia ser reaproveitado como fertilizante líquido.

A construção do Sistema Cantareira teve início em 1966. Ele foi inaugurado em dezembro de 1973, sendo que a operação foi iniciada um ano depois. O sistema é composto por seis reservatórios, 48 quilômetros de túneis e canais, uma estação elevatória de 80.000 HP e uma das maiores estações de tratamento de água da América Latina, a ETA Guaraú (Figuras 3 e 4). As águas dos represamentos dos rios Jaguari e Jacaréi estão interligadas por um canal de 670 metros de extensão formando um único sistema: o reservatório Jaguari/Jacaréi, localizado a uma altitude de 844 metros e que contribui para o sistema com $33 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$.

A vazão efluente do reservatório Cachoeira escoar por um túnel de 9,9 km de extensão para o reservatório Engenheiro Paulo de Paiva Castro caracterizando uma transposição de bacias entre as UGRHs distintas. Este reservatório localiza-se no rio Juqueri a uma altitude de 745 metros e tem capacidade de contribuir com uma vazão adicional de $2 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$ para o sistema. A vazão deste último reservatório escoar por um túnel de 1 km de extensão até a Estação Elevatória de Santa Inês, composta por quatro conjuntos de motor-bomba com capacidade individual de recalcar uma vazão de $11 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$ para o reservatório de Águas Claras, tendo cada conjunto uma potência de 20.000 HP e operando em 720 rpm (os três primeiros conjuntos instalados em 1973) e 600 rpm (o quarto conjunto, instalado em 1992). A casa de máquinas da Elevatória Santa Inês está implantada a cerca de 60 metros abaixo da superfície do terreno e é acessível por túnel em rampa (para veículos), por escadas e elevador, a partir do edifício central de operação. Na saída das bombas, as quatro tubulações de recalque são munidas de válvulas esféricas com 1.100 mm de diâmetro. Estas tubulações se juntam em um único conduto de recalque. A água é elevada a 120

metros até o alto da serra e, deste ponto, por gravidade em túnel de 1.180 metros, atinge a represa de Águas Claras. Esse reservatório está a 860 metros e funciona como reserva de segurança. Em caso de paralisação da Estação Elevatória de Santa Inês, a represa pode manter o fluxo contínuo de $33 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$ durante aproximadamente três horas. Esta represa está ligada à Estação de Tratamento de Água do Guaraú por um túnel de 4,8 quilômetros. O represamento dos rios Jaguari, Jacareí, Cachoeira, Atibainha e Juqueri, permite o controle do fluxo das águas, mantendo-os com uma vazão constante na estiagem e evitando enchentes na época de chuvas.

A Figura 3 apresenta um esquema simplificado do represamento e recalque da água por meio do Sistema Cantareira. Em seguida, a Figura 4 apresenta a localização dos reservatórios que compõem o sistema em relação às ETAs Santa Inês e Guaraú, responsáveis pelo tratamento da água para distribuição na RMSP.

Figura 3- Representação do Sistema Cantareira

Fonte: CBH-PCJ

Figura 4 - Disposição das instalações do Sistema Cantareira

Fonte: CBH-PCJ

Após o anúncio do projeto de implantação do Sistema Cantareira, o então prefeito de Piracicaba Francisco Salgot Castilho e o então deputado estadual Domingos José Aldrovandi fizeram diversas incursões ao Palácio dos Bandeirantes para solicitar ao governador Roberto de Abreu Sodré que abandonasse o projeto. O governador garantiu na época que o sistema não traria prejuízo futuro os rios porque previa um sistema de eclusas para reservar água que seria liberada para regularizar a vazão dos rios principalmente nos períodos de estiagem, de abril a setembro. As eclusas nunca foram construídas e a vazão dos rios baixou consideravelmente.

Com os inúmeros casos de mortandade de peixes causados pela poluição industrial e doméstica, que ganharam espaço na mídia entre novembro de 1974 e 18 de outubro de 1977, também cresceram as manifestações de defesa do rio. Em meio aos protestos da comunidade de Piracicaba, o então prefeito João Herrmann Neto inaugurou a chamada Praça do Protesto Ecológico no dia do aniversário da cidade, 1º de agosto de 1979, que fica na Avenida Beira-Rio, próxima à ponte Irmãos Rebouças, também conhecida como ponte do Mirante. Nessa praça estão

registrados os dizeres: “Este marco representa o protesto de um povo em defesa de um bem que, dado por Deus, foi conspurcado pelos homens, o rio Piracicaba. É um protesto contra a ineficiência e incompetência dos órgãos saneadores e fiscalizadores, a apatia dos governos, a ganância do poder econômico, e contra aqueles que de uma forma ou de outra contribuem para poluir o meio ambiente”.

Martins afirma que o movimento ambientalista adquiriu em Piracicaba conotação política, o que mais tarde iria se expandir para a região de sua bacia e passaria a fazer parte das pautas da maioria dos políticos a partir da década de 80 e da imprensa local.

Herrmann Neto foi além da inauguração da praça. Em 15 de julho de 1981 entrou na Justiça com uma ação cautelar em nome da Prefeitura de Piracicaba contra a Fazenda Pública e a SABESP (Companhia de Abastecimento de São Paulo), responsável pela operação do Sistema Cantareira. O objetivo central da ação era ressarcimento dos prejuízos causados pelo sistema para os municípios abaixo das represas, em especial para Piracicaba, que é a última cidade da bacia e dependia do rio para abastecer sua população. A ação não foi levada em frente, mas atualmente outra semelhante está sendo movida pelo Conselho Coordenador das Entidades Civas de Piracicaba, que também solicita o ressarcimento dos danos ambientais causados pelo sistema para toda a região.

O impacto ambiental para o abastecimento público, resultado da retirada de água e da poluição dos rios da bacia, foi denunciado por técnicos, ambientalistas e especialistas da região e motivo de protestos e movimentos, mas nada sensibilizou o governo militar, que implantou o projeto. Ainda na década de 80 os efeitos da poluição tornaram-se mais visíveis com a mortandade de peixes na região e dificuldade na captação de água pelos municípios. Com isso, nasceram vários movimentos ambientalistas, entre eles a histórica campanha Ano 2000- Redenção Ecológica da Bacia do Piracicaba, que tornou-se uma das marcas da cidade e região (MARTINS, 1994).

2.7 Movimento Ambientalista (passado e presente)

A implantação do Sistema Cantareira e a criação do Programa Proalcool são indicadas como os fatores responsáveis pela incorporação do chamado discurso ecológico pela elite política e empresarial, que eram “cobrados” pela comunidade local e regional. Entre 1983 e 1988, o poder público municipal diminuiu o respaldo à mobilização em defesa dos mananciais, o que não se refletiu na comunidade de Piracicaba. Neste período várias iniciativas populares subsidiaram a

criação dos mecanismos legais e institucionais de proteção e recuperação dos recursos hídricos da região (MARTINS, 1994). Dois eventos marcaram, na primeira metade dos anos 80, a luta em defesa do rio Piracicaba. O primeiro, que tinha uma abordagem cultural, foi o 1º Festival de Música Ecológica, cuja primeira edição ocorreu em 1980 com organização e realização feita pelo Sesc (Serviço Social do Comércio). O festival, por falta de apoio, foi transferido para Santos, onde durou por poucas edições. O Salão Internacional de Humor de Piracicaba também chamou a atenção da classe artística e da imprensa nacional para o problema.

Em março de 1980, os engenheiros Nelson Rodrigues e Paulo Checoli, juntamente o promotor de Justiça Paulo Affonso Leme Machado, encaminharam um documento às autoridades locais e estaduais, intitulado “A Propósito da Preservação e Recuperação do Meio Ambiente: Considerações e Proposições”.

As preocupações da comunidade regional com a situação do rio Piracicaba e outros cursos d’água da região, além do futuro desse manancial, caso não fosse adotada uma política que garantisse a efetiva proteção e recuperação dos recursos hídricos eram a tônica do documento. Martins (1994) escreveu que as “propostas mais uma vez foram engavetadas, mas serviriam de experiência para o lançamento da Campanha Ano 2000 – Redenção Ecológica do Rio Piracicaba, quatro anos mais tarde, também por Nelson Rodrigues, que dirigia a Divisão de Meio Ambiente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba (AEAP).

A campanha Redenção Ecológica foi lançada em agosto de 1984, com o apoio do Conselho Coordenador das Entidades Cíveis de Piracicaba. A proposta ganhou espaço nas entidades ambientalistas, clubes de serviço, associações profissionais e partidos políticos por meio de debates e encontros. Os participantes discutiam a situação do rio e colhiam contribuições para a elaboração de uma carta de reivindicações, que seria entregue ao governador do Estado.

O documento fez uma análise da situação ambiental da região das bacias informando que a poluição hídrica se agravou consideravelmente nas últimas décadas devido ao grande crescimento demográfico e industrial ao longo dos rios Atibaia e Piracicaba e, em menor escala, dos rios Jaguari e Corumbataí. Isto significou um aumento na produção e lançamento de esgotos domésticos e industriais, além de boa parte dos resíduos sólidos. No documento foi demonstrado, por meio de levantamento de fontes poluidoras industriais, que a carga potencial remanescente na região da bacia do Piracicaba era 77,2 t/DBO5/dia, o equivalente a 1,42 milhões de habitantes.

As 358 fontes poluidoras, segundo o levantamento, eram usinas sucroalcooleiras e indústrias de médio e grande portes.

Rodrigues (AEAP, 1987) informava também que com relação aos esgotos urbanos a situação era totalmente inversa. Para uma população urbana total de 2 milhões de pessoas, na época do estudo, e uma carga poluente potencial da ordem de 80 t/DBO5/dia, há uma redução aproximada de 5% com um remanescente de 75 t/DBO5/dia, o que equivalia a 1,40 milhão de habitantes. Esta redução devia-se a pequenas estações de tratamento de esgoto de nove pequenos municípios, correspondente a um tratamento preliminar ou nível primário.

Somando-se os remanescentes industriais e comunitários, segundo dados da CETESB de dezembro de 1985, os cursos d'água da região recebiam em princípios de 1986, uma carga poluente orgânica de 153,2 t/DBO5/dia, representando, em equivalentes populacionais, 2.833.300 habitantes, ou seja, quase 30% a mais que o contingente populacional da região. Ainda segundo o documento, esta carga poluente necessitaria de uma vazão contínua de 221,6 metros cúbicos por segundo para ser “digerida” pelos rios se for considerar uma taxa de oxigênio dissolvido na água equivalente a 8 miligramas/litro (8,0 mg/l), volume de água que não era registrado, de acordo com Rodrigues, há décadas. Os índices registrados de oxigênio dissolvido na água nos períodos de estiagem, de junho a novembro, eram na época de 0,0 a 1,0 mg/l, e de até 4,0 mg/l nos períodos de chuva, que propiciam o aumento da vazão dos cursos d'água. Segundo o pesquisador, considerando-se para efeito do cálculo uma taxa constante de 4,0 mg/l, que é a mínima suportável pela grande maioria de peixes, seria necessária uma vazão constante de $443,2 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$ para a digestão do esgoto remanescente. Quando isto ocorre, toda a população de baixadas e a defesa civil ficam em sobressalto devido à enchente iminente.

A chamada Carta de Reivindicações foi entregue ao então governador Orestes Quércia em 25 de novembro de 1987 pelo próprio Nelson Rodrigues e por José Rosário Losso Netto, do Conselho Coordenador das Entidades Civas de Piracicaba, o que gerou pelo menos um resultado imediato: no dia 7 de dezembro, o Conselho Estadual dos Recursos Hídricos (CRH) reconheceu a bacia do rio Piracicaba como “área crítica na qual a gestão dos recursos hídricos deve ser feita segundo diretrizes e objetivos especiais”. (MONTICELLI, 1994)

A Carta de Reivindicações era um conjunto de 32 solicitações agrupadas por ordem de assunto em oito capítulos, abrangendo não só aspectos técnico-ecológicos, mas também outros de ordem administrativa, política e legal (AEAP, 1987). Os pontos do documento foram agregados abaixo:

Da poluição hídrica

- 1- Incremento do estabelecimento de convênios Estado-Prefeitura-indústrias na região prioritária da bacia definida nos Seminários de Americana, Piracicaba e Santa Bárbara d'Oeste contidas no trabalho "Prioridades para Bacia do Piracicaba" (1986);
- 2- Estendimento da mesma proposição aos demais municípios da bacia, no que diz respeito ao tratamento de esgotos nas áreas de esgotamento e restrição e controle;
- 3- Estabelecimento de um cronograma de implantações de sistema de tratamento de esgoto que harmonize as disponibilidades financeiras municipais e industriais e as necessidades ambientais;
- 4- Garantia de plena cobertura técnica por parte do Estado às implantações, aos trabalhos operacionais e à manutenção das ETEs implantadas;
- 5- Elaboração de um manual de tratamentos de esgotos comunitários;
- 6- Confeção de plantas modulares relacionadas no manual e especificação de materiais necessários à implantação das mesmas, que seriam distribuídas às prefeituras;
- 7- Manutenção de cursos para operadores de ETEs para suprir demanda de mão-de-obra;
- 8- Vinculação das dívidas do Município e Estado (parcial ou totalmente) para o custeio específico dos sistemas de tratamento de esgotos urbanos das bacias;
- 9- Enquadramento dos efluentes pós-tratamento (em parâmetros físicos, químicos e bioquímicos) aos índices compatíveis à biota original do meio hídrico;
- 10- Adoção por parte da CETESB ou outro órgão fiscalizador, encarregado de monitorar os níveis de metais pesados dos rios da bacia, a coleta sistemática e a análise de plantas aquáticas bioindicadoras, especialmente o aguapé (*Eichhornia crassipes*);

Da demanda hídrica

- 11- Retomada de estudos para elegerem uma nova fonte de abastecimento hídrico da Região Metropolitana de São Paulo, com início de sua implantação já no segundo ano de governo (no caso do governo de Orestes Quécia);
- 12- Desativação gradativa do Sistema Cantareira;
- 13- O aumento da capacidade de armazenamento hídrico para uma vazão regularizada nos períodos críticos, por meio de barragens já existentes ou da construção de novas;

- 14- A prioridade do uso da água armazenada para o abastecimento hídrico da bacia;
- 15- O aumento da recarga do lençol freático (recarga transitória) através da implantação de programas de conscientização e de estimulação de práticas mecânicas e vegetativas de conservação do solo e da água;
- 16- Mapeamento das áreas com declividade superior a 15% da bacia a fim de que, com a assistência técnica de órgãos oficiais e a colaboração de entidades privadas, sejam reflorestadas com espécies vegetais adequadas à preservação da fauna e exploração econômica, tendo em vista as características locais;

Dos muitos planos e poucos resultados: a “Indústria da poluição”

- 17- A abolição da corrupção, sob qualquer disfarce, do regime de incompetência, do tráfico de influência impune, do parasitismo, do clientelismo, do desperdício irresponsável que desacreditam e aviltam a administração da coisa pública;

Dos órgãos ambientais, suas estruturas e ação política

- 18- Implantação na bacia do Piracicaba de uma “Bacia-Modelo de Gerenciamento e Monitoramento Integrado”;
- 19- Criação de um organismo intermunicipal, eleito e representante de um conselho diretor de prefeitos da bacia;

Das leis, suas omissões e falhas de interpretação

- 20- Ação do Estado junto às autoridades do próprio Estado e da União (IBDF) responsáveis pelos problemas e a proteção das “áreas de vegetação de preservação permanente”, previstas no Código Florestal (lei nº 4.771 de 15/09/65) e outras legislações federais (7.511 de 07/07/86 e 6.938 de 31/08/81), a fim de que se estabeleça o critério da prevalência da “Preservação Permanente” independentemente do tipo de vegetação, seja original, espontânea, natural ou artificial;
- 21- O estabelecimento, pelo Estado, da largura da faixa de vegetação de preservação permanente, em função da amplitude das lagoas naturais ou artificiais, lagos, nascentes e olhos d’água, independentes de sua situação topográfica e quando parcial ou totalmente fora das faixas de preservação permanente dos rios. Posteriormente, representa-se perante a União sobre o assunto;

- 22- Diligências junto à União para o cumprimento do art. 18 da lei federal 4.771 (Código Florestal) concernente à conservação, restauração ou plantio de essenciais faixas de vegetação permanente dos cursos d'água, lagos e lagoas da bacia do Piracicaba, com espécies próprias da região e adequadas às dietas alimentares das aves, animais e dos peixes insetívoros e frutívoros da bacia. Estas providências poderão ser igualmente tuteladas pelo próprio Estado, por intermédio de seus órgãos especializados, mediante o incentivo aos proprietários ou convênios com prefeituras ou entidades industriais;
- 23- O estabelecimento de normas para o estudo de “Alternativas e Avaliações dos Impactos sobre o Meio Ambiente” para a bacia do Piracicaba para a implantação, renovação de licenciamento ou alterações de produção ou de atividades industriais;
- 24- A obrigatoriedade da publicação destes estudos de “Alternativas e Avaliações dos Impactos sobre o Meio Ambiente” juntamente aos pedidos de licença previstos na lei 6.938 de 31/08/81, em seu art. 10, parágrafo 1º, sessenta dias antes da entrada do pedido da referida licença no órgão competente;
- 25- Que os “Estudos de Alternativas e Avaliação dos Impactos Ambientais” sejam elaborados sob inteira responsabilidade técnica e econômica dos interessados;
- 26- Que o licenciamento acima referido seja emitido somente após o parecer favorável da curadoria do meio ambiente local ou regional, transcorridos 60 dias da publicação;

Da indenização à bacia do Piracicaba

- 27- Com a devida urgência sejam tomadas providências para o estabelecimento de meios para avaliações de danos ambientais, visando ao estabelecimento na lei 6.938 de 31/08/81;
- 28- Diligências do Estado no sentido de ser a bacia do Piracicaba indenizada ou reparada pela SABESP, com o custeio de programas de recomposição e proteção ambiental, tendo em vista o disposto na lei 6.938 em seus artigos 4º - inciso VII e 14º - parágrafos 1º e 2º;
- 29- Que os recursos acima referidos sejam destinados única e exclusivamente para implantações tendentes à proteção, preservação e recomposição ambiental não incluindo a construção de barragens regularizadoras, o custeio de projetos junto às firmas ou o pagamento a servidores do Estado ou municípios;

- 30- Que a aplicação destes recursos obedeça, pela ordem, às seguintes prioridades: a) tratamento de esgotos comunitários; b) reflorestamento das áreas de vegetação permanente; c) financiamento de projetos de incentivo à pesquisa e produção de espécimes da fauna e flora destinados ao povoamento da bacia; d) financiamento de cursos, de material impresso ou audiovisual destinados à educação e conscientização ambiental das comunidades da bacia; e) financiamento de concursos abordando temas ecológicos da bacia;
- 31- Que estes recursos sejam recolhidos ao organismo intermunicipal de bacia do Piracicaba (reivindicação nº 19);
- 32- Que para o controle dos recursos arrecadados e dos débitos ocorridos sejam mensalmente ou bimensalmente emitidos balancetes para publicação em todos os órgãos de imprensa da bacia do Piracicaba.

Na sequência, o governo do Estado editou no dia 10 de junho de 1988 o decreto nº 28.489, declarando a bacia citada como “modelo básico para fins de gestão de recursos hídricos”, o que também significaria que a região deveria se tornar uma área prioritária para investimentos. No entanto, a proposta não se concretizou totalmente.

Miranda (2001) descreve a influência da mobilização e das discussões implementadas pela sociedade civil, tendo como inspiração as constantes mortandades de peixes no rio Piracicaba e a o Movimento Ano 2000 – Redenção Ecológica do Rio Piracicaba, nos primeiros passos da gestão hídrica do Estado de São Paulo.

Em 1987, sob o impulso de movimentos sociais contra a poluição das águas nas bacias do Piracicaba, do Jundiá e do Alto Tietê, foi criado o primeiro Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), composto exclusivamente de órgãos e instituições do governo do Estado com a incumbência de propor a política de governo relativa aos recursos hídricos do Estado de São Paulo, bem como a estruturação do sistema estadual de gestão dos recursos hídricos e a elaboração do Plano Estadual de Recursos. Mas, somente com a promulgação da Lei 7.663/91 foi introduzida a participação paritária do Estado, dos municípios e da sociedade civil no CRH e nos comitês de bacias hidrográficas (MIRANDA, 2001, p. 137).

Martins (1998) descreve que parte das solicitações da Carta de Reivindicações acabaria sendo atendida de uma forma ou de outra pelos poderes públicos municipais e estaduais, e ainda, por

iniciativas da própria sociedade organizada, como a realização de convênios Estado-Município; melhoria nos mecanismos de fiscalização e controle; refinamento dos estudos prévios de impacto ambiental; e aprimoramento do sistema de outorga e licenças. Uma das reivindicações seria essencial para a criação de um sistema estadual de recursos hídricos, que foi consolidado na década de 90, a partir da lei estadual nº 7.663, de dezembro de 1991⁽⁵⁾, pois solicitava a criação de um organismo intermunicipal, eleito e representante de um conselho diretor de prefeitos da bacia. Contudo, mostrando o pioneirismo da organização social da região, o então prefeito de Piracicaba José Machado, juntamente a outros prefeitos da região das bacias, fundou em outubro de 1989 o Consórcio Intermunicipal do Piracicaba e Capivari, que mais tarde incorporaria também a bacia do rio Jundiaí, uma associação de usuários que ajudou a fomentar a implantação do comitê na região.

2.8 Nascimento do Consórcio

A criação do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí foi um dos resultados práticos da Campanha Ano 2000 – Redenção Ecológica da Bacia do Rio Piracicaba, sendo inclusive a reivindicação de número 19 do movimento, que pedia a criação de organismo regional de gestão. A primeira diretoria da organização de usuários reunindo municípios e sociedade civil foi formada no dia 13 de outubro de 1989, em Americana, tendo como presidente o então prefeito de Piracicaba José Machado e como vice-presidente Nicola Cortez.

Inicialmente não foi definido que seria fundado um consórcio, mas existiam alternativas, como autarquia intermunicipal, empresa pública, companhia mista, fundação, entre outras. A opção pela figura do consórcio ocorreu por se tratar de uma forma mais rápida em relação às outras citadas para se criar a organização regional de prefeitos.

O Consórcio PCJ, como ficou conhecido, atua hoje como um braço executivo do comitê. Ele é uma associação civil de direito privado, na qual seus membros possuem obrigações e deveres semelhantes a um clube social ou ONG (Organização Não-Governamental).

Para a criação da associação foram necessários quase dez meses de negociações, reuniões, avanços e recuos, sendo que a primeira reunião considerada oficial ocorreu na cidade de Campinas, em abril de 1989, contando com a participação de representantes de 29 municípios. Nesta mesma data foi feita a inclusão dos municípios da bacia do rio Capivari na organização,

que já nasceu regional. A justificativa era de que 50% dos esgotos de Campinas são até hoje lançados no ribeirão Piçarrão, afluente do rio Capivari, além de grande parte da área urbanizada de Campinas ocupar a bacia do Capivari. A fundação oficial do Consórcio PCJ foi realizada no dia 13 de outubro de 1989 no Teatro Municipal de Americana, com a participação de 11 municípios, onde até hoje é localizada a sede da entidade. Representantes das cidades de Americana, Amparo, Bragança Paulista, Capivari, Campinas, Cosmópolis, Jaguariúna, Piracicaba, Rio Claro, Sumaré e Pedreira, além de várias câmaras de vereadores participaram da solenidade de criação. A cidade de Americana foi escolhida para sediar a associação por sua localização geográfica na região central da bacia, com a facilidade de acesso rodoviário e devido ao município ter iniciado, na época, a implantação da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) Quilombo, obra considerada um incentivo ao tratamento de esgotos. Inicialmente, o DAE (Departamento de Água e Esgoto) da cidade cedeu um espaço físico para o início das atividades do consórcio, que aos poucos foi sendo estruturado pelos municípios consorciados, que além das atribuições financeiras também contribuíram cedendo funcionários, veículos e salas com telefone, telex, xerox, microcomputador e móveis. Durante quase dez anos, o consórcio também teve uma subsede na Rua Riachuelo em São Paulo, capital, escritório cedido pela prefeitura de Piracicaba.

Monticeli (1998) afirma que a grande inovação do Consórcio PCJ foi a introdução da cobrança de uma contribuição financeira, separada em dois grupos: a contribuição de custeio e a de investimentos em projetos. A cobrança foi a forma de garantir a sustentação financeira da associação, que mantém independência financeira do governo do Estado e da iniciativa privada. A contribuição está prevista no estatuto da entidade, mas o documento era falho na forma de operacionalização do uso dos recursos, o que ficou a cargo das equipes da associação. A contribuição de custeio permite o suporte operacional e de infra-estrutura, ou seja, a existência do Consórcio, enquanto a contribuição de investimentos é constituída pelos valores cobrados de todos ou de parte dos membros do consórcio para programas específicos. Segundo Monticeli, várias outras entidades semelhantes criadas depois também incorporaram esses mecanismos estatutários. Ele destaca que a cultura organizacional da entidade foi consolidada ao longo de vários anos, sendo considerada uma referência no país.

Apesar do caráter regional, o Consórcio passou pela primeira grande adequação estatutária em 24 de maio de 1996, que permitiu a participação de empresas públicas, privadas e de economia mista. Com isso, a entidade ganhou a característica de associação de usuários de água.

Entre as atividades desenvolvidas pela associação estão a atuação política junto às câmaras municipais, que permitiu que os técnicos da secretaria-executiva participassem de debate ou apresentassem a problemática dos recursos hídricos na região, o que em muitas ocasiões deflagrou movimentos regionais pela recuperação de mananciais de abastecimento público e em defesa da gestão descentralizada e participativa da água. Por meio do Conselho Fiscal, em 1994 foi retomada a Ação Cautelar Indenizatória contra a SABESP e a Fazenda do Estado, iniciada pela Prefeitura de Piracicaba em 1980, que solicitava o ressarcimento pela diminuição da capacidade de diluição dos mananciais da bacia do rio Piracicaba, provocada pela implantação do Sistema Cantareira. O processo foi localizado e revisto, mas não teve continuidade. Em 1995, o Conselho Fiscal elaborou e aprovou a Carta de Campinas, um documento que posteriormente foi encaminhado ao Conselho de Municípios do Consórcio. Entre outras argumentações, o documento apelava pela solução urgente para a necessidade de recuperação dos mananciais da região. A carta ainda apontava como uma das soluções o retorno da contribuição de investimentos ao Consórcio, que estava suspensa desde 1993, período em que os municípios passaram por grandes dificuldades financeiras e suspenderam o repasse para o Consórcio, que foi obrigado a diminuir 75% sua receita de US\$ 20.000 por mês, além de buscar recursos do FEHIDRO (Fundo Estadual dos Recursos Hídricos), criado no mesmo ano por um decreto estadual. Até a suspensão, o consórcio disponibilizava recursos para custear publicações e demais iniciativas e participações da sociedade civil em eventos, como a Rio-92, como representantes das bacias Piracicaba e Capivari. As deliberações eram tomadas pela Plenária de Entidades, conselho formado por representantes da sociedade civil, com as ONGs, entre outras. O retorno da contribuição de investimentos ocorreu somente em dezembro de 1997, numa reunião ocorrida no município de Bragança Paulista, onde foi aprovada a proposta elaborada pela secretaria-executiva da entidade de que o valor da contribuição seria de R\$ 0,01 (um centavo de real) por metro cúbico de água consumida pela população do respectivo município. Na época, a previsão de arrecadação era de R\$ 2 milhões ao ano para aplicação na recuperação dos rios. Durante o período em que o consórcio não tinha recursos para realizar estudos ou projetos na bacia, a equipe técnica desenvolveu formas de rateio entre as prefeituras baseadas numa

metodologia que envolvia os municípios beneficiados direta ou indiretamente com a iniciativa. Levava-se em conta parâmetros quantitativos, como as vazões de captação e/ou lançamentos de esgotos e as porcentagens correspondentes em relação ao total. Com base nesses valores, o custo era dividido proporcionalmente entre as administrações municipais. Outra forma de buscar recursos foi por meio de parcerias com órgãos públicos e a iniciativa privada, que permitiram a concretização de vários projetos, como de reflorestamento, elaboração de planos e estudos, promoção de eventos de educação ambiental, capacitação de técnicos e educadores e elaboração de distribuição de publicações especializadas sobre gestão de recursos hídricos.

Entre as frentes de atuação do consórcio estavam várias iniciativas, como a mobilização em defesa da elaboração e aprovação de projeto de lei para a criação da Agência de Bacias entre os anos de 1993 e 1994, órgão previsto na legislação estadual e federal, cuja função é gerenciar a bacia, arrecadar, controlar, fazer destinação e fiscalização dos recursos da cobrança pela água. A entidade também vislumbrou a necessidade de se discutir e buscar soluções para a problemática dos resíduos sólidos na bacia, cuja destinação influencia diretamente ou indiretamente na qualidade dos recursos hídricos. Em 1998, o Consórcio criou um programa próprio de cobrança pela água, com reinvestimento de recursos na bacia de origem, implementando o Programa de Investimentos R\$ 0,01, que tinha adesão voluntária dos municípios. As administrações repassavam R\$ 0,01 por metro cúbico de água captada para a associação, que investia os recursos em programas de recuperação, proteção, reflorestamento e educação ambiental na bacia de origem. O programa funcionou inicialmente na bacia do rio Corumbataí, afluente do Piracicaba e manancial que abastece os municípios de Analândia, Rio Claro e Piracicaba, que desde 2000 tem mais de 95% de sua captação de água nessa sub-bacia devido à má qualidade das águas do rio que corta seu município e que dá nome à cidade.

O papel do Consórcio também foi decisivo na formação do CBH-PCJ. Ele participou das reuniões preparatórias com representantes de municípios, órgãos estaduais e sociedade civil. Inicialmente, o Consórcio não possuía vaga no novo colegiado, por isso atuou como representante dos municípios durante a primeira gestão (93-94) representando Americana e, na segunda gestão, pela cidade de Valinhos, nos anos de 95 e 96. Em 1997, após muita negociação, o Consórcio obteve uma vaga no CBH-PCJ, no segmento usuários, com participação direta, tendo direito a voz e voto nas plenárias do colegiado, segundo Lahóz ⁽³⁾.

⁽³⁾ Entrevista concedida à autora em abril de 2007 na sede da Agência de Águas em Piracicaba

O Consórcio forneceu a experiência de convivência e negociação regional, fortaleceu o segmento técnico e, literalmente, preparou a região para a implantação do primeiro comitê do Estado. Porém, logo em seguida à criação do Comitê de Bacias Hidrográficas do Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ) houve um período de dificuldades de relacionamento entre as duas entidades, porque as funções de cada uma delas ainda não estavam bem definidas. Após essa fase inicial, a atuação das entidades foi determinante para a aprovação da nova Lei Nacional de Recursos Hídricos nº 9.433 de 1997 (CONSÓRCIO, 2004).

2.9 Comitê dos rios Piracicaba-Capivari – criação, estrutura e missão

A lei estadual nº 7.663/91, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos, criou em suas disposições transitórias dois colegiados – Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí e Comitê do Alto Tietê. Essas regiões foram escolhidas para iniciar a implantação da Política Estadual de Recursos Hídricos porque já dispunham de estudos e mobilização suficientes para sustentar e viabilizar a instalação desses fóruns. A proposta inicial era de que o funcionamento desses dois comitês servisse de experiência piloto para a instalação dos demais. Os comitês foram criados com funções deliberativas e consultivas, além de atuarem respeitando as peculiaridades regionais (COMITÊ PCJ, 1996). A missão desses colegiados era de aprovar o Plano das Bacias Hidrográficas, avaliar e aprovar a proposta de aplicação dos recursos financeiros a serem utilizados nas bacias e promover o entendimento entre os usuários dos recursos.

A organização e o histórico da região das bacias PCJ em relação à problemática local dos recursos hídricos fez com que seu comitê fosse o primeiro a ser viabilizado, uma iniciativa considerada pioneira, tornando-se modelo de gerenciamento democrático, descentralizado e participativo.

Segundo Moretti⁽⁴⁾, quando a lei estadual nº 7.663 criou os comitês do PCJ e do Alto Tietê, os primeiros do Estado de São Paulo, foi constituído na região um grupo de trabalho com representantes da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos sob o comando do DAEE de Piracicaba, que na época era dirigido por Rui Brasil, juntamente à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e à FUNDAP, que foi inserida no grupo para dar apoio administrativo para a constituição de uma nova figura, o comitê de bacia, que ninguém sabia exatamente o que seria.

O que fizemos nesse primeiro momento foi identificar quem eram os interlocutores da região. Dos órgãos do Estado estava fácil, agora quem que falava pelos municípios e pela sociedade civil. O grande problema era definir quem era a sociedade civil. A lei dava uma indicação apenas, mas quem que você ia chamar para dizer: essa é a sociedade civil que vai fazer parte do comitê.

Foi um trabalho bastante árduo na época. Foram realizados inúmeros seminários em diversas cidades da região, chamando-se todos aqueles que você poderia imaginar que representassem a sociedade civil: associações de classe, associações de bairro, lions, clubes de serviço, rotarays, associações de engenheiros e OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Enfim, chamávamos o pessoal das câmaras de vereadores. Algumas reuniões foram realizadas em câmaras. Também, na época, foi mantido um contato bastante estreito com o Consórcio (Intermunicipal dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí), que já era uma estrutura existente desde 1989, que inclusive tinha experiência de trabalhar com os municípios e tinha uma plenária da sociedade civil, que ajudou na identificação desses agentes. O que aconteceu na época: muita conversa (Moretti, 2007).

Por força legal, a composição do futuro comitê deveria ser paritária, dando igual número de cadeiras para três setores: governo do Estado, governos municipais e sociedade civil. De 1993, quando foi criado, até 2003, quando houve a alteração que vigora até hoje por conta da criação do comitê federal, o CBH-PCJ tinha 16 cadeiras para cada setor representado. Moretti (2007) destaca que o número foi ajustado e alterado diversas vezes antes da aprovação do estatuto, que considerou ser um processo natural da discussão democrática pretendida na época. O técnico destaca que o número não poderia ser baixo demais para ter representatividade e nem alto demais para permitir a organização administrativa do colegiado.

Para definir a região abrangida pelo comitê formando a UGRH-5 (Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos nº5) foram consideradas as relações físicas das três bacias (Piracicaba, Capivari e Jundiaí) e a caracterização geopolítica da região. Os três rios são afluentes da margem direita do rio Tietê e possuem bacias hidrográficas distintas geograficamente, porém os mananciais mantêm ligações hídricas (reversões) provocadas pela ação do homem. A cidade de Jundiaí é abastecida por uma reversão da bacia do Atibaia, que por sua vez forma o rio Piracicaba juntamente o Jaguari. O município de Campinas tem área urbana dividida entre as bacias do Atibaia e do Capivari e capta principalmente do rio Atibaia, além de lançar quase metade de seus esgotos na bacia do Capivari.

⁽⁴⁾ Entrevista concedida à autora no dia 9 de maio de 2007 na sede do DAEE (Departamento de Água e Energia Elétrica)

Segundo José Machado⁽⁵⁾, ex-prefeito de Piracicaba e primeiro presidente do Consórcio PCJ, Piracicaba e região foram impulsionadas a organizarem-se em defesa do manancial por conta da má qualidade das suas águas, que abasteciam várias cidades da região, inclusive Piracicaba, que captava água de trecho onde o rio era considerado de qualidade pior que classe 4 (Resolução CONAMA). A poluição rural, urbana e industrial era maior que a capacidade de suporte do curso d'água e os episódios de mortandades de peixes e mau cheiro da água eram constantes e deixavam indignada a comunidade. Dessa indignação, transformada em mobilização, nasceu o Consórcio Intermunicipal dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, que também foi fundamental para a implantação do Comitê dos Rios Piracicaba e Capivari em 1993.

A situação do rio estava numa piora crescente não só por conta do Cantareira, que não permitia a liberação de uma quantidade de água suficiente nos períodos de estiagem, mas também pela elevação dos níveis de poluição dos rios. Então, esse ambiente de degradação e a mortandade de peixes, tudo isso repercutiu muito fortemente na comunidade de Piracicaba. Tinham eco na opinião pública esses fatores. A chamada sociedade civil em Piracicaba na época tinha como epicentro o Conselho Coordenador das Entidades Cíveis, ali nasceu um movimento em defesa do rio Piracicaba. Um movimento, eu diria, mais permanente, com mais informações técnicas porque a Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba, que fazia parte do conselho, acabou sendo destacada para produzir informações técnicas. Então, dentro desse contexto é que nasce no final dos anos 80 o consórcio. O consórcio foi fruto desse processo de mobilização, dessa consciência que havia em Piracicaba de recuperar a qualidade da água do rio Piracicaba. (Machado, 2007)

2.10 Gestão de Recursos Hídricos no Brasil – do Código de Águas ao sistema participativo

A gestão de recursos hídricos nos moldes como a conhecemos hoje pode ser considerada recente no país. Até a década de 70 no Brasil, a discussão sobre o assunto ficava restrita praticamente aos meios técnicos e acadêmicos, porém a partir da redemocratização do país as questões ambientais como um todo e os recursos hídricos, especificamente, ganham destaque tanto no campo da legislação quanto da fiscalização.

⁽⁵⁾ Entrevista concedida à autora no dia 5 de maio de 2007, em Piracicaba

O conceito de gestão ou gerenciamento de um recurso ambiental deve ser precedido da definição da importância do mesmo. A água é um recurso natural renovável e esgotável, que sofre sensíveis alterações de qualidade e quantidade devido à ação humana. Porém, assim como o ar e os alimentos, a água é essencial à vida humana na Terra. O recurso também é essencial para a manutenção de outras espécies de vida nos diversos ecossistemas. (TUNDISI; MATSUMURA-TUNDISI, 2005). Por deter essa importância ecológica e ambiental, os recursos naturais (ar e água) não podem ser de posse indiscriminada e exclusiva. Freitas (2005) define que a água, assim como o ar, são ‘bens comuns fluidos’, cujo suprimento é indivisível e compartilhado, porém seu consumo ou uso pode ser individual, separado ou coletivo. Do outro lado, existem outros tipos de bens que são de todos os usuários ou consumidores, como por exemplo, o saneamento básico e a segurança. Esses são chamados de bens públicos e sem preço de mercado, que não podem ser de uso privado.

Segundo ele, no caso dos bens fluidos, enquanto a demanda for menor ao suprimento, os problemas de seu uso são controláveis e resolvíveis. Porém, quando a demanda supera a oferta começam a surgir os chamados conflitos de uso, o que gera a necessidade de se estabelecer controles. Conseqüentemente isso leva à definição de regras de uso e manutenção do bem, ou seja, à gestão ou gerenciamento do bem.

Freitas define que o gerenciamento ou gestão de um recurso ambiental natural, econômico ou sociocultural consiste na articulação do conjunto de ações dos diferentes agentes sociais, econômicos ou socioculturais interativos, objetivando compatibilizar o uso, o controle e a proteção deste recurso ambiental, disciplinando as respectivas ações antrópicas, de acordo com a política estabelecida para o mesmo, de modo a atingir o desenvolvimento sustentável.

Ainda segundo o autor, existem muitas dificuldades no gerenciamento das bacias hidrográficas e a principal delas seria de caráter institucional, pois a adequação administrativa da água versus o meio ambiente é de difícil solução, tendo em vista a disparidade de organismos que tratam de recursos ambientais (desde a água até os demais recursos).

No Brasil, a gestão foi historicamente marcada pela hegemonia da produção energética sobre os demais usos da água, acompanhando a demanda imposta pelo desenvolvimento industrial do início do século passado. Enquanto isso, na Europa, desde 1960 — 15 anos após a Segunda Guerra Mundial — vários países começaram a perceber que as opções de desenvolvimento, industrialização e recuperação econômica do período pós-guerra tinham levado a uma grande

poluição. Moreira (2001) afirma, em palestra proferida no dia 30 de junho na Universidade Federal de São Carlos, que essas nações iniciaram estudos e a criação de mecanismos de combate e controle da poluição, com isso o cuidado com a água teve início uma década antes das iniciativas brasileiras. Apenas entre os anos 70 e 80, tiveram início no Brasil alguns seminários para se discutir o gerenciamento da água no país.

A partir da década de 70, a água passa a ser entendida como um recurso natural finito e imprescindível à vida em geral, além de ser necessária ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social. Por outro lado, também passa a ser reconhecido seu valor como recurso ambiental porque a alteração adversa da mesma pode contribuir para a degradação da qualidade ambiental, que direta ou indiretamente afeta a saúde e o bem-estar em geral da população, atividades sociais e econômicas, fauna e flora, as condições estéticas ou sanitárias do meio e, por fim, a qualidade dos recursos ambientais. Segundo alguns autores, a experiência brasileira que culminou com a atual política de gestão da água, recentemente denominada de recursos hídricos, pode ser dividida em três momentos históricos bem caracterizados que serão descritos neste trabalho a seguir.

2.10.1 Modelo burocrático

Segundo Borsoi e Torres (1998), a primeira experiência brasileira de organizar e implementar por meio de organismos estatais a gestão dos recursos hídricos ocorreu na década de 30, quando foi criada a Diretoria de Águas, que se tornou depois o Serviço de Águas, no Ministério da Agricultura. Depois, em 1934, esse serviço foi transferido para a estrutura do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), quando foi editado o Código de Águas (1934), primeiro conjunto de normas pertinentes ao uso do recurso.

Essa legislação, estabelecida pelo Decreto 24.643 de 10 de julho de 1934, baseou-se num modelo de gerenciamento de água orientado por tipos de uso, sendo por isso considerada a etapa burocrática da administração dos recursos hídricos no Brasil. Nessa fase, a administração pública tinha como objetivo predominante cumprir e fazer cumprir os dispositivos legais sobre as águas. Existia uma extensa legislação para ser atendida, que dizia respeito às concessões e autorizações de uso, licenciamento de obras, ações de fiscalização, interdição e multa, entre outros tópicos. Trata-se de etapa caracterizada por uma visão fragmentada do processo de gestão, com o desempenho restrito ao cumprimento de normas e dificuldade de adaptação a mudanças internas

e externas, centralização do poder decisório, excesso de formalismo e pouca importância ao ambiente externo. O modelo acirrava os conflitos pelo uso e de proteção das águas, além disso, provocava a realimentação do processo de elaboração de novos instrumentos legais para reforçar o esquema legal. O resultado foi um vasto conjunto de leis e normas, que chegaram a ser conflitantes, com difícil interpretação. Segundo Moreira (2001), a gestão propriamente dita da água ficava a cargo de apenas um dos usuários da água, o setor elétrico, representado por empresas privadas. Do lado governamental, o DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica) não abria mão de ser a liderança maior e de ter prioridades, como a geração de energia.

A opção brasileira, desde 1934, com o Código de Águas, foi de que as águas do país se destinassem principalmente à geração de energia elétrica. Por essa razão, quem administrava as águas era o setor elétrico, ou seja, o gerenciamento era feito por um usuário de águas. O mesmo órgão que dava as concessões e controlava a energia elétrica era responsável pelo gerenciamento da água (MOREIRA, 2001).

2.10.2 Modelo econômico-financeiro

A segunda etapa da gestão brasileira de recursos hídricos é denominada modelo econômico-financeiro. Ela é caracterizada pelo uso de instrumentos econômicos e financeiros por parte do poder público para promover o desenvolvimento regional e nacional, além de induzir a obediência às normas legais vigentes. Essa etapa teve início com a criação da Companhia de Desenvolvimento Vale do São Francisco (CODESAF) em 1948. Esse modelo, a exemplo do primeiro, não priorizava o uso múltiplo da água. A estrutura econômico-financeira era marcada por duas orientações: as prioridades setoriais do governo, constituídas pelos programas de investimento em setores usuários de água, como irrigação, geração de energia, saneamento e o desenvolvimento multisetorial da bacia hidrográfica. Essa última diretriz, que não era aplicada porque as superintendências de bacias ficavam vinculadas a um ministério ou uma secretaria estadual setorial, tinha as atribuições limitadas ao segmento específico de atuação. A principal deficiência do modelo econômico-financeiro era sua necessidade de criar um grande sistema para compatibilizar as ações temporais e as espaciais de uso e proteção das águas. Na prática, foram implantados sistemas parciais setoriais, que privilegiaram setores de usuários e até promoveram uma apropriação perdulária por parte de certos segmentos. Ao final, sem conseguir alcançar a

utilização social e economicamente ótima da água, tinha-se a gestão de conflitos entre os setores e até intra-setores na mesma intensidade do modelo burocrático de gestão. Contudo, o modelo econômico-financeiro permitia, apesar das deficiências, a realização de planejamento estratégico da bacia e a canalização de recursos financeiros para a implantação dos investimentos.

A segunda etapa da gestão de recursos hídricos no país agregou mudanças de destaque à estrutura governamental. Entre elas: em 1961, o DNPM passou a integrar o Ministério das Minas e Energia e, em 1965, o Serviço de Águas foi transformado em uma divisão e tomou a configuração do Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAE). O mesmo departamento, em 1968, passa a denominar-se Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE).

Outra mudança ocorreu logo no início dos anos 70, incorporando o movimento ecológico nascido pós-Conferência Mundial do Meio Ambiente de Estocolmo, em 1972, que foi a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior. O principal papel da SEMA na questão dos recursos hídricos foi de consultar o DNAEE sobre a classificação das águas interiores. Ainda nesta década, devido ao emergente problema enfrentado por capitais como São Paulo em relação à má qualidade das águas para abastecimento público, foram executados estudos sobre o aproveitamento múltiplo dos cursos d'água e bacias hidrográficas, e os sistemas de tratamento de efluentes se tornaram obrigatórios aos empreendimentos que dependessem da água. Na década seguinte tiveram início em âmbito nacional as discussões em torno dos pontos críticos da gestão dos recursos hídricos no Brasil. Até então, o setor de energia dominava a demanda e concentrava as informações disponíveis sobre água, com isso passava-se por gerenciador do recurso.

Em 1984, o DNAEE concluiu um diagnóstico sobre as bacias hidrográficas e, no mesmo ano, foi criado o CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente), que estabeleceu a classificação das águas doces, salobras e salinas em todo o território brasileiro em nove classes, segundo seus usos preponderantes. No início da década de 80, alguns comitês de bacias, como o Paranapanema e o Paraíba do Sul, começaram a ser organizados, sendo o estopim do nascimento da atual política de recursos hídricos, que tinha como pano de fundo a redemocratização do país e a inserção da sociedade civil nas definições e execuções das políticas públicas.

2.10.3 Modelo sistêmico de integração participativa

A partir da promulgação da Constituição de 1988 foram criadas as condições legais iniciais para inaugurar a terceira etapa da gestão de recursos hídricos, denominada modelo sistêmico de integração participativa, que é objeto deste estudo dentro da perspectiva dos comitês de bacias e, especificamente, das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Segundo Borsoi; Torres (1998), a diferença entre o modelo econômico-financeiro, e um sistêmico de integração participativa é que o segundo, além de examinar o crescimento econômico também verifica equidade social e os equilíbrios social e ambiental. A integração desses objetivos deve dar-se na forma de uma negociação social, ainda no âmbito da unidade de planejamento da bacia hidrográfica.

A Constituição introduziu diversos aspectos relativos à gestão das águas, que atendem a uma visão mais moderna sobre a administração dos recursos hídricos. Já com relação ao Código de Águas, a nova Constituição modificou muito pouco, sendo que a alteração mais importante foi o fim do domínio privado da água, previsto em alguns casos no código antigo.

Em seu art. 20, parágrafo 1º, ela determina uma condição especial aos recursos hídricos: “É assegurada, nos termos da Lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração”.

Outra determinação importante da Constituição foi fixar como competência da União instituir um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos do uso da água (art. 21, inciso XIX). Estabelece, ainda, que a competência para legislar sobre a água é privada da União, embora a própria União, Estados, Municípios e o Distrito Federal tenham competência comum para registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de uso de recursos hídricos.

A Constituição estabeleceu no seu artigo 20, inciso III, e artigo 26, inciso I, que os corpos d'água passam a ser de domínio público: o domínio da União para rios ou lagos que cortem ou banhem mais de uma unidade da Federação ou que sirvam de fronteira interestadual ou internacional; e o domínio dos Estados sobre as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas as decorrentes de obras da União, no âmbito de seus territórios. Os

Municípios não são contemplados com águas próprias. Rios como o São Francisco, que banha mais de um Estado, e o rio Carinhonha, que serve de fronteira entre Minas Gerais e Bahia, e o rio Paraguai, que serve de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, são exemplos de cursos de domínio da União. Exemplo contrário é o rio Paracatu, que tem todo seu curso dentro da área do Estado de Minas Gerais e, por isso, pertence ao Estado. No caso das águas subterrâneas o domínio vai depender das direções dos fluxos subterrâneos, e áreas de recarga (alimentação) e de se as obras para sua captação foram contratadas pelo governo federal.

Algumas constituições estaduais, promulgadas em seguida à Constituição Federal, já detalharam e expandiram essa preocupação com o gerenciamento dos recursos hídricos. Além disso, vários Estados detentores de domínios sobre as águas, como São Paulo, Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pará e Pernambuco, além do Distrito Federal, já tinham em suas leis organização administrativa para o setor de recursos hídricos. A legislação federal para a gestão dos recursos hídricos vem somente mais tarde. A lei nº 9.433, que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos, foi sancionada em janeiro de 1997, sendo que seu texto incorpora princípios, normas e padrões de gestão de água universalmente aceitos e já praticados em outros países.

A Lei de Recursos Hídricos atendeu aos principais aspectos do modelo sistêmico de integração participativa, que por sua vez requer instrumentos legais específicos para a sua implantação. Nessa etapa, não se pode prescindir do instrumento da outorga do uso da água, mecanismo pelo qual o governo federal e governos estaduais devem promover o uso adequado da água sob o ponto de vista da sociedade em geral. “Em síntese, o que se espera com o modelo sistêmico de integração participativa é a criação de uma vontade política regional, que além de arrecadar recursos, tenha sucesso na administração pública, promovendo o uso e a proteção das águas” (BORSOI, TORRES, 1998).

A Política Nacional de Recursos Hídricos determinou a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamentou o inc. XIX do art. 21 da Constituição Federal e alterou o art. 1º da Lei nº 8001, de 13 de março de 1990, que por sua vez modificou a lei nº 7.900, de 28 de dezembro de 1989. Entretanto, apesar de as águas no Brasil estarem sob o domínio da União ou dos Estados, a Política de Recursos Hídricos e a atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos não estão embasadas nos limites da União ou dos Estados. “A aplicação do quadro normativo hídrico tem como unidade territorial a bacia

hidrográfica, como determina o artigo 1º, V, da lei 9.433/97, que abrange os cursos de água catalogados como principal e/ou tributários. A bacia hidrográfica, ao abranger os cursos de água, não está necessariamente abrangendo os aquíferos, ou seja, a bacia hidrogeológica” (MACHADO, 2003).

A ANA foi criada em 2001 no âmbito do governo federal para participar da elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos e prestar apoio à elaboração dos planos de recursos hídricos na esfera estadual. Esses planos incluem investimentos, ação de fortalecimento do sistema de gestão de recursos hídricos da bacia, implantação de sistemas de informações, redes de monitoramento da qualidade e quantidade de água e, ainda, a criação e implantação de instituições de gerenciamento, as agências de bacia. A ANA também ficou responsável pela outorga, autorização de direito de uso das águas de domínio da União, os chamados mananciais federais, além de fiscalizar diversos usos e arrecadar, distribuir e aplicar as receitas auferidas por meio da cobrança. O sistema nacional tem similar nas unidades da Federação com o intuito de criar harmonia na gestão das águas. Em alguns casos a legislação estadual é anterior à federal, como no Estado de São Paulo (lei nº 7.663/91), que definiu suas políticas estaduais de recursos hídricos, que tinham como princípios básicos o gerenciamento descentralizado, participativo e integrado, com a adoção da bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento e o reconhecimento do recurso hídrico como um bem público, de valor econômico, que deve ser cobrado.

A bacia hidrográfica é a célula-matriz da gestão de recursos hídricos e da ambiental em geral porque a água é um indicador que se presta a modelagens de simulação, sendo possível reproduzir o funcionamento hidráulico e ambiental a partir de uma base técnica, que reúna dados sobre uso e poluição da água, características fisiográficas da bacia e do corpo d'água em si. Essa base técnica permite acrescentar ao cenário futuro os interesses dos diversos atores envolvidos em determinada bacia. Nessas situações se pode avaliar os ganhos e as respectivas perdas em cenários extrapolados. A delimitação da bacia é uma base econômico-financeira que permite ainda quantificar investimentos necessários.

2.11 Avanços do CBH-PCJ – a Gestão Compartilhada do Sistema Cantareira e cobrança pela água

No vencimento da primeira licença de captação de água do Sistema Cantareira, no dia 6 de agosto de 2004, foi aprovada uma nova outorga mais curta, de dez anos, porém atrelada a uma série de exigências. São medidas anexas à licença que definem ações a serem feitas para recuperação e melhoria da qualidade da água da bacia, obras de reservação e, principalmente, estudos para diminuir a dependência da captação de água feita nas bacias PCJ pela SABESP para abastecer a Região Metropolitana de São Paulo, que constam no artigo 16. As propostas foram amplamente discutidas em diversas reuniões ao longo de um ano, antes de serem aprovadas por órgãos estaduais e federais, além do Comitê de Bacia do Alto Tietê.

A principal mudança foi chamada gestão compartilhada, ou seja, o conjunto de reservatórios do Sistema Cantareira passou a ser administrado ou gerenciado por seus vários usuários, representados pelos respectivos comitês. Entre as propostas criadas dentro do plano de Gestão Compartilhada dos recursos da bacia constavam a recuperação florestal, tratamento de esgoto, ações para momentos de crises hídricas (inundação ou estiagem) e investimentos em novas fontes de água e reservatórios. Pela Gestão Compartilhada as duas regiões usuárias do Cantareira são co-responsáveis pelo gerenciamento do sistema, ao contrário da forma anterior de administração que era concentrada na SABESP.

Antes da negociação, a SABESP definia os volumes de liberação de água para as bacias PCJ dos reservatórios do Sistema Cantareira. Apesar da existência da chamada Câmara Técnica de Planejamento (CTPL), no âmbito do CBH- PCJ, que discutia e solicitava o aumento da liberação de água para os rios a jusante do sistema, o pedido nem sempre atendia de forma satisfatória aos anseios dos planejadores da região.

O item mais democrático do plano foi a criação do Banco de Águas, que definiu cotas de água dos reservatórios do Sistema Cantareira para cada uma das bacias. O sistema funciona como uma espécie de reserva estratégica ou mesmo poupança. A água não utilizada ficava ‘guardada’ nas represas e poderia ser utilizada a posteriori a critério do comitê da região.

A estiagem entre agosto e setembro de 2004 literalmente foi um teste para o Banco de Águas, quando pela primeira vez foi posto em prática pelas regiões da Grande São Paulo e bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí a reserva, considerada por técnicos da área de recursos hídricos uma inovação nas bacias. Em agosto daquele ano, as bacias PCJ, situadas abaixo do

Sistema Cantareira, tinham direito à liberação de $4,3 \text{ m}^3 \cdot \text{s}^{-1}$ (o equivalente a 4,3 mil litros de água) das represas que compõem o sistema. Porém, o CBH-PCJ decidiu pela liberação de apenas $3 \text{ m}^3 \cdot \text{s}^{-1}$, deixando o restante reservado no banco. A economia foi repetida no mês de setembro do mesmo ano, quando a região tinha direito a $4,6 \text{ m}^3 \cdot \text{s}^{-1}$, mas definiu a liberação de $4 \text{ m}^3 \cdot \text{s}^{-1}$, porém no mês seguinte foi necessário usar a reserva do banco para aumentar a vazão dos rios. O comitê definiu a liberação de $5,1 \text{ m}^3 \cdot \text{s}^{-1}$, sendo que tinha direito a $4,5 \text{ m}^3 \cdot \text{s}^{-1}$ da liberação normal mais $0,6 \text{ m}^3 \cdot \text{s}^{-1}$ (600 litros) do Banco de Águas. (CONSÓRCIO PCJ, 2004)

Essa inovação no sistema de distribuição da água produzida nas cabeceiras das bacias PCJ, mais especificamente Minas Gerais, que é dividida entre a população da Região Metropolitana de São Paulo e a região das bacias PCJ, foi possível pelo acordo estabelecido na discussão da renovação da nova outorga do Sistema Cantareira, um processo técnico e político que levou as duas regiões a negociarem durante um ano a melhor maneira de administrar a água do sistema de forma que nenhum dos dois pólos ficasse comprometido. A nova outorga ou licença para captação e uso da água foi concedida conjuntamente pela ANA e pelo DAEE. A outorga, segundo técnicos da área, abre perspectivas de solução de conflito pela água que as duas regiões vivenciaram em três décadas, após o início do Cantareira em 1974. A outorga anterior, de 30 anos, expirou em agosto de 2004 e a nova terá duração de dez anos, ou seja, até 2014. A primeira licença foi concedida durante o Regime Militar e era um documento simples e objetivo, com apenas duas páginas, que determinava a concessão para que a SABESP captasse até $31 \text{ m}^3 \cdot \text{s}^{-1}$ de água do manancial da bacia, conforme Figura 5. A outorga foi feita pelo DAEE (Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica), um órgão do Ministério das Minas e Energia da época. A concessão não previa nenhuma forma de ressarcimento ou limitação de transferência de água em caso de crise na bacia de origem do recurso. A primeira outorga do Sistema Cantareira foi concedida pelo Ministério de Estado das Minas de Energia (MME), por meio da portaria nº 750, de 5 de agosto de 1974, publicada em 8 de agosto de 1974, com a validade de 30 anos. Um órgão federal foi responsável pela licença por envolver rios de domínio da União.

MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA
 para efeito de publicação, no valor de
 Cr\$ 345,00
 em 29/3/74
 do Tábua n.º 32190
 do Departamento de Imprensa Nacional
 Em 5/8/74
 VISTO

Pub. D. O. 8/8/74
 Pág. N.º 8945
 Em 13/8/74 Fnc. *Lucy*

Portaria n.º 250 de 5 de agosto de 1974

1934
O Ministro de Estado DAS MI
NAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art.
 171, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1943, combinado
 com os artigos 43 e 62 do mesmo diploma legal, tendo em vis-
 ta o que consta do processo MME nº 705.694/73,

RESOLVE :

I - autorizar a Companhia de Saneamento Bási-
 co do Estado de São Paulo - SABESP, a derivar até 33 m³/s ,
 das águas provenientes dos rios Jaguari, Cachoeira, Atibainha
 e Juqueri, no Estado de São Paulo, com a finalidade de abas-
 tecer o grande São Paulo, ressalvados os direitos de tercei-
 ros;

II - a presente autorização é concedida pelo
 prazo de 30 (trinta) anos;

III - a autorizada fica obrigada a cumprir o
 disposto no Código de Águas, leis subseqüentes e seus regula-
 mentos; 17

IV - a presente Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Shigeaki Ueki

DEEC/SAC
MME 705.694/73
PEV/nhg/tgf.

Figura 5 - Documento da primeira outorga do Sistema Cantareira

Fonte: DAEE

A proposta da gestão compartilhada foi lançada em 2003 pelo Consórcio PCJ e o Comitê do Alto Tietê, representando a Região Metropolitana de São Paulo. A proposta, antes de ser abraçada pelo comitê, foi apresentada por um grupo de prefeitos e representantes da região do secretário estadual de Recursos Hídricos e Energia, Mauro Arce, pelo então presidente da SANASA (Sociedade para Abastecimento de Água) de Campinas, Vincente Andreu, como presidente da segunda maior região metropolitana do Estado com quase 1 milhão de habitantes.

A SABESP se comprometeu, na assinatura da nova outorga em 5 de agosto de 2004, a concluir em 30 meses estudos de novas alternativas de captação de água para a Região Metropolitana de São Paulo, além de viabilizar, em conjunto com outros municípios das bacias PCJ, a implantação de ETEs para tratamento de 95% dos esgotos domésticos produzidos na região dentro de um prazo de dez anos, que coincide com a duração da nova licença. As contrapartidas da SABESP não existiam na primeira licença.

O Sistema Cantareira é o maior produtor de água da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que capta água dos rios Jaguari, Jacaré, Cachoeira, Atibainha e Juqueri que, com exceção do Juqueri, estão todos nas bacias PCJ. O sistema tem capacidade para captar e/ou produzir $33 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$, que abastecem a 8,8 milhões de pessoas nas Zonas Norte, Central, parte Leste e Oeste da capital e os municípios de Franco da Rocha, Francisco Morato, Caieiras, parte de Guarulhos, Osasco, Carapicuíba, parte de Barueri, parte de Taboão da Serra, parte de Santo André e São Caetano do Sul. Atualmente, isso representa 50% do abastecimento da RMSP. O sistema conta com cinco reservatórios de água bruta que ficam nos rios mencionados, além de túneis e canais que os interligam e uma estação elevatória de água, a Santa Inês, que permite que as águas captadas sejam levadas até a Estação de Tratamento de Água do Guaraú. (PASCHOALOTTI, 2004)

Os sistemas de abastecimento (urbano, industrial e agrícola) da UGRHI-PCJ que ficam a jusante do Sistema Cantareira atendem cerca de 5 milhões de habitantes, com vazão média da ordem de $4,3 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$. O fornecimento de água para os 58 municípios com sede na unidade é feito por 66 sistemas, que abastecem as sedes municipais e os distritos — 52 na bacia do rio Piracicaba, 8 na bacia do rio Capivari e 5 na bacia do rio Jundiá. Quanto à operação, 40 são de responsabilidade de órgãos municipais, 25 da SABESP e um é privatizado, na cidade de Limeira. Pelos dados do Plano de Bacias 2000/2003, o total das demandas da bacia no ano de 2005 era de $43 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$ enquanto o chamado Q7,10 era de $37,28 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$, ou seja a disponibilidade de água superficial em

períodos de estiagem é menor do que o volume de captação. A disponibilidade hídrica, principalmente na estiagem, compromete a qualidade de vida da região, que buscou na renovação da outorga do Sistema Cantareira melhores condições para garantir o atendimento dos usos múltiplos, principalmente o abastecimento público.

Segundo Paschoalotti, houve um grande esforço técnico e institucional na busca de uma solução mais adequada para o equacionamento das questões que envolviam o abastecimento de mais de 13 milhões de habitantes das bacias do Alto Tietê e do Piracicaba, Capivari e Jundiaí. No âmbito no Comitê PCJ foi criado pela deliberação conjunta dos comitês estadual e federal nº 006/03, de 10/12/03, o Grupo de Trabalho Sobre a Renovação da Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos do Sistema Cantareira, o GT- Cantareira.

As atribuições do GT eram: 1- promover discussões sobre as questões específicas da renovação da outorga do Sistema Cantareira envolvendo, principalmente, as câmaras técnicas dos Comitês PCJ, destacando-se a necessária integração com os trabalhos de elaboração do Plano de Bacias PCJ 2004-2000; 2- solicitar e coletar informações e sistematizar, organizar e divulgar os resultados dos debates, estudos e demais trabalhos desenvolvidos sobre os assuntos relacionados com a renovação da outorga do sistema Cantareira; 3- encaminhar propostas de deliberações dos comitês PCJ à Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) para posterior apreciação dos plenários dos comitês PCJ.

O GT-Cantareira estabeleceu e cumpriu extenso cronograma de trabalho com 11 reuniões ao longo do ano de 2004 em várias das cidades da bacia, até a aprovação da nova outorga do sistema, nas quais foi apresentado e discutido o relatório elaborado pela equipe, o que permitiu a participação dos setores envolvidos no assunto.

O trabalho não avaliou o processo de discussão da renovação da outorga, que merece um estudo à parte, mas demonstrar o avanço entre a primeira outorga e a segunda. Após, as reuniões para discutir os novos termos da licença para captação de água foi aprovada a deliberação conjunta 007/2004 e seus anexos I, II, e III, que compreendem respectivamente o Relatório Técnico do GT-Cantareira; Condicionais para Outorga; medidas compensatórias e acordo regional com a SABESP; e a relação dos participantes, que totalizaram 107 pessoas nas reuniões e 150 na apresentação pública. A Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico dos Comitês PCJ (CT-MH) ganhou a atribuição de monitorar o cumprimento da outorga e a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) passou a monitorar o acordo regional com a SABESP.

A nova outorga foi aprovada com vários diferenciais em relação à primeira: prazo de vigência de 10 anos; estabelecimento de vazões mínimas para a região PCJ de $4 \text{ m}^3\cdot\text{s}^{-1}$ a $7 \text{ m}^3\cdot\text{s}^{-1}$ e a máxima para a Região Metropolitana de São Paulo de $31 \text{ m}^3\cdot\text{s}^{-1}$, lembrando-se que $2 \text{ m}^3\cdot\text{s}^{-1}$ são retirados da bacia do rio Juqueri, o que somados aos 31 resultam nos $33 \text{ m}^3\cdot\text{s}^{-1}$ revertidos pelo sistema. O volume de reversão também deve ir decrescendo até 2014. Ainda foi instituído o Banco de Águas e definida a implantação da rede de monitoramento qualiquantitativa.

Entre as medidas compensatórias propostas pelo CBH-PCJ estava exigência de recuperação da calha dos rios Jaguari e Atibainha a jusante das barragens do Sistema Cantareira, que deveria ser realizada pela SABESP. Nesses locais, a calha foi assoreada e invadida por mato por causa da baixa vazão vinda dos reservatórios. O documento também prevê, na forma de anexo, um acordo regional estabelecido no âmbito das bacias PCJ. Entre os termos do acordo são enumeradas as exigências abaixo:

- 1- Tratamento de esgoto pela SABESP dos 22 municípios das bacias operados por ela, com prazos pré-estabelecidos;
- 2- Desenvolvimento de forma conjunta, pela SABESP, dos municípios integrantes das bacias PCJ e demais usuários, de programas de controle de perdas, reuso de águas, campanhas de uso racional e programas de educação ambiental;
- 3- Desenvolvimento de parcerias entre SABESP, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD/Minas Gerais) e seus órgãos vinculados e as prefeituras municipais de Camanducaia, Extrema, Itapeva e Sapucaí-Mirim para a conservação do solo, tratamento de esgoto, recuperação da mata ciliar e operacionalização da APA (Área de Proteção Ambiental) Fernão Dias, em atendimento à Portaria do Ministério da Saúde 518, de 25/03/2004, a fim de preservar as vazões afluentes e garantir qualidade das águas;
- 4- Prestação de assistência técnica e material, pela SABESP, aos municípios das bacias PCJ que tiverem dificuldades para o tratamento de águas para abastecimento público, tanto no aspecto técnico quanto financeiro, face ao aumento das concentrações de matéria orgânica nos cursos d'água, pela limitação das descargas nos rios Atibainha, Cachoeira e Jaguari pelo Sistema Cantareira, que nos períodos de estiagem inibi a autodepuração natural dos cursos d'água;

- 5- Previsão de recursos financeiros, pela SABESP, a fim de que o cadastro de irrigantes seja mantido atualizado e anualmente sejam executados serviços de monitoramento via satélite (aquisição de imagens), ao longo das bacias dos rios Atibaia, Jaguari e Piracicaba;
- 6- Como medida de caráter compensatório, pela transposição de água a ser feita, e até que se estabeleça a cobrança pelo uso da água nas bacias PCJ, foi proposto que a SABESP tome a iniciativa de depositar, voluntariamente, junto ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), na subconta do CBH-PCJ, e entre outros instrumentos que contemplem Minas Gerais, valor correspondente a R\$ 0,01 (um centavo de real) por metro cúbico de água captada através do Sistema Cantareira.

Os Comitês do PCJ (CBH-PCJ e Comitê Federal, que na época já havia sido criado) definiram que os itens acima descritos, que não fossem para atendimento à legislação referente à outorga de direito de uso em questão, fariam parte de uma negociação e acordo no âmbito dos colegiados. E, posteriormente, fossem consolidados num termo de compromisso.

O acordo final sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira foi fechado em duas reuniões plenárias conjuntas dos comitês PCJ, a primeira ocorrida no município de Piracicaba em 30 de julho de 2004, quando alguns dos itens constantes na Minuta da Portaria, apresentada pelo DAEE e ANA, tiveram propostas de emendas apresentadas por representantes de diversas entidades membros dos comitês PCJ. As emendas foram encaminhadas aos órgãos outorgantes, para análise e manifestação, permanecendo a reunião suspensa até o dia 05 de agosto de 2004, quando o assunto foi retomado em reunião plenária, na cidade de Campinas, e foram definidos os itens considerados como resultados positivos pelos representantes que integram os comitês PCJ.

Segundo Paschoalotti, entre as medidas poderiam ser destacadas como conquistas importantes da nova outorga a garantia de vazões mínimas para as bacias PCJ; o compartilhamento de operação do Sistema Cantareira; a instalação do Banco de Águas (reserva de água nas épocas de cheia para uso nos períodos de estiagem) para a região, constituído nos próprios reservatórios do Sistema Cantareira; o compromisso de que a SABESP realize o tratamento de esgotos nos municípios em que opera nas bacias PCJ; o controle das perdas nas redes de distribuição e a implementação de ações que aumentem a recarga dos lençóis freáticos. A SABESP, por sua vez, ficou compromissada a realizar estudos que visem à diminuição da sua dependência em relação ao Sistema Cantareira.

2.12 Cobrança pelo uso da Água – Experiência de sucesso

A chamada cobrança pelo uso da água, ou seja, uma taxa paga pelo uso desse recurso natural é um dos mecanismos previstos nas Políticas Federal e Estadual de Recursos Hídricos aprovado pelo comitê somente em 2005 e 2006, respectivamente, após muita discussão no âmbito do comitê PCJ federal e da Assembleia Legislativa de São Paulo. Apesar de previsto na política estadual e federal, esse mecanismo necessitava de uma regulamentação para definição de seus parâmetros de funcionamento e aprovação para entrar em vigor.

A taxa é um mecanismo adotado por vários países europeus, como a França e a Alemanha, e adaptado à realidade brasileira, por meio do qual se pretende conscientizar e estabelecer controle sobre os excessos ou desperdícios de alguns usuários, além de gerar recursos financeiros para investimentos na recuperação e na preservação dos mananciais da região. A cobrança não é um imposto, mas um preço público condominial, fixado a partir de um pacto entre usuários e o respectivo comitê, sendo que todos os recursos arrecadados são revertidos para obras, contratação de projetos, de técnicos, especialistas, e de outros serviços para a melhoria das condições da água da bacia onde foi arrecadado.

A proposta da cobrança se baseia na premissa, que pode até ser considerada capitalista, de que quando os excessos ou desperdícios passam a ter um custo, todos se esforçam para usar o menos e o melhor possível o recurso (SÃO PAULO, 2006). A situação se deve à tradição humana de considerar a água como um recurso natural infinito. Contudo, o crescimento da população e das atividades econômicas, principalmente as industriais, provocou um grande impacto neste recurso e situações de poluição e escassez. Diante deste cenário, países da Europa e, mais tarde, o Brasil, desenvolveram políticas de proteção e uso racional dos recursos, sendo que um desses mecanismos é a taxação da água.

A implantação da cobrança nos rios federais e estaduais no Brasil -- cada um desses tipos de cursos d'água está sob jurisdição diferenciada, sendo que a primeira segue a legislação federal e a segunda a estadual de São Paulo -- foi aprimorada durante anos em reuniões, discussões e negociação. Setores, como o agrícola e o têxtil, usaram de força econômica e influência política para barrar a votação da lei estadual na Assembleia Legislativa de São Paulo por mais de uma década. Inicialmente, entendia-se que a água já era cobrada pelas empresas de abastecimento, porém o que era pago eram os serviços das empresas de abastecimento (captação, tratamento e distribuição). A quantidade da água propriamente dita nunca foi cobrada.

Existem, por força do domínio dos mananciais, duas cobranças dentro da mesma área geográfica, ou seja, das bacias PCJ: a estadual, que trata das captações nos rios de domínio do Estado de São Paulo, que são considerados os cursos que começam e terminam dentro da área geográfica paulista. Enquadram-se nessa lei mananciais como o rio Jundiaí, o Corumbataí, o Capivari, entre outros, e a federal.

A cobrança federal foi aprovada em 2005 pela plenária do comitê PCJ e incide sobre a captação e lançamento de efluentes em rios de domínio da União, que são definidos pelos cursos d'água que nascem num Estado e passam por mais de uma unidade da Federação, como o rio São Francisco, Paraíba do Sul e o Piracicaba, Jaguari e Atibaia. Esse último passou a ser considerado federal por um acordo feito internamente entre os comitês estadual e federal do Piracicaba, Capivari e Jundiaí em 2003 e o Governo do Estado de São Paulo, como forma de viabilizar o início da cobrança federal, já que a cobrança estadual ainda necessitava de aprovação da legislação pertinente na Assembléia Legislativa, o que vinha sendo protelado há mais de uma década. Documentos do DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica) já questionavam o domínio estadual desse manancial, que segundo técnicos do setor, havia nascentes em território mineiro, a exemplo do que acontece com o Jaguari.

A Lei da Cobrança pelo Uso da Água do Estado de São Paulo (nº 12.183, de 29/12/2005), pertinente aos cursos d'água estaduais paulistas, estabelece que seja definido um valor para a água em si, independente de quem faz sua captação. Ela é calculada pela soma do volume de água captado, do volume consumido (não-devolvido) e do tipo de poluente lançado nas águas. A taxa é paga pelos usuários diretos: empresas de abastecimento público de água e esgotos, que poderão repassar os custos para os consumidores: indústrias ou usuários urbanos privados (hotéis, condomínios etc). Contudo, os empreendimentos agrícolas que utilizam técnicas de irrigação permanecerão isentos até 2010. Os pequenos e micros produtores rurais ficarão isentos da cobrança e os consumidores que tiverem direito à tarifa social ou estiverem inscritos nos programas sociais do governo federal. A lei entrou em vigor em 2007.

Os recursos arrecadados pela cobrança estadual serão destinados à bacia hidrográfica de origem, ou seja, onde foram arrecadados, o que garante que quem paga usufrua dos benefícios da taxa. No Estado de São Paulo, o gerenciamento destes recursos fica a cargo de 21 comitês de bacias. É no âmbito dos comitês que também é definido o preço da água e o destino dos recursos (SÃO PAULO, 2006).

A cobrança nos cursos d'água federais das bacias PCJ foi definida pela chamada Lei das Águas (nº 9.433/91), que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Porém, foi aprovada pelo Comitê PCJ federal somente em 2005 e iniciou a cobrança em janeiro do ano seguinte, um ano antes da cobrança estadual. Ao longo de 2006 foram arrecadados R\$ 10.723.987,00 com a cobrança pelo uso da água em rios de domínio da União nas bacias PCJ. O valor representa um percentual de 99,3% em relação ao que foi cobrado, ou seja, uma inadimplência considerada alta. O presidente da ANA, José Machado, considera a cobrança nos rios federais na região das bacias PCJ uma experiência de sucesso com relação à alta adesão e à participação da sociedade civil.

Eu acho que a cobrança é viável em Piracicaba, tanto que é sucesso e a inadimplência chega a 1%. Todo mundo paga e paga com consciência, porque sabe que sem esse pagamento não terá gestão e sem a gestão, não terá rio. E todo mundo apóia (MACHADO, 2007).

Para o presidente da ANA, o mecanismo da cobrança é viável na maioria dos Estados e das situações encontradas nas bacias hidrográficas do país. Porém, nas bacias consideradas críticas, nas quais a demanda dos usos múltiplos é maior que a disponibilidade hídrica, esse mecanismo torna-se fundamental para o controle do consumo e incentivo ao uso racional da água. Sob esse contexto, segundo Machado, são ainda necessários todos os instrumentos previstos na política de gestão, inclusive a participação da sociedade civil e o suporte técnico. Os recursos oriundos da cobrança, por sua vez, permitem a manutenção de uma equipe técnica, que será responsável pela gestão dos recursos hídricos.

Sob a perspectiva da ANA são necessárias algumas características socioeconômicas regionais para a implementação da taxa, como a urbanização, industrialização e concentração econômica da região, o que criaria as condições políticas e sociais para o sucesso do mecanismo de cobrança. Por essa avaliação, áreas agrícolas, com pequenos e médios usuários, têm baixa capacidade de arrecadação, o que inviabiliza o procedimento.

A região das bacias PCJ reúne as condições citadas pelo presidente da ANA, sendo que a Agência de Água PCJ, órgão que gerencia os recursos da cobrança nos rios federais na região, contratou 18 projetos para a recuperação da bacia, que foram selecionados pelos Comitês PCJ, totalizando R\$ 14.334.690,52. Deste montante, R\$ 9.323.935,23 são oriundos do primeiro ano da cobrança pelo uso da água e o restante R\$ 5.010.755,29 vem das contrapartidas oferecidas por

tomadores de recursos da cobrança (Quadro 1). Além dos 18 projetos, a Agência PCJ utilizou recursos para se estruturar, realizou visitas técnicas a usuários dos recursos hídricos, atualizou o cadastro de usuários, elaborou um Relatório de Situação dos Recursos Hídricos nas bacias, desenvolveu um site, promoveu a assinatura de termos de cooperação técnica e parcerias com entidades, fez o gerenciamento técnico e financeiro dos projetos contratados com os recursos da cobrança, ofereceu cursos de capacitação para captação de recursos financeiros e preparou a contratação do Plano de Bacias 2008-2020. (AGÊNCIA DE ÁGUA PCJ, 2006).

Em 2007, os valores unitários cobrados pela água seriam mantidos; porém, de acordo com a progressão estabelecida pelos Comitês PCJ, serão cobrados 75% do valor integral da taxa. Com isso, a expectativa inicial era arrecadar R\$ 13,5 milhões, acréscimo de R\$ 2,8 milhões em relação ao primeiro ano de funcionamento da mesma. Em novembro de 2007, a Agência de Água PCJ divulgou folder com montante de R\$ 12.448.884,68 de arrecadação via cobrança e mais R\$ 9.888.018,12 provenientes de contrapartidas de projetos oferecidas por tomadores de recursos, que resultaram na contratação de 12 projetos, que totalizaram investimentos de R\$ 22.336.902,80 (Quadro 2).

Os recursos foram arrecadados pela ANA e repassados integralmente para a Agência PCJ, que teve seu embrião formado pela equipe técnica do Consórcio PCJ, que assumiu as funções de agência por meio de um contrato de gestão por um período de dois anos, que foram renovados por mais quatro anos recentemente no âmbito dos comitês estadual e federal, mas a ampliação do prazo esperava o aval do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

Nº	Ação	Tomador	Município	Valor (R\$)	Contrapartida (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Estação de tratamento de lixo (chorume)	Prefeitura	Socorro	36.562,94	9.140,74	45.703,68
2	Substituição de redes e ramais	SANASA	Campinas	1.800.000,00	799.131,69	2.599.131,69
3	Sistema de esgotamento sanitário Sta. Cândida	SANASA	Campinas	1.574.630,96	1.048.879,47	2.623.510,43
4	Coletor tronco do córrego Harmonia	Prefeitura	Nova Odessa	76.294,98	42.915,93	119.210,91
5	Interceptor de esgoto Ribeirão Quilombo	Prefeitura	Nova Odessa	552.644,23	310.862,38	863.506,61
6	Melhorias na ETE Pinheirinho	SANEBAVI	Vinhedo	290.500,00	124.500,00	415.000,00
7	Emissário, estação elevatória e ETE	SAAE	Capivari	64.000,00	36.000,00	100.000,00
8	Estudo e projeto ETE	Prefeitura	Rio das Pedras	66.799,20	18.840,80	85.640,00
9	Estação de tratamento de chorume de aterro	SAAE	Amparo	42.035,20	10.508,80	52.544,00
10	Reaproveitamento de água e redução de perdas	SAAE	Amparo	73.817,68	19.622,42	93.440,10
11	Desassoreamento da lagoa anaeróbia ETE	Prefeitura	Iracemópolis	21.000,00	14.000,00	35.000,00
12	Redução de perdas em ETA	Prefeitura	Santa Gertrudes	55.701,49	25.025,31	80.726,80
13	Adequação de ETE	SABESP	Nazaré Paulista	512.633,50	128.158,37	640.791,87
14	Ampliação de ETE	SABESP	Cabreúva	1.800.000,00	1.200.000,00	3.000.000,00
15	Adequação de macromedidores de vazão e controle de perdas nos municípios de Bragança Paulista, Joanópolis, Nazaré Paulista, Pinhalzinho, Piracaja e Vargem	SABESP	Diversos	1.798.475,05	1.198.983,38	2.997.458,43
16	Projeto para o aumento da capacidade hídrica da bacia do Ribeirão do Pinhal	Prefeitura	Limeira	185.438,50	46.771,20	232.210,00
17	Plano diretor de macrodrenagem	Prefeitura	Monte Mor	120.336,00	54.064,00	174.400,00
18	Programa de controle e redução de perdas	SAAE	Rio das Pedras	89.500,00	29.924,80	119.424,80
19	Novo modelo de preservação e recuperação de recursos hídricos	Sindicato Rural	Campinas	68.093,32	19.268,28	87.361,60
20	Diagnóstico de assoreamento na bacia hidrográfica do Passa Cinco	Fórum de entidades	Diversos	53.820,00	45.180,00	99.000,00
21	Relatório de situação das bacias PCJ 2004-06	Agência PCJ	Bacias PCJ	140.000,00	0,00	140.000,00
22	Ações de apoio para o cumprimento de metas do contrato de gestão com os comitês PCJ	Agência PCJ	Bacias PCJ	365.000,00	0,00	365.000,00
Totais				9.787.283,05	5.181.777,57	14.969.060,92

Quadro 1 - Projetos desenvolvidos com recursos da cobrança em 2006

Fonte: Agência de Água PCJ, 2006

Nº	Ação	Tomador	Município	Valor (R\$)	Contrapartida (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Implantação de ETE	Prefeitura	Pedreira	3.000.000,00	3.000.000,00	6.000.000,00
2	Implantação de ETE	SANASA	Campinas	3.000.000,00	3.000.000,00	6.000.000,00
3	Enquadramento dos corpos de água e implantação do programa de monitoramento de qualidade	IGAM	Diversos	212.138,00	53.242,00	265.380,00
4	Programa produtor de água	TNC	Diversos	550.000,00	137.945,00	687.945,00
5	Implantação de ETE	SABESP	Itupeva	3.000.000,00	3.000.000,00	6.000.000,00
6	Sistema de tratamento de esgoto	SABESP	Joanópolis	75.000,00	75.000,00	150.000,00
7	Sistema de afastamento de esgotos sanitários	SABESP	Hortolândia	250.000,00	250.000,00	500.000,00
8	Limpeza da calha do rio Atibainha	SABESP	Diversos	264.946,68	176.631,12	441.577,80
9	Estações para coleta automática de dados hidrometeorológicos e da qualidade da água	SABESP	Diversos	292.800,00	195.200,00	488.000,00
10	Relatório de situação das bacias PCJ 2007	Agência PCJ	Bacias PCJ	160.000,00	0,00	160.000,00
11	Plano de bacias PCJ 2008/2020	Agência PCJ	Bacias PCJ	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
12	Ações de apoio de cumprimento de metas do contrato de gestão com os comitês PCJ	Agência PCJ	Bacias PCJ	144.000,00	0,00	144.000,00
Totais				12.448.884,68	9.888.018,12	22.336.902,80

Quadro 2- Projetos desenvolvidos com recursos da cobrança em 2007

Fonte: Agência de Água PCJ, 2007

2.13 Descentralização e participação da sociedade civil

As políticas estadual e nacional de proteção dos recursos hídricos prevêm a participação da sociedade civil no gerenciamento do sistema, o que significa que as situações de conflito pela água devem passar pelo crivo da comunidade, que por sua vez precisa participar dos colegiados,

no caso brasileiro os comitês de bacias, para discutir, formar opinião e deliberar sobre as questões pertinentes aos recursos hídricos.

Entende-se por sociedade civil tudo aquilo que constitui a esfera pública na ideologia, filosofia, artes, ciência, religião e aparelhos privados, que tem como determinantes a visibilidade social, controle social, democratização, confrontação pública e cultura pública, e, principalmente, que não se confunde com a esfera estatal. No caso brasileiro, ela emerge do nascimento de movimentos sociais populares e de outra natureza (de gênero, ecológicos, indígenas, de negros, de direitos humanos etc.), que por sua vez geraram novos sujeitos sociais que fortaleceram a sociedade civil nas últimas décadas, trazendo práticas inovadoras que questionaram práticas tradicionais implementadas pelo Estado e pelo mercado, tais como o rompimento com o 'reinado de privilégios'. (WANDERLEY, 2002)

O setor de recursos hídricos foi responsável nos últimos 20 anos por importantes avanços na inserção da sociedade civil na esfera decisória, o que visa a permitir a ampliação da cidadania e a definição de uma nova cultura, mesmo que ainda incipiente em relação ao poder instituído.

O sistema brasileiro é baseado na tríade descentralização, participação e integração, que buscam a priorização da qualidade e quantidade das águas por meio de ações que promovam o chamado uso múltiplo dos recursos hídricos. A efetivação do processo de gestão em bacias hidrográficas ainda não ocorreu por completo e a prioridade dos organismos de bacia é a criação de instrumentos necessários para a gestão. (JACOBI, 2004, 2006).

O país mudou de uma gestão institucionalizada fragmentada para uma legislação integrada e descentralizada, principalmente com a edição da Lei Federal nº 9.433, em 8 de janeiro de 1997, e a criação da Agência Nacional de Águas (ANA). Essa reorganização do sistema de gestão de recursos hídricos, além de mudar qualitativamente, substituindo práticas profundamente arraigadas de planejamento tecnocrático e autoritário, devolve o poder para as instituições descentralizadas de bacia, o que demanda um processo de negociação entre os diversos agentes: públicos, usuários e sociedade civil organizada (JACOBI, 2006)

A nova proposta de gestão da água foi delimitada num contexto da transição pós-democrática no Brasil e, por força das pressões de uma sociedade civil mais ativa e organizada, foram criados espaços públicos de interação, principalmente de negociação no âmbito da gestão ambiental no Brasil. Nesse cenário a participação social pode ser considerada um referencial de rupturas e

tensões. E, por sua vez, as práticas participativas podem ser associadas a uma mudança qualitativa da gestão, que assume visibilidade pública e repercute na sociedade.

Segundo Frey (2001), as teorias da democracia participativa e da democracia deliberativa, como também do comunitarismo, evidenciam a crescente desilusão com o potencial transformador do Estado. Além disso, representam a insatisfação com o modelo de livre mercado, que definiria pela abordagem econômico-liberal, a tomada de decisões de consumo e, conseqüentemente, do uso dos recursos naturais definindo os rumos do desenvolvimento das sociedades. Pelo aspecto abordagem democrática participativa, a esperança é depositada na própria sociedade civil como ator principal rumo ao desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea.

A legislação brasileira propôs uma política participativa e um processo decisório aberto aos diferentes atores sociais vinculados ao uso da água. Jacobi (2006) define ainda que dentro dessas premissas tornou-se necessária uma revisão das atribuições do Estado, do papel dos usuários e do próprio uso da água. Para ele, a legislação federal refletiu-se na definição de políticas estaduais, que teriam seguido os mesmos moldes. Contudo, a lei federal é posterior à de vários Estados, como a do Ceará (lei nº 11.996 de 24 de julho de 1991), São Paulo (lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991), Minas Gerais (lei nº 11.504 de 20 de julho de 1994), Rio Grande do Sul (lei nº 10.350 de 10 de dezembro de 1994), Bahia (lei nº 6.855 de 12 de maio de 1995) e Rio Grande do Norte (lei nº 6.908 de 1º de julho de 1996), o que sugere o caminho inverso.

Técnicos e políticos das bacias PCJ participaram ativamente da elaboração e aprovação da Política Nacional de Recursos Hídricos, e a lei federal (nº 9.433/97) dotou o Brasil dos instrumentos legais e institucionais necessários para garantir o ordenamento dos aspectos relativos à disponibilidade e ao uso da água. O sistema criado para o gerenciamento é hierarquizado, estruturado em colegiados, nos comitês de bacias, que entre outras responsabilidades deveria promover debates das questões relacionadas aos recursos da bacia, arbitragem dos conflitos pela água e aprovação e acompanhamento da execução do plano de recursos hídricos de bacia, além de estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

Guivant e Jacobi (2003) afirmam que as linhas mestras da proposta para o setor hídrico prevêm gestão pública colegiada dos recursos hídricos, com negociação sociotécnica, por meio de comitês de bacias hidrográficas. Os principais instrumentos da gestão são:

- 1- Planos de recursos hídricos (elaborador por bacias) – diagnóstico socioambiental da região;
- 2- Outorga do direito de uso da água – licença temporária e renovável emitida por órgão estadual ou federal para a captação de recursos hídricos;
- 3- Cobrança pela água – taxa pelo uso e lançamentos de efluentes;
- 4- Enquadramento dos corpos d'água em classes de uso – classificação das águas quanto ao uso e à qualidade;
- 5- Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos – sistematização das informações num sistema integrado estadual e, por sua vez, vinculado a um nacional.

O sistema prevê ainda a distribuição do poder decisório sobre esse recurso, além de estabelecer como fundamento que a água é dotada de valor econômico, o que na visão jurídica significa dizer que a mesma pode ser cobrada, fundamento da criação da cobrança pelo uso da água (MACHADO, 2003). Esse mecanismo, na realidade, visa a incentivar o uso racional e a recuperação dos mananciais usando para isso a pressão econômica. A cobrança é uma forma de administrar a exploração dos recursos hídricos federais e estaduais para a geração de fundos que permitam investimentos na preservação dos próprios rios e bacias. Ela é um dos instrumentos estratégicos da gestão, já que a falta de recursos é um dos entraves históricos da implantação plena do sistema.

O mecanismo de cobrança também permite maior rigor no controle sobre os efluentes despejados nos rios por estar baseada no conceito usuário-pagador, inspirado na legislação francesa que também cedeu várias das bases das políticas paulista e brasileira de recursos hídricos. Na França, a participação da sociedade na gestão das águas estruturou-se a partir da implantação das agências de bacias criadas pela Lei das Águas em 1964.

Pelo princípio poluidor-pagador a qualidade do efluente descartado nos mananciais também aumenta o valor da taxa a ser paga pelo recurso e, com isso, incentiva serviços de abastecimento e o setor empresarial a investirem no tratamento de esgoto. Significa que quanto maior a qualidade do efluente tanto menor será a taxa. Por meio desse conceito, todos os que utilizam o recurso para produção industrial, comercialização e consumo devem pagar pelo mesmo.

Nesse modelo os usuários da água passam a ter um papel de organizar e participar ativamente dos comitês, onde defenderão seus interesses quanto aos preços a serem cobrados pelo uso, assim

como quais serão as prioridades para aplicação dos recursos arrecadados e sobre a concessão justa das outorgas dos direitos de uso. A noção de participação passa pela ótica dos grupos interessados e não apenas pela perspectiva de interesses globais definidos pelo Estado, como ocorria antes no modelo burocrático. Também não fica restrita aos grupos que detinham controle sobre o uso das águas, como no modelo econômico-financeiro.

Os comitês, sob a ótica da participação social definida pelas ciências sociais modernas, são unidades de redefinição das esferas públicas e privadas, com uma conseqüente redistribuição do poder e descentralização das esferas de decisão e das políticas públicas, que permitem ou devem permitir o acesso de sujeitos sociais, por meio de organização de bases, como ONGs, sindicatos, entidades de representação civil. Cunil, 1998 apud Jacobi (2004), define esse processo como ‘um instrumento de socialização da política, reforçando o seu papel enquanto meio para realizar interesses e direitos sociais que demandam uma atuação pública. Soma-se a isso a afirmação de Dagnino (2002) de que essa nova esfera pública abre o Estado para um conjunto de organizações sociais e admite a tensão política como método decisório, além de tentar diluir as práticas autoritárias e patrimonialistas, que segundo o autor, ainda persistem.

Jacobi (2004) salienta que nesse processo as soluções dos conflitos serão obtidas a partir de negociações, nem sempre simples e rápidas. A negociação da nova outorga do Sistema Cantareira, maior do Estado, demorou mais de um ano e várias reuniões antes que se fosse definido um amplo contrato e os parâmetros para investimentos e ressarcimentos para as bacias PCJ, de onde são retirados até $31 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$ de água para abastecer a Região Metropolitana de São Paulo.

O processo de negociação ocorre na área geográfica da bacia hidrográfica, que passou a ser a unidade organizacional do sistema, por meio do trabalho dos comitês que deliberam sobre as atividades e políticas públicas que possam afetar a quantidade e a qualidade das águas de sua circunscrição. Esse colegiado tem autonomia para cobrar pelo uso da água por meio de seus braços executivos, as agências de bacia, e principalmente, decidir sobre o uso desses recursos arrecadados.

Os comitês têm como atribuições a constituição de mecanismos de gestão para o seu próprio funcionamento, com a criação e otimização das câmaras técnicas, que são os fóruns internos de discussão e emissão de pareceres, em sua grande maioria acatados pela plenária deliberativa do colegiado. Elas reúnem técnicos e usuários interessados em geral para discutir a água sob

aspectos específicos, como uso rural, outorga, educação ambiental, difusão científica etc. Também no rol das atribuições do colegiado estão: a elaboração ou contratação de planos de bacia, programas, promoção de estudos e organização de debates. E no nível operacional, os comitês devem alocar recursos financeiros para a execução de ações, programas anuais, plurianuais de aplicação de recursos financeiros de serviços e obras de interesse da região. Com raras exceções, a carência de recursos dificulta a viabilização dos planos e programas dos comitês, principalmente pela falta da implantação do mecanismo de cobrança pelo uso da água, que foi planejado para dar suporte econômico e, com isso, independência e auto-suficiência estrutural ao colegiado. Nos comitês estadual e federal das bacias PCJ a cobrança já está em funcionamento, o que os coloca na dianteira institucional dos mecanismos de gestão da água.

A constituição dos comitês requer a mobilização dos vários atores da bacia na discussão das prioridades de intervenção e dos investimentos requeridos, que farão parte do plano de bacia. São ainda necessárias reuniões setoriais dos componentes de cada segmento (municípios, órgãos estaduais, entidades associativas e usuários), além da realização de seminários gerais para a finalização de uma proposta consensual de composição e deliberação de estatuto do colegiado.

O principal desafio que se coloca é de construir uma ordem societária baseada na articulação da democracia política com participação social, representada por uma maior permeabilidade da gestão às demandas dos diversos sujeitos sociais e políticos. Essa perspectiva abre possibilidade de buscar articulação entre a implantação de práticas descentralizadoras e uma engenharia institucional que concilia a participação heterogênea e formas mais ativas de representatividade. Cabe observar a existência dos sempre permanentes e tensos vínculos entre representação e participação (JACOBI, 2004).

Em 2006 o país já contava com mais de 100 comitês de bacias estaduais e seis federais, mas que ainda necessitavam de regulamentação e implantação das ferramentas básicas de gestão, como agências e cobrança pelo uso da água para que pudessem cumprir suas responsabilidades legais. No entanto, as bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí no mesmo ano já possuíam seus dois comitês (estadual e federal) e dispunham de quase todos os instrumentos de gestão, inclusive a cobrança pelo uso da água, que teve início em rios de domínio federal no mesmo ano.

No âmbito das políticas ambientais no país, não apenas no que concerne aos recursos hídricos, novos espaços para participação foram abertos com conselhos consultivos e deliberativos em

todos nos três níveis administrativos (municipal, estadual e federal) com a participação de representantes de ONGs e movimentos sociais. Porém, esses colegiados nem sempre têm poder de influência em decisões e mantêm estruturas tão formais que acabam por inviabilizar sua função representativa, tornando-se em muitos casos, apenas legitimadores de decisões governamentais.

Nos casos dos comitês uma das críticas à estrutura diz respeito à presença majoritária da representação governamental em relação à presença de representantes civis. No caso do CBH-PCJ pode-se verificar maior número de representantes estatais, considerando-se as cadeiras dos Executivos municipais e estaduais no âmbito do comitê estadual. O CHB-PCJ, criado em 1993, mantinha uma estrutura paritária de 16 membros da sociedade civil, 16 de municípios (prefeitos) e 16 de órgãos públicos estaduais. Porém, em situações de interesse governamental (municipal e estadual), a soma dos votos do setor governamental tem condições de aprovar ou reprovado propostas no plenário. É possível avaliar que isso aumenta muito o poder de manipulação dos resultados. Conseqüentemente, pode-se entender que quanto mais amplas as representações dos diversos segmentos, maior deve ser a legitimidade das decisões. Contudo, os espaços participativos e deliberativos são fundamentais para o exercício e fortalecimento de uma gestão democrática, integrada e compartilhada, em que pese a diferença de valor dos papéis de alguns atores nesse contexto em detrimento de outros devido a situações de desigualdade econômica e pressões políticas. Jacobi (2004) sintetiza que os chamados espaços de formulação de políticas, nos quais há participação da sociedade civil, representam um avanço na medida em que tornam público o conflito e oferecem procedimentos (discussão, negociação, voto e espaço), mesmo sob as contradições de interesse e as tensões inerentes ao exercício da democracia, para que sejam tratados de forma legítima. Contudo, salienta a necessidade de um processo educativo ininterrupto que oriente para a deliberação pública, porque o desinteresse e apatia da população em relação à participação são generalizados, o que inibe o desenvolvimento da cidadania e dissemina, ainda, o descrédito dos políticos e das instituições. Essa situação também se deve, no caso brasileiro, ao processo histórico de formação de nação sob a ótica de governos autoritários e até repressores.

Nota-se que os mecanismos de participação aumentaram, principalmente nos últimos dez anos, mas ainda são pouco utilizados pela população, que se mantém alheia aos processos de decisão e também não tem informações sobre o funcionamento das instituições, legislações e formas de

atuar como sociedade civil nas discussões de ordem pública. Basta verificar a inoperância de conselhos municipais e estaduais de saúde e educação, que deveriam funcionar como fiscalizadores do uso de recursos e da qualidade do serviço prestado nessas áreas. Contudo, a gestão colegiada de recursos hídricos, exercida nos comitês dentro de bacias hidrográficas, tende a ter uma dinâmica que permita que os atores integrem e ajustem suas práticas tendo como base de negociação uma lógica sociotécnica, que permite conciliar interesses e propostas nem sempre convergentes e articuladas para um objetivo comum. Paradoxalmente, o maior problema vivido por muitos comitês reside no fato de os mesmos atores terem visões diferenciadas do processo e dos objetivos, que vêm a dificultar soluções comuns. Trata-se de um exercício constante da capacidade de negociação entre diferentes e do estabelecimento de pactos, verdadeiros acordos em que cada parte ou ator cede um pouco e é atendido em um pouco de sua reivindicação.

Na avaliação de Jacobi (2004), a complexidade do processo e as dificuldades de se consolidar um parâmetro de cidadania ambiental levam à prevalência de lógicas de gestão, na maioria dos casos, que se centram numa forte prevalência do componente técnico como referencial de controle de processo. O referencial técnico de decisão também é alvo de crítica do autor porque permite dentro do âmbito participativo, um nível de exclusão, limitando o envolvimento da comunidade nas atividades dos comitês. O trabalho intersetorial, no entanto, contribuiu para estabelecer melhores condições para a lógica cooperativa e abriu espaços não só para a sociedade civil, mas também para os peritos em gestão de recursos hídricos. O acesso dos considerados leigos às informações técnicas e científicas, que antes ficavam restritas aos peritos do governo e/ou do setor privado, promoveu mudanças de atitude que favorecem a consciência coletiva, que tende a consolidar a cidadania e a incentivar a participação, ainda considerada baixa.

O comitê reduz riscos de que o aparato público seja apropriado por interesses imediatistas e amplia as possibilidades de uma prática orientada pela negociação sociotécnica. Assim se articulam interesses territoriais e necessidades técnicas, num processo aberto a negociações (JACOBI, 2004. p.176).

Jacobi (2004) critica a qualidade da participação dos representantes de prefeituras, que tendem a apresentar uma atitude passiva e, com frequência, vinculada às definições de órgãos estaduais. Estes, por sua vez, ainda não estão acostumados à gestão participativa e, por isso, acumulariam

informações setoriais, o que dificulta a democratização no acesso a dados. Esse corporativismo pode abrir a possibilidade de uso comercial das informações.

A sociedade civil, por sua vez, reclama mais espaço para participação, o que para Lahoz (2007) trata-se de um equívoco, pois ela deveria centrar seu poder de fogo na melhoria da qualidade de sua participação, seja levando assuntos de seus grupos de origem para o comitê, ou, após análise setorial, transmitindo às câmaras técnicas do comitê suas contribuições na forma de propostas.

O aumento do número de mecanismos de participação, registrado na última década, ainda é mal aproveitado pela população, que tem uma visão imediatista do processo democrático. Para Jacobi (2004), isso se deve à falta de conhecimento sobre os mecanismos existentes e à forma de utilizá-los para pressionar o governo. Soma-se a isso a falta de credibilidade na política instituída de forma geral e a descontinuidade administrativa nas trocas de gestões municipais, estaduais e nacionais.

O acesso à informação ambiental em geral é apontado como uma forma de incentivar a participação da sociedade. O poder público deve oferecer, na forma de diversos instrumentos de divulgação (folhetos, anúncios, campanhas publicitárias, divulgação periódica de dados ambientais para jornais e revistas, murais de escolas etc.), conteúdos informacional e educativo. O acesso à informação é garantido pela Constituição (1988) em seu artigo. 5º, inciso XXXIII, porém antes disso a Política Nacional de Meio Ambiente (lei 6.938/81) estabelecia o mesmo direito ao cidadão. Outra crítica é que, quando divulgada, a informação é pouco palatável e vem na forma de relatórios técnicos, que dificultam o entendimento da população leiga. Por isso, apesar dos avanços promovidos pela lei (9.433/97), há ambigüidade na legislação que pressupõe a participação da sociedade, mas também supõe que a mesma tenha acesso a informações técnicas e prioriza o corpo técnico-científico e o conhecimento produzido por ele. (BRASIL, 1988), (MACHADO, 2003), (JACOBI, 2004)

A melhora no acesso à informação e a participação social têm promovido mudanças de atitude que favorecem o desenvolvimento de uma consciência ambiental coletiva, um importante passo na direção da consolidação da cidadania. Existe o desafio de superar a excessiva setorialização das políticas públicas e garantir a integração setorial (JACOBI, 2006).

A composição quantitativa dos comitês também tem sido objeto de questionamento, assim como o conceito de participação e o termo abordagem participativa, que na última década passou a compor discursos governamentais, de ONGs e diferentes agências internacionais de desenvolvimento. Na composição do comitê estadual PCJ, entre os anos de 1993 e 2003, existiam 16 cadeiras com direito a voto no plenário do comitê para cada um dos setores: sociedade civil, órgãos estaduais e municípios. Contudo, em situações de conflitos entre os interesses da sociedade civil e do poder público, considerando-se o mesmo Estado e municípios, o poder decisório da sociedade podia ser menor, apesar da possibilidade de negociação interna e de convencimento de partes.

Moretti (2007) destaca que a composição dos comitês é passível de alteração se assim entender o colegiado. Ele também afirma que a presença da sociedade civil é alta, apesar de dificuldades de locomoção e organização.

Eu diria que a sociedade civil participa, sim. No mesmo nível de participação dos outros. Uma ou outra entidade acaba falhando, ocupa a vaga e não vai. Assim como acontece com os prefeitos, que às vezes vão, brigam e não aparecem mais. Assim como tem órgãos do Estado que não vão. Isso tem em todos os três segmentos. Mas, nos três segmentos, se você puser na ponta do lápis, o percentual de participação é de 80% a 85%. É um índice alto de participação. (MORETTI, entrevistado em 9 de maio de 2007).

Segundo Moretti (2007), o Comitê PCJ implantou uma câmara cuja estrutura não está prevista na lei estadual e nem na federal, a chamada CT-PL (Câmara Técnica de Planejamento), que tem uma composição diferente do plenário do comitê. São 50% de usuários e organizações da sociedade civil e 50% de órgãos estaduais e federais e municípios. As organizações da sociedade civil são usuários públicos e privados e organizações, com ONGs. A CT-PL, de acordo com ele, é o grande fórum de negociação e debate dos comitês PCJ (CBH-PCJ e Comitê Federal), que funcionam conjuntamente.

Figura 6 - Organograma atual do CBH-PCJ e PCJ Federal (destaque para CT-PL)

Fonte: Comitê PCJ

A disputa por cadeiras nessa câmara é bastante grande e os conflitos são comuns e resolvidos na base da negociação. Historicamente, as eleições dos membros do plenário também ocorrem por consenso e houve poucas disputas abertas pela presidência, que pelo estatuto é exercida por um prefeito, sendo que a sociedade civil ocupa a vice-presidência e os órgãos estaduais, no caso o DAEE, exerce a secretaria-executiva do colegiado. Contudo, é preciso uma avaliação mais profunda para detectar outras questões relativas à participação da sociedade civil e à composição interna do CBH-PCJ. Analisadas as listas de presenças e atas de eleições ao longo dos dez primeiros anos do colegiado é possível notar algumas situações, que podem ser consideradas vícios do processo de participação e que serão analisadas no próximo capítulo.

2.14 Resultados

A sociedade civil nos primeiros dez anos de existência do CBH-PCJ foi composta por representantes de ONGs, empresas, sindicatos, principalmente os rurais, conselhos de entidades civis, universidades e institutos de pesquisas. O setor tinha 16 cadeiras para as quais eram indicados 32 membros (um titular e um suplente), que tinham direito a voz e voto nas plenárias deliberativas do comitê. Essas reuniões são importantes porque definem desde a destinação de recursos do FEHIDRO para projetos até a posição do colegiado em relação à implantação de empreendimentos na bacia, sendo que em casos como o projeto da Termelétrica Carioba 2, empreendimento das empresas Intergen, Shell e CPFL Energia, foi constituída uma Câmara Técnica para analisar o projeto e emitir um relatório, que por sua vez foi aprovado em uma reunião plenária e acatado pelo CONSEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente).

Ao longo dos primeiros dez anos do CHB-PCJ o percentual de presença dos membros titulares e suplentes é elevado, conforme demonstra a avaliação realizada neste trabalho, sendo que em algumas gestões esse percentual está acima dos 85%, o que indica grande mobilização no sentido de participar das reuniões plenárias deliberativas. Entretanto, analisando a lista de presença, é possível verificar casos em que o representante é indicado para a vaga, porém não comparece às reuniões, o que prejudica o poder decisório e de mobilização do setor civil, além de empobrecer o debate interno.

A análise foi feita por gestões cruzando-se os assuntos que foram deliberados nas respectivas reuniões, índice de presença dos três setores e origem dos representantes da sociedade civil. A reunião de criação do CBH-PCJ não foi considerada porque ainda não contava com a participação da sociedade civil, que foi formada a partir da plenária de entidades do Consórcio PCJ que já fazia um trabalho com ONGs e outras instituições civis.

2.14.1 Gestão do CBH-PCJ 93/95

Nas primeiras quatro reuniões do CBH-PCJ, sendo que na primeira foi aprovado o estatuto, foi deliberada a diretoria provisória e aprovada a proposta de elaboração do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, além de uma moção para que fosse revista a Divisão Hidrográfica do Estado de São Paulo. Ainda foi avaliada e aprovada a criação da agência de bacias. Em 1994 foi aprovado o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos de 1993 e respectivas metas, sendo que ao longo desse ano o colegiado

organizou sua estrutura, com a criação de câmara técnicas, cronograma de trabalho, definiu as diretrizes e critérios para encaminhamento de solicitações ao FEHIDRO e hierarquização das prioridades do CBH-PCJ para o ano, aprovação de captação de água para abastecimento de Jundiaí no rio Atibaia e aprovou a utilização de água da bacia do rio Piraí. Na última reunião dessa gestão foram aprovados o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos, empossados os novos representantes da sociedade civil e eleita a nova diretoria para a gestão 95/97. De acordo com a Figura 3, a presença da sociedade civil na primeira gestão foi acima de 81% e chegou a 93%, sendo que o município teve presença mínima de 68% e Estado 87%. A presença maciça de municípios na 2ª reunião ordinária se repete apenas mais duas vezes em 31 reuniões. Os representantes do governo estadual apresentam frequência alta, acima de 85%.

Figura 7 - Gráfico de participação da gestão do CBH-PCJ (93-95)

2.14.2 Gestão do CBH-PCJ 95/97

Os trabalhos da gestão 95/97 tiveram início com discussão e aprovação de sugestões para relator do PL (Projeto de Lei nº 2.249/91), que instituía a Política e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, o que demonstra o engajamento do colegiado na discussão dos parâmetros nacionais da gestão hídrica. Na reunião a Câmara Técnica de Assuntos Institucionais (CT-AI) foi alterada para Grupo Técnico de Planejamento (GT-PL), além de serem aprovadas as propostas de objetivos e diretrizes para o Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí para o período de 1996/99, que seriam encaminhadas para inclusão no Plano Estadual de Recursos Hídricos no mesmo período.

Durante essa gestão foram aprovadas a realocação de recursos financeiros do FEHIDRO para obra em Campinas, emenda a anteprojeto de lei que autorizava o Executivo a participar da constituição da Agência de Bacias, proposta de realocação de recursos do FEHIDRO de 1994 para o município de Pedreira. Na 2ª reunião extraordinária foram definidas as diretrizes e critérios para a distribuição de recursos do FEHIDRO destinados à área do CBH-PCJ. Trata-se de uma iniciativa importante para a bacia porque o Fundo foi a primeira fonte de receita anual para obras no setor, e a divisão dos recursos passava pelo crivo dos técnicos e participantes do colegiado, que também definiu as prioridades de investimentos e aprovou alterações nos projetos indicados e realocação de recursos do fundo.

Neste período o município de Jundiaí solicitou ao DAEE outorga para captação de água no rio Atibaia, sendo que o pedido foi analisado pelo CBH-PCJ e foi feita uma série de recomendações ao DAEE. Dentro dessa gestão foi criado o Grupo Técnico de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (GT-ID); analisada a proposta de barramento nos ribeirões dos Toledos e São Luiz, em Santa Bárbara d'Oeste; e aprovado um parecer sobre um empreendimento hídrico em Santa Maria da Serra, na realidade um grande projeto de barragem que deveria interligar a região à Hidrovia Tietê-Paraná.

O CBH-PCJ ainda fez recomendações ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) referentes aos estudos sobre a cobrança pelo uso da água, que só foi aprovada em 2006 entrando em funcionamento em 2007. E, ainda nesta gestão, pode-se salientar a discussão interna e contribuição à proposta de revisão da Lei de Proteção dos Mananciais, antes do processo eleitoral que foi consolidado na última reunião da gestão em 25 de março de 1997.

O índice de participação da sociedade civil às reuniões (ordinárias e extraordinárias) do período entre 1995-1997 variou entre 75% e 93,8% (Figura 8), sendo superior ao dos municípios, que chegou a 18,8% na 7ª reunião ordinária na qual foram discutidos assuntos importantes como a realocação de recursos do FEHIDRO e alterações na legislação dos mananciais. Nesta gestão nota-se uma ocorrência que se tornou comum ao longo das gestões: duas das cadeiras ocupadas pela sociedade civil (CIESP-Piracicaba/ SIMESPI-Piracicaba e CENA/USP E UNIMEP) tiveram apenas três presenças num total de sete reuniões. A causa dessa abstenção não foi levantada neste trabalho e necessitaria de um estudo qualitativo junto à sociedade civil para descriminar as dificuldades de participação.

Os representantes municipais compareceram em peso (100%) na 8ª reunião ordinária, na qual foi realizado o processo eleitoral para eleição da gestão seguinte, o que pode ser analisado sob a ótica de manutenção do 'status quo' dentro do CBH-PCJ e no âmbito dos arranjos políticos do setor, durante o qual se define os municípios que ocuparão vagas no colegiado e, principalmente, o presidente do CBH-PCJ, cargo ocupado por um prefeito.

A participação dos representantes do Estado variou entre 62,5% e 75%. Porém, analisando o quadro de participação, que consta do Anexo deste trabalho, pode-se verificar que os representantes das secretarias de Ciências, Tecnologia e Desenvolvimento e da Fazenda não compareceram a nenhuma reunião, o que repercutiu na média do setor estatal.

Figura 8 - Gráfico de participação da gestão do CBH-PCJ (95-97)

2.14.3 Gestão do CBH-PCJ 97/99

O período da gestão 97/99 teve início com trabalhos de alteração da composição de três câmaras técnicas (Outorgas e Licenças, Conservação e Proteção de Recursos Naturais e Planejamento). Ainda na primeira reunião foram definidos os critérios para inscrição e priorização de projetos, serviços e obras para financiamento do FEHIDRO e outras fontes do orçamento de 1997. Na sequência, o colegiado discutiu a utilização de recursos do fundo para a contratação de estudo de arranjo institucional a fim da obtenção de empréstimo internacional, que foi oficializado na mesma gestão com a GV Consult da Fundação Getúlio Vargas. O comitê ainda aprovou emendas ao anteprojeto de lei de cobrança pelo uso da água no Estado e uma moção, que foi enviada às lideranças da Assembléia Legislativa sobre a importância da aprovação da cobrança.

No âmbito interno foi alterado o estatuto do CBH-PCJ, criada a Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) e alterada a composição e competência do GT-PL, além de ter sido aprovada a inclusão do município de Cabreúva no plenário. Um grupo de trabalho foi delegado para acompanhar o trabalho da GV Consult e foi criada uma comissão tripartite responsável pela instituição da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CT-AG), além de serem indicados os empreendimentos para financiamento do FEHIDRO.

Em 1999 houve um aditivo ao contrato do Consórcio PCJ com a GV Consult. É preciso destacar que por ter identidade jurídica, o que não ocorre com o CBH-PCJ, o consórcio é usualmente utilizado para a contratação de estudos e projetos. Ainda nesta gestão foi aprovada a indicação de tomador de recursos para a elaboração do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos do CBH-PCJ, o chamado Relatório Zero. E foram abertas inscrições para os municípios interessados em solicitar recursos para o FEHIDRO para a elaboração de estudos e projetos, reclassificados empreendimentos supletivos ao fundo e definidos os critérios de hierarquização dos projetos que concorrem aos recursos do orçamento de 1999. Na reunião seguinte foram indicados os empreendimentos selecionados para o financiamento do fundo, empossados os membros da sociedade civil e eleitos os novos dirigentes. De acordo com a Figura 9 pode-se perceber uma queda na participação dos representantes estaduais. O da CODASP faltou a quatro das seis reuniões e da Secretaria da Fazenda, que faltou a cinco reuniões. A CPFL foi substituída pela Secretaria de Energia no final da gestão. A participação desse setor varia entre 43,8% e chega a mais de 90% em apenas uma reunião.

Figura 9 - Gráfico de participação da gestão do CBH-PCJ (97-99)

Ainda de acordo com o gráfico, nota-se que a sociedade civil teve média de 75% de participação, mas chegou a 68,8% na última reunião. Cruzando-se esses dados com o quadro de participação (Anexo), verifica-se que das 23 faltas registradas, 14 ocorreram com membros de ONGs (ambientais ou não) que participaram dessa gestão, o que indica dificuldade na participação das reuniões, que foram realizadas em seis cidades diferentes ao longo do período. Outro dado é a frequência de representantes municipais e estaduais, que supera a participação dos representantes civis.

Novamente neste período, o pico de participação dos municípios ocorre no período eleitoral, quando o índice de presença foi de 87,5% e 81,3% nas duas últimas reuniões, respectivamente (Figura 9). Outro destaque dessa gestão é a discussão de grandes empreendimentos na área da bacia, como a barragem de Santa Maria da Serra, o que vai se tornar uma das características do CBH-PCJ.

2.14.4 Gestão do CBH-PCJ 99/01

No início dessa gestão o comitê começa a utilizar sua força política para pressionar as autoridades a aprovar os mecanismos de gestão. O presidente, o vice-presidente e o secretário-executivo são incumbidos de exercer ações relativas à cobrança pelo uso da água na primeira reunião do ano (7ª extraordinária), na qual também foi aprovada realocação de recursos do FEHIDRO para execução de obra na ETE de Valinhos e a alteração em seis câmaras técnicas, como ocorre todo início de gestão, sendo na reunião seguinte aprovado o cronograma de atividades das mesmas.

Com relação ao FEHIDRO, foram aprovadas duas alterações de contrapartida em contratos da SANASA de Campinas e da prefeitura de Pedreira, além de definido o tomador de recursos do mesmo fundo para a elaboração do Plano de Bacias 2000/2003. No mesmo período foi aprovado o parecer sobre o RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) do empreendimento hídrico (barragem) de Santa Maria da Serra.

Na 11ª reunião ordinária foi instituído o Prêmio Yara de Jornalismo e seu regulamento, que destacava trabalhos jornalísticos em defesa dos recursos hídricos. Também foi regulamentada a participação do CBH-PCJ em outros colegiados com atribuições nas áreas de recursos hídricos e de meio ambiente, aprovadas as propostas da CT-RN de encaminhamento de solicitações para a regulamentação de Áreas de Proteção Ambiental nas bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e os objetivos e metas gerais para o Plano de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba,

Capivari e Jundiá para o período 2000/2003, que foram encaminhados para o Plano Estadual de Recursos Hídricos 2000/2003, e estabelecidos os prazos e recomendações para a elaboração do Relatório Zero do CBH-PCJ. Ainda foram definidos critérios para hierarquização de projetos para o FEHIDRO e a destinação de saldos positivos entre valores deliberados e obtidos após licitação dos empreendimentos. Por fim, aprovou-se um manifesto referente ao Projeto de Lei nº 1.617/99, que criava a ANA.

Na 13ª reunião ordinária foram indicados os projetos para financiamento do FEHIDRO no ano de 2000, aprovados o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Relatório Zero) e um novo regulamento para Prêmio Yara de Jornalismo, além de também ter sido aprovado pelo plenário o parecer técnico sobre o EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e, respectivo, Relatório) do empreendimento Termoelétrica do Planalto Paulista (TPP). Na 9ª reunião foram indicados empreendimentos para receber recursos de repasse da Secretaria de Recursos Hídricos, do Ministério do Meio Ambiente, que foi distribuído por meio do FEHIDRO. Nesse período também foi alterada a composição do segmento Estado, sendo que a CESP, privatizada, foi substituída pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. E, ainda, dentro do CBH-PCJ foi criado o Grupo Técnico de Águas Subterrâneas das Bacias PCJ, aprovado o Plano de Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para o período de 2000/2003, aprovadas prorrogações de contratos com o FEHIDRO, e estabelecidos os parâmetros para seleção de projetos em 2001, além de definido o calendário eleitoral. Na última reunião da gestão foi aprovado o parecer técnico sobre o documento de trabalho da Usina de Geração de Energia Carioba 2, um empreendimento que gerou muita discussão dentro do CBH-PCJ e cujo parecer acabou por fazer os empreendedores mudarem o projeto. Na mesma reunião foi aprovado o parecer técnico sobre o RAP (Relatório Ambiental Preliminar) da Ampliação da Companhia Antártica Paulista – Indústria Brasileira de Bebidas e Conexos (IBBC), unidade de Jaguariúna. Outro pronto aprovado foi a indicação dos empreendimentos para financiamento do FEHIDRO em 2001, eleição da sociedade civil e da nova diretoria do CBH-PCJ para mandato 2001/2003.

Com algumas exceções ao longo dessa gestão, a participação dos três setores foi alta, contudo é percebida uma presença superior dos segmentos em reuniões que vão definir os empreendimentos que vão receber recursos do FEHIDRO, no caso a 13ª ordinária, na qual o setor municipal teve 100% de presença. O interesse é bastante claro porque até 2006, quando teve início a cobrança nos rios federais, o fundo era praticamente a única fonte de recursos para obras de grande porte,

como ETEs, projetos e obras de combate às perdas entre outras, sendo que os prefeitos apresentam projetos para conseguir recursos. As eleições despertam o interesse dos setores na ocupação de espaço político no comitê.

No setor estatal ocorrem duas mudanças nas cadeiras nesse período, mas o que chama a atenção é a ausência em todas as reuniões dos representantes (titular e suplente) da Secretaria da Fazenda, além do representante da Secretaria de Economia e Planejamento. A CESP, em período de privatização, também não comparece, sendo substituída pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

Com relação à sociedade civil, pode-se notar na Figura 10 um índice elevado de participação durante todas as reuniões, sempre acima dos 75%. Contudo, ao analisar o quadro de presença (ver Anexo), pode-se observar que os sindicatos rurais de várias cidades da bacia ocupam três, como titular e suplentes, das 16 vagas para o segmento, sendo que nesta gestão em análise, os sindicatos responderam por três das seis faltas totais da sociedade civil. Porém, também nota-se pela análise do quadro relativo a essa gestão que em muitas reuniões participam o titular e o suplente dos representantes desse segmento.

Figura 10 - Gráfico de participação da gestão do CBH-PCJ (99-01)

A presença dos sindicatos rurais se repete ao longo praticamente de todos os dez primeiros anos de gestão, sempre nas vagas de titular e suplente, contudo, o setor foi um dos mais resistentes à implantação da cobrança temendo que a taxação o prejudicasse com o encarecimento da

produção. A participação desse setor foi importante para garantir que os agricultores conquistassem benefícios na instituição da cobrança, como isenção de pequenos agricultores e isenção nos anos iniciais da taxa.

Durante essa gestão foram discutidos três grandes projetos que pleiteavam sua implantação na bacia PCJ – duas termelétricas, uma em Paulínia e outra em Americana, e um represamento em Santa Maria da Serra –, o que levou o colegiado a iniciar a discussão de parâmetros para empreendimentos na região, mas essa proposta não foi concluída. Além disso, também foi aprovado o Relatório Ambiental Preliminar (RAP) da ampliação da Companhia Antarctica Paulista, unidade Jaguariúna. No entanto, o CBH-PCJ é consultado pelo governo estadual para a implantação de empreendimentos e analisa o EIA-RIMA para verificar os impactos nos recursos hídricos da região.

2.14.5 Gestão do CBH-PCJ 01/03

Durante a gestão 2001/2003 foram aprovados vários atos do presidente do CBH-PCJ, então prefeito de Rio Claro, Cláudio de Mauro, com base no Inciso V do Artigo 11 do Estatuto do CBH-PCJ, que permite ao presidente realizar ações referendadas nas reuniões plenárias.

Também foram feitas as trocas de membros de comissões e câmaras técnicas e hierarquizados empreendimentos para receber recursos do FEHIDRO no exercício 2001.

Ainda neste período foram discutidas e aprovadas recomendações sobre o uso da água subterrânea do aquífero Cristalino, no município de Vinhedo. O colegiado também definiu ações integradas entre os comitês de bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e do Alto Tietê.

A 11ª reunião extraordinária, em Arthur Nogueira, registrou quórum de 131 participantes, que aprovaram o relatório sobre a implantação da Usina de Geração de Energia Carioba 2, em Americana, no qual foi recomendada a troca do sistema de resfriamento da turbina do empreendimento para a diminuição do gasto de água, o que foi acatado pelos empreendedores, que elevaram o custo do projeto de US\$ 600 milhões para US\$ 650 milhões, além de outras exigências. Na mesma reunião foram definidos os critérios para seleção de projetos que iriam receber recursos do fundo estadual no orçamento de 2002, sendo na reunião seguinte hierarquizados os projetos. O colegiado criou nesse período o Grupo Técnico de Saúde Ambiental (GT-SAM)

O CBH-PCJ definiu os critérios para pontuação dos projetos inscritos no Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), em 2002, lançado pela ANA. O colegiado também analisou e hierarquizou os projetos. Ainda foi aprovado: o programa de ações, o calendário para câmaras técnicas, houve mudanças no contrato do FEHIDRO com as prefeituras de Holambra, Pedreira, São Pedro e Nova Odessa, além de terem sido feitas recomendações do Departamento de Avaliação de Impacto (DAIA), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, sobre a ampliação da Antártica de Jaguariúna. Houve nessa gestão uma alteração das metas de curto prazo do Plano de Bacias 2000/2003 e foi criada uma comissão eleitoral para promover ajustes no processo eleitoral do CHB-PCJ para o mandato seguinte, porque seria necessário fundir o colegiado estadual ao federal, que estava em processo de criação. Também foi necessária uma nova redação ao estatuto do colegiado para harmonização dos dois colegiados. Conforme a Figura 11, durante a gestão a participação da sociedade civil foi acima dos 75%, sendo o segmento que mais compareceu às reuniões. Das 17 faltas registradas no segmento durante o período, 11 foram do mesmo segmento (industrial), que estava representado pelo CIESP de Campinas, Rio Claro e Piracicaba, além da União Canavieira (Única). A Pontifícia Universidade Católica (Campinas) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF), respectivamente titular e suplente de uma das vagas, tiveram quatro faltas em oito reuniões.

Figura 11 - Gráfico de participação da gestão do CBH-PCJ (01-03)

A falta dessas representações enfraquece o poder de decisão da sociedade civil num processo de votação. O CIESP e como os sindicatos rurais ocupam mais de uma cadeira e costumam manter os mesmos representantes.

Na mesma gestão nota-se outro fator: o índice de participação dos representantes do Estado teve pico na 11ª reunião ordinária, quando foi votado e aprovado o relatório da termelétrica Carioba 2, um empreendimento energético de interesse do governo estadual. Os representantes desse segmento, que participam do colegiado por ‘dever de ofício’, registraram presença de 81,3%, sendo que duas secretarias têm índices altos de faltas: a de Transportes, que compareceu a apenas uma reunião, e a da Fazenda, que não participou de nenhuma. O representante da CODASP, por sua vez, faltou a seis de oito reuniões.

A figura 12 mostra a evolução das participações dos três setores que compuseram o CBH-PCJ na primeira década de sua existência. Pode-se notar, com exceção de alguns picos, que a sociedade civil manteve maior regularidade na participação nas reuniões, dentro dos moldes de paridade estabelecidos pelo regimento do colegiado. Levando em consideração essa estrutura estabelecida pode-se avaliar como boa o comparecimento dos membros desse segmento. Contudo, apenas uma avaliação qualitativa mais aprofundada seria capaz de qualificar a participação. É sabido que ONGs e outras entidades civis têm mais dificuldades para comparecer às reuniões, o que poderia suscitar a discussão interna sobre a possibilidade de apoio financeiro, como diárias, para essas instituições. Contudo, a simples presença nas reuniões plenárias não garante uma participação de qualidade. Como defende Jacobi (2004) é necessária uma politização e até mesmo a capacitação dos representantes que vão representar a sociedade civil.

A presença média da sociedade civil fica entre 70% e 80% durante as gestões, o que está acima da média dos representantes de municípios e do Estado, que têm transporte e diárias pagas pelos órgãos que representam. Há um interesse natural pela questão dos recursos hídricos nessa bacia devido principalmente à carência do mesmo, o que coloca o setor produtivo (agrícola ou industrial), assim como os serviços de água (municipais ou concedidos) em constante alerta. A sociedade civil surge muitas vezes na defesa das questões ambientais, como no caso da campanha Ano 2000 – Redenção Ecológica da Bacia do Piracicaba e, mais recentemente, Diga Não à Carioba, coordenada pelo Jornal de Piracicaba e o Conselho Coordenador das Entidades Civas de Piracicaba, que compareceu a praticamente todas as reuniões do CBH-PCJ e do grupo de estudo para avaliar o projeto da termelétrica.

O modelo participativo proposto inicialmente pelo CBH-PCJ pode ser aperfeiçoado com a capacitação da sociedade civil, o que tornaria o espaço mais democrático e plural do que já tem sido nesses dez anos.

Figura 12 - Gráfico de participação da gestão do CBH-PCJ (1993-2003)

2.14.6 Considerações sobre a participação de cinco sindicatos rurais

A participação dos agricultores no CBH-PCJ é feita por meio das reuniões plenárias e mais especificamente da CT-Rural (Câmara Técnica Rural). A CT-Rural foi a última implantada no CBH-PBJ sendo fruto de discussões intensas sobre a necessidade de se desenvolver ações voltadas ao agricultor, que na região representa 18% do uso total de captação de recursos hídricos, o que representa $7,01 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$, sendo o terceiro maior volume de captado. O uso urbano responde por 45% ($17,05 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$) e o industrial 36% ($13,5617,05 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$) (IRRIGART, 2007). Porém, a expansão da agricultura no mundo elevou o índice de uso de água para irrigação para 70% do total captado em geral, enquanto que no Brasil a utilização dos recursos hídricos para agricultura é 61%. (FOLEGATTI, ARAÚJO SILVA, CASARINI, 2004).

Apesar do baixo volume de água utilizado pelo setor, as Zonas Rurais exercem um papel fundamental na produção de água para as bacias hidrográficas por meio de suas extensas áreas permeáveis, que ao contrário do que ocorre na Zona Urbana, permitem a infiltração da água da chuva e conseqüente abastecimento do lençol freático, além disso as áreas de reserva legal obrigatórias nas propriedades servem de corredores para a manutenção da biodiversidade e as matas ciliares protegem os cursos d'água e nascentes.

A CT-Rural é responsável por um grande avanço no âmbito do CBH-PCJ, que baseia-se nesse contexto para defender o chamado Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que prevê a remuneração dos agricultores que utilizam práticas conservacionistas em suas propriedades. Trata-se experiência-piloto ainda em fase de implantação e adequação no âmbito desta bacia, que pela primeira vez coloca o setor rural como um dos prioritários dentro da estrutura de gestão. Antes disso, a questão da qualidade da água sempre foi prioritária no âmbito do CBH-PCJ e a priorização da produção de água sempre foi defendida pelo setor rural, sendo uma demanda interna antiga do colegiado. O PSA permite incentivar técnicas já conhecidas para aumentar a produção de água, sem lançar mão da construção de barragens, além de envolver o setor que utiliza um pequeno volume de água na região em relação ao índice mundial de 70% e é importantíssimo para garantir a produção de água. Contudo, a falta de recursos faz com que as técnicas conservacionistas não sejam aplicadas, o que pode ser revertido com a iniciativa do PSA.

Durante o trabalho foram entrevistados cinco representantes de sindicatos rurais de Rio Claro, Piracicaba, Monte Mor, Limeira e Campinas, que participam da CT-Rural com o intuito integrar

a visão dessa categoria ao processo de participação. Sob a ótica dos representantes a participação no CBH-PCJ é uma maneira de se garantir que os interesses do setor rural sejam resguardados, sendo que todos destacaram a importância do produtor rural no contexto da sociedade. O caráter de produtor de alimentos é o mais destacado e até mesmo louvado. Esse mesmo argumento é usado para defender que esse setor seja isento da cobrança pelo uso da água e até mesmo remunerado por manter nascentes, área de reserva legal e não poluir. Há uma noção predominante de que o produtor rural é responsável pela produção de água por meio da proteção das nascentes, das matas ciliares e do uso e conservação do solo, o que demonstra um grau elevado de informação no contexto das discussões sobre os recursos hídricos. Entretanto, nenhum dos representantes destacou a possibilidade de contribuir com propostas e outras ações com o colegiado, ao contrário, cobram propostas para melhorar as condições do agricultor sem onerá-lo.

A questão econômica da manutenção do produtor rural é destacada em todas as entrevistas, assim como a necessidade de financiamentos e investimentos na área rural. Um representante que acompanha o CBH-PCJ desde 1993 afirma que existe priorização dos projetos de tratamento de esgoto na captação de recursos do FEHIDRO em detrimento das ações na Zona Rural.

Com relação à participação no colegiado, os representantes foram unânimes em afirmar que a presença dos produtores rurais nas reuniões do colegiado é inviável por causa dos custos de locomoção, da atividade de produção e também da falta de atrativos para o participante. Contudo, afirmam que os atrativos seriam ações que revertam em benefícios financeiros para os produtores rurais. Atualmente, os agricultores delegam sua participação aos representantes dos sindicatos.

Uma avaliação mais aprofundada da visão e das expectativas do setor rural merece um estudo aprofundado utilizando uma metodologia qualitativa de abordagem dos entrevistados. Porém, as respostas apontam claramente uma participação indireta, voltada para os interesses setoriais e sem contribuições, apesar de certo grau de esclarecimento com relação ao meio ambiente em geral por parte dos participantes. Não há relatos de discussões setoriais internas sobre os assuntos que estão sendo deliberados pelo CBH-PCJ, que são repassados aos associados dos sindicatos por boletins informativos. Esses dados não aparecem no levantamento quantitativo apresentado neste trabalho.

2.14.7 Discussão

Ao longo dos dez primeiros anos de existência do CBH-PCJ e dentro da perspectiva de proposta de paridade pelo estatuto do colegiado, que previa inicialmente 16 representantes do segmento municípios, 16 do estadual e 16 da sociedade civil, a participação da sociedade civil nas reuniões deliberativas foi acima de 80%, com alguns picos para baixo e para cima. Contudo, verifica-se que na média a participação é quantitativamente elevada, o que se contrapõe à expectativa inicial do trabalho. Em algumas das gestões 93/95, 95/97 e 2001/2003 a presença da sociedade civil foi majoritariamente acima dos outros dois segmentos, que costumam participar em peso nas eleições e reuniões de definições de projetos que receberão recursos.

No mesmo período, houve um salto de qualidade organizacional do comitê estudado, que conseguiu implantar praticamente todas as ferramentas previstas na Política Nacional de Recursos Hídricos, inclusive a cobrança pelo uso da água, que foi negociada politicamente durante anos no âmbito da Assembleia Legislativa de São Paulo e do próprio CBH-PCJ. A cobrança federal foi implantada em 2006 e a estadual começou em 2007, respectivamente.

A disponibilidade hídrica nessas bacias é de $385 \text{ m}^3 \text{ hab}^{-1} \text{ ano}^{-1}$, de acordo com o Plano Estadual de Recursos Hídricos – relatório de situação dos recursos hídricos do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2002), o que coloca a região numa situação considerada crítica. A ONU define o volume de $1.500 \text{ m}^3 \text{ hab}^{-1} \text{ ano}^{-1}$ como crítico e passível de riscos para a segurança do abastecimento, sendo que a disponibilidade local é comparada à de países do semi-árido africano. Além da falta de água há o problema da qualidade dos mananciais das bacias PCJ, que em alguns trechos têm Classe 4, ou seja, abaixo do limite de qualidade definido pelo CONAMA para usos múltiplos. Por isso, o CBH-PCJ prioriza investimentos em tratamento de esgoto, além de outras frentes como projetos de educação ambiental, redução de perdas, reflorestamento ciliar etc.

Sob a tutela do CBH-PCJ, que faz a hierarquização e definição de projetos prioritários que recebem recursos do FEHIDRO e outros tipos de financiamento, as obras de tratamento de esgoto implantadas na bacia subiram o percentual de tratamento de 3,25% em 1989 para 39,6%, em 2007, o que demonstra o esforço do colegiado na recuperação da qualidade da água, além da iniciativa dos municípios de apresentarem projetos e assumirem parte dos custos.

Os avanços institucionais da região tornaram o CBH-PCJ uma referência em gestão de recursos hídricos. O modelo de negociação realizado na renovação da outorga do Sistema Cantareira está sendo apresentado em vários outros comitês pelo ex-presidente do colegiado e ex-prefeito de Rio

Claro, Cláudio de Mauro, que atualmente assessora a ANA. Para a região das bacias PCJ, o novo contrato de gestão das águas representadas no Cantareira trouxe a possibilidade de administrar, ao lado da SABESP, o volume liberado para a região a jusante do sistema. Além disso, os recursos da cobrança nos rios federais, que em 2007 geraram R\$ 12.448.884,68, foram revertidos em 12 projetos com contrapartida dos tomadores de mais R\$ 9.888.018,12, sendo que na fundação do CBH-PCJ não havia fontes de recursos para financiar a recuperação dos mananciais. Mais tarde foi criado o FEHIDRO, que recebia recursos de um imposto por áreas alagadas.

A estruturação do colegiado deve muito à existência, desde 1989, do Consórcio PCJ, que abriu caminho e foi parceiro de todas as grandes iniciativas do comitê, seja como tomador de recursos, contratador de projetos ou articulador regional. O Consórcio PCJ, apesar de não ter cadeira no CBH-PCJ durante várias gestões, participou ativamente como representante de municípios titulares e/ou suplentes. Essa participação foi próativa e combativa no sentido de discutir e apresentar propostas que levassem ao avanço da gestão. A primeira gestão de entidades civis nasceu da chamada Plenária de Entidades Cíveis, que já participava do Consórcio PCJ e, por isso, tinha entendimento da questão dos recursos hídricos (LAHÓZ, 2007).

Contudo, apesar de aparentemente satisfatória a participação quantitativa da sociedade civil na primeira década do colegiado demonstrada pelos quadros de presença apresentados no Anexo deste trabalho, há lacunas na proposta inicial de integração e interação da sociedade civil à gestão dos recursos hídricos. A Política Nacional de Recursos Hídricos, assim como a Política Estadual de Recursos Hídricos, prevêem a luz da reabertura democrática brasileira: o debate político nesse fórum de discussões, que culmina na elaboração e implementação de ações negociadas. Com base nas idéias de Jacobi (2004) e Frey (2001), há necessidade de se definir um novo papel para o Estado dentro da proposta do modelo sistêmico de integração participativa, que foi proposto como resposta à lacuna entre as necessidades socioambientais e à capacidade de o Estado atender a essas questões. Esse modelo exige representantes próativos, que tenham tempo e disponibilidade para participar dos fóruns de discussão para defender seus interesses e também negociar com setores diferentes e que até mesmo competem entre si pelo recurso hídrico da região, como é o caso da agricultura e da indústria na região das bacias PCJ.

O exercício democrático da negociação, segundo (DAGNINO, 2002 apud Jacobi, 2004), admite a tensão política como método decisório, sendo que deveria ajudar a diluir as antigas práticas autoritárias e patrimonialistas. Entretanto, num breve relato de cinco representantes de sindicatos

rurais aponta por uma participação indireta e delegada a representantes sindicais, alguns deles que participam desde a criação do CBH-PCJ. Foram entrevistados representantes de entidades de Rio Claro, Monte Mor, Limeira, Piracicaba e Campinas. Outro ponto levantado nas entrevistas foi o discurso classista, que destaca os interesses do setor agrícola como prioritários na distribuição de recursos. Para o setor rural, os produtores devem ser excluídos da cobrança pelo uso da água e incluídos em projetos como o Produto de Águas, que distribui recursos para produtores rurais que protegem e recuperam nascentes. Trata-se de uma posição restrita aos interesses de classe, que vincula a participação do colegiado aos ganhos que o setor terá com isso. Ilustra com certa eficiência essa análise a fala do representante do Sindicato Rural de Rio Claro, transcrita abaixo.

Eu acho que o atrativo maior do próprio comitê de bacias é ir até o produtor rural e dizer para ele que se produzir e melhorar a qualidade de água tem condições (de receber). No meu modo de entender, o produtor rural recebe uma cobrança e pensa: tenho as áreas de preservação permanente, eu cuido da água, cuido do ar, produzo alimentos e vou receber um castigo. Então, seria (necessário) inverter esse papel e ele ser premiado. Se ele cuida, não paga a água. E, se for possível, até recebe e tem retorno em cima disso. Eu acho que isso é uma ampla visão que todos nós temos que ter. Isso atrairia todo produtor a participar e cuidar melhor da propriedade (BARALDI, 2007) ⁽⁶⁾.

O ideal, dentro da proposta participativa, seria que o setor rural interiorizasse sua importância estratégica dentro da gestão, como produtor de água e buscasse nas práticas conservacionistas um caminho para aumento da vazão dos mananciais. Contudo, o colegiado também precisa entender o papel do setor rural e investisse na proposta dos PSA, assim como ocorre com o tratamento de esgoto. Os projetos relacionados a esse tema sempre têm prioridade na hierarquização de recursos tanto do FEHIDRO quanto da cobrança. A situação é criticada por vários representantes de sindicatos ouvidos. O tratamento de esgoto é uma obrigação dos municípios que sem recursos adiam a implantação de obras para esse fim, o mesmo ocorre nas propriedades rurais. O produtor não tem verba para investir em práticas conservacionistas.

⁽⁶⁾ Entrevista concedida à autora na sede do Sindicato Rural de Rio Claro em 2007

A participação do segmento sociedade civil pode ser questionada com relação ao número de faltas de alguns representantes, que não compareceram à maioria das reuniões plenárias e, com isso, enfraqueceram a capacidade de votação do setor.

No geral, o volume de participação nas plenárias é insignificante em relação à população da região representada. Pelo levantamento do número total de participantes das reuniões, realizado com base nas atas de 29 das 32 reuniões realizadas ao longo da primeira década do CBH-PCJ, foram registrados 3.228 participantes, o que resulta numa média de 111,31 presentes por reunião e demonstra baixa adesão da comunidade das bacias PCJ à discussão da problemática dos recursos hídricos. A região tem aproximadamente 5 milhões de habitantes. As reuniões plenárias são deliberativas e definem a posição do colegiado em diversos assuntos, como o preço da água proveniente da cobrança dos usuários, os projetos que vão receber recursos do FEHIDRO, somados aos recursos da própria cobrança, e de outras fontes de verbas.

O caráter técnico das discussões é apontado por alguns estudiosos como um fator inibidor da participação da população leiga, e não existe, fora das propostas da Câmara de Educação Ambiental, nenhum trabalho contínuo de formação e divulgação do trabalho do colegiado. Percebe-se uma repetição de instituições ao longo das gestões, como os próprios sindicatos rurais, que ocupam até três cadeiras e as subsedes do CIESP, que chegam a ocupar cadeiras, mas não aparecem nas reuniões. Em apenas uma gestão (97/99) houve um alto índice de faltas de representantes de ONGs, que responderam por 14 das 23 faltas registradas ao longo do período. As ONGs têm mais dificuldade para participar de todas as instâncias do colegiado, porque muitas vezes não dispõem de recursos e tempo dentro do contexto profissional para participar do processo.

As reuniões das câmaras técnicas, ordinárias e extraordinárias do CBH-PCJ são realizadas em municípios diferentes, o que exige gastos com deslocamento e, muitas vezes, alimentação. No caso de sindicatos, associações de classe, institutos de pesquisa e universidades os custos são cobertos em parte ou totalmente pela instituição, porém as organizações civis ambientais, por exemplo, nem sempre têm recursos para isso. Essas dificuldades de participação não foram levantadas e analisadas neste trabalho e merecem um diagnóstico mais aprofundado. Trabalhos posteriores poderiam explorar, por meio da pesquisa qualitativa e da abordagem antropológica, informações sobre as dificuldades de participação da sociedade civil.

Outro ponto que deve ser questionado em contraponto à elevada participação é a qualidade da mesma, sendo que Jacobi defende o processo contínuo de preparação da sociedade civil no exercício da participação democrática, seja por meios de informação, seja por debate setorial interno. Contudo, na pauta deliberativa do CBH-PCJ, nos primeiros dez anos de gestão não foi apresentado nenhum projeto de formação de representantes. As deliberações aprovadas pelo plenário são textos discutidos internamente, principalmente na CT-PL, que é considerada o grande fórum de discussões e negociações do colegiado (MORETTI, 2007).

Jacobi (2004) também questiona a postura pouco próativa dos representantes municipais, que aparece em baixos índices de comparecimento às reuniões. Ao se cruzar a informação dos gráficos com a pauta das reuniões verifica-se que os municípios enviam representantes em peso nas plenárias eleitorais, com índices de 100% de participação.

Um dos pontos positivos do CBH-PCJ é a possibilidade de os próprios integrantes do colegiado se reunirem para alterar o estatuto, como foi feito para se adequar o comitê estadual ao PCJ Federal, criado em 2003. Esse instrumento permite mudar a estrutura participativa e até aumentar as cadeiras da sociedade civil. Uma experiência de paridade diferente da formação do plenário funciona na CT-PL, onde a sociedade civil e usuários ocupam 50% das cadeiras e os governos (municipal, estadual e federal) ocupam o restante. Essa câmara atende os dois comitês (CBH-PCJ) e o PCJ Federal, por isso a composição inclui membros de órgãos do governo federal e de Minas Gerais.

O CBH-PCJ, juntamente ao de outros colegiados, está entre os novos espaços democráticos para a inclusão da sociedade civil no processo de descentralização do poder, que veio a reboque da Constituição de 1988. Porém, a sociedade civil ainda não tem a cultura de utilizar e participar dessas esferas de decisão de forma contínua e direta. Apesar da possibilidade de acompanhar as reuniões, câmaras técnicas e votações dos assuntos, é comum o cidadão delegar para sindicatos, entidades de classe e membros de ONGs a função de participar por ele, o que permite que alguns membros e mesmo instituições se perpetuem na estrutura do colegiado. A situação é contrária ao princípio da proposta participativa, que visa a ampliar o debate no seio da comunidade e a oxigenar as propostas com novas idéias e visões de mundo.

A experiência da cobrança na bacia do Paraíba do Sul, onde a ANA implantou a cobrança, não atingiu a mesma eficiência de 99% de adimplência, que demonstra uma preparação maior da comunidade das bacias PCJ com relação à importância dessa ferramenta. No caso do CBH-PCJ

são inegáveis os avanços obtidos na região, ainda que bastante aquém da necessidade da bacia. O sistema de gerenciamento nas bacias PCJ caminha, com apoio da cobrança pelo uso da água, para uma fase de maior independência financeira, que deve se refletir na implantação de projetos de melhoria dos mananciais bancados com esses recursos.

3 CONCLUSÕES

Apesar da situação crítica em termos de quantidade e qualidade de água nas bacias PCJ, a comunidade local ainda não demonstra o interesse que uma questão de tanta relevância deveria suscitar. Dentro do modelo criado para participação nas deliberações do colegiado, que foi seguido na primeira década de existência do colegiado, o índice de participação pode ser considerado alto. Porém, quando se verifica o volume de participantes em relação à população da bacia PCJ, é possível perceber que há necessidade de ampliação da participação. Não há trabalhos de formação de novos representantes por parte da sociedade civil e nem dos segmentos municipal e estadual. Falta um envolvimento maior na questão também por parte das universidades e centros de pesquisa.

O panorama futuro da região de crescimento do número de indústrias e empreendimentos e, conseqüentemente, da população da área indica um agravamento da situação, que não parece ser impedimento para a implantação de uma série de novos empreendimentos na região.

A questão da participação da sociedade civil no âmbito do CBH-PCJ necessita de estudos que utilizem recursos da pesquisa antropológica, para que eles possam trazer dados qualitativos sobre as dificuldades não apenas físicas ou financeiras, que impedem ou inibem a participação. A aversão às questões ligadas às políticas públicas, seja de caráter partidário ou não, é um tópico que exige mais empenho por parte dos pesquisadores.

A participação direta, como propõe o princípio democrático, parece não atrair nem mesmo interessados diretos nos temas, como é o caso dos produtores rurais que esperam por contrapartidas do colegiado para garantir suas participações. O cenário indica falta de preparo da sociedade e poucos atrativos da estrutura criada para a participação, que muitas vezes exige deslocamentos, tempo livre e gastos. Os entraves que dificultam a adesão de mais membros da sociedade civil ao debate exigem soluções que realmente permitam a interiorização do modelo participativo tanto para a gestão dos recursos hídricos quanto para o meio ambiente em geral.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DE PIRACICABA (AEAP). Divisão de Meio Ambiente. **Campanha Ano 2000 – Redenção Ecológica da Bacia do Piracicaba. Piracicaba**, 1987.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília: Senado, 1988. 168 p.

BOFF, L. **A guerra pela água**. Disponível em: <<http://www.ecoterrabrasil.com.br/home/index.php?pg=temas&cd=575>>. Acesso em: 23 fev. 2005.

COBRANÇA pelo uso da água nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Resultado do primeiro ano de implantação: Piracicaba: Agência de Água PCJ, 2006. 1 folder.

COBRANÇA pelo uso da água nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Resultado do biênio 2006-2007: Piracicaba, Agência de Água PCJ, 2007. 1 folder.

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ. **Implantação, resultados e perspectivas**. Campinas: Arte Brasil., 1996. 76p.

CONSÓRCIO HIDROPLAN, **Plano Integrado de Aproveitamento e Controle dos Recursos Hídricos das Bacias do Alto Tietê, Piracicaba e Baixada Paulista**, São Paulo, 1996. 20v.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA E CAPIVARI. **10 anos do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari (1989-1999) – Edição Comemorativa**. Americana, 2000. 100 p.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA E CAPIVARI. **Nossas Águas. Publicação comemorativa do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí**. Americana: Consórcio PCJ, 2004. 29 p.

CONSÓRCIO PCJ – missão e visão. Americana, Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, 2007. 1 folder.

FOLEGATTI, M.V.; ARAUJO DA SILVA, T.J.; CASARINI, E. **O manejo da irrigação como elemento essencial na utilização racional dos recursos hídricos**. In: THAME, A.C.M. (Org.). **A cobrança pelo uso da água na agricultura**: Embu, São Paulo; Igual Editora, 2004. p. 213-219.

FREITAS, A.J. Gestão de recursos hídricos. In: DEMETRIUS, D. DA S. PRUSKI, F.F.(Ed.). **Gestão de recursos hídricos: aspectos legais, econômicos, administrativos e sociais**. Viçosa, Imprensa, 2005. cap.1, p. 1-71.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 9, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2001000900007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 Out 2007.

IRRIGART – ENGENHARIA E CONSULTORIA EM RECURSOS HÍDRICOS. **Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí: situação dos recursos hídricos 2002/2003** (Relatório Síntese). Piracicaba: FEHIDRO/PCJ/CBH-PCJ, 2005. 103 p.

IRRIGART – ENGENHARIA E CONSULTORIA EM RECURSOS HÍDRICOS. **Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí: situação dos recursos hídricos 2004/2006** (Relatório Síntese). Piracicaba: FEHIDRO/PCJ/CBH-PCJ, 2007. 74 p.

JACOBI, P.R. Comitês de Bacias Hidrográficas – Dimensão Político Social. In: ENCONTRO DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS, 1., 2004, Praia Grande (SP). **Livro de Resumos....** Praia Grande: Editora Viena, 2004. p. 163-182.

JACOBI, P.R. Política das águas e constituição de espaços democráticos. In: SIMPÓSIO SOBRE GOVERNANÇA DA ÁGUA, 2006, Salvador, Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2006. Disponível em: <http://www.baciasirmas.org.br/doc/texto3.pdf>

LEÃO, R.M. **Álcool energia verde**. São Paulo: Igual Editora, 2002. 255 p.

LOPES, P.D. Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. In: FORMIGA, R.M., LOPES, P.D. (Org.). **Projeto Marca D'Água, seguindo as mudanças na gestão das bacias hidrográficas do Brasil: caderno 1: Retratos 3 x 4 das bacias pesquisadas**. Brasília: Finatec, 2003. p.123-128.

MACHADO, P.A.L. **Direito ambiental brasileiro**. 11 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003, p. 421-497

MARTINS, J.P.S. Rio Piracicaba: tristeza e dor. In: THAME, A.C.M. (Org.) **Rio Piracicaba – vida, degradação e renascimento**. São Paulo: Igual editora, 1998. cap. 2, p. 29-39

MIRANDA, C.O. O papel político-institucional dos comitês de bacias hidrográficas no Estado de São Paulo – um estudo de caso. In: FELICIDADE, N.; MARTINS, R.C.; LEME, A.L. (Org.). **Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil**. São Paulo: Rima, 2001. p. 135-147.

MONTICELI, J. J. O Consórcio das bacias dos Rios Piracicaba e Capivari. In: _____ Rio Piracicaba – vida, degradação e renascimento. São Paulo: Igual Editora, 1998. p.. 45-50.

MOREIRA, M.M.M.A. Política nacional de recursos hídricos: avanços recentes e novos desafios. In: CURSO DE EXTENSÃO DE DIREITOS HUMANOS: UMA ABORDAGEM TRANSDISCIPLINAR DENTRO DA TEMÁTICA DE GARANTIAS DOS DIREITOS, 3., HUMANOS E SOCIAIS DE ACESSO E USO DA ÁGUA, 2001, São Carlos **Palestras**. São Paulo: UFSCar, 2001. p.4-15.

NEGRI, B., Urbanização e demanda de recursos hídricos na bacia do rio Piracicaba. In: SEMANA DE DEBATES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE, 1., 1992, Piracicaba. Semana de Debates sobre Recursos Hídricos e Meio Ambiente - Atas: Édile Serviços Gráficos e Editora, 1992. p. 27-37.

PASCHOALOTTI, E. Renovação do Sistema de Outorga do Sistema Cantareira. In: ENCONTRO DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS, 1., 2004, Praia Grande **Resumos**)... Praia Grande: Editora Viena. Livro, 2004. . P. 79- 96.

SÃO PAULO (Estado). **Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras. Programa de Investimentos para proteção e aproveitamento dos recursos hídricos das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí**. São Paulo (reimpressão). São Paulo: Ed. Departamento de Águas e Energia Elétrica, 1999. 76 p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras. **Plano Estadual de recursos hídricos – relatório de situação dos recursos hídricos do Estado de São Paulo**. São Paulo: ed. Departamento de Águas e Energia Elétrica, 2002. 53p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento – RERHS. Cartilha: **Tudo o que você queria saber sobre a cobrança pelo uso da água e não tinha a quem perguntar**. São Paulo: DAEE, 2006. 12p.

SHS CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA S/A LTDA. **Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 2004-2007** São Carlos: Suprema Gráfica e Editora, 2006. 48 p. (Síntese do Relatório Final)

THAME, A.C.M. (Org.) **Rio Piracicaba – Vida, degradação e renascimento**. São Paulo: Igual editora, 1998. 128 p.

TUNDISI, J.G.; MATSUMURA-TUNDISI, T. **A água**. São Paulo: Publifolha, 2005. 120 p.

VICTORINO, V.I.P. Monopólio, conflito e participação na gestão dos recursos hídricos. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 6, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2003000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jan 2007.

WANDERLEY, L.E. Mercosul e sociedade civil. São Paulo Perspec. , São Paulo, v. 16, n. 1, 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 fev. 2008.

Anexos

ANEXO A - Entrevistas com sindicatos rurais

Foram entrevistados, pessoalmente ou por e-mail, representantes de quatro sindicatos rurais, que mantêm membros participando do CBH-PCJ e especificamente da Câmara Técnica Rural (CT-Rural). A idéia foi agregar a impressão do setor à questão de importância de participação e também sobre implantação da cobrança da água, por isso optou-se pelas seguintes perguntas:

- 1 – Os sindicatos ocupam vagas no setor da sociedade civil do CBH-PCJ. Qual a importância dessa participação para o setor?
- 2 – Quais as dificuldades que os agricultores sentem em ir até as reuniões (locomotoção, alimentação) ou mesmo quanto ao teor técnico das reuniões?
- 3 - Qual sua avaliação sobre a cobrança do uso da água?
- 4 - Quais medidas incentivariam maior participação no Comitê? Por quê?
- 5 – Quem manda na água no país?
- 6 – De zero a dez, que prioridade deveria ter a agricultura para o fornecimento de água?

João Primo Baraldi, 63, diretor-secretário do Sindicato Rural de Rio Claro**1 – Os sindicatos ocupam vagas no setor da sociedade civil do CBH-PCJ. Qual a importância dessa participação para o setor?**

Baraldi – Não só para o nosso porque, se não me engano, são 25 sindicatos que participam do PCJ. A importância é que da câmara técnica nossa (CT-Rural) saem os conceitos e os fundamentos de como cobrar a água. Quem sente na pele realmente é o produtor rural. Acho que a importância disso tudo é que aqui se formam os conceitos. Nós não somos contra a cobrança da água, não.

2 – Quais as dificuldades que os agricultores sentem em ir até as reuniões (locomotoção, alimentação) ou mesmo quanto ao teor técnico das reuniões?

Baraldi – A câmara técnica é restrita, mas todos os produtores podem participar. O que ocorre é que o próprio produtor não vai deixar de produzir sabendo que o nosso sindicato está fazendo a defesa dele, mas nada o impede. Nós tivemos uma reunião a respeito da cobrança de água há questão de dois anos em que tínhamos mais de 80 produtores aqui. Informamos os produtores pelos boletins do sindicato.

3 - Qual sua avaliação sobre a cobrança do uso da água?

Baraldi – Nós vamos batalhar e mostrar a importância do produtor rural. Nós já temos a área de preservação permanente, cuidamos da água, indiretamente purificamos o ar e produzimos alimentos. Eu acho que isso tem que pesar na balança. Aliás, nós já aprovamos um questionário de que se o produtor conservar, ele deixa de pagar. Chama-se Questionário de Compensação Para Não Pagar Água. O produtor que cuida da propriedade, que está situada dentro do meio ambiente, vai zerar (o pagamento). Aliás, a ANA pensa de uma forma semelhante. É interessante que há sete anos, quando começamos a freqüentar a câmara técnica e o PCJ, o produtor rural não tinha muita voz ativa. E hoje a própria ANA está interpretando que o produtor rural é um parceiro, colaborador para limpeza da água. A ANA, se eu não estiver entendendo mal, está nos

enxergando como um prestador de serviço. O produtor que cuida e que tem condições deve receber uma remuneração em cima disso. A cobrança é importante, nós queremos água limpa.

4 - Quais medidas incentivariam maior participação no CBH-PCJ? Por quê?

Baraldi – Eu acho que o atrativo maior do próprio comitê de bacias é ir até o produtor rural e dizer para ele que se produzir e melhorar a qualidade de água tem condições (de receber). No meu modo de entender, o produtor rural recebe uma cobrança e pensa: “Tenho as áreas de preservação permanente, eu cuido da água, cuido do ar, produzo alimentos e vou receber um castigo?”. Então, seria (necessário) inverter esse papel e ele ser premiado. Se ele cuida, não paga a água. E, se for possível, até recebe e tem retorno em cima disso. Eu acho que isso é uma ampla visão que todos nós temos que ter. Isso atrairia todo produtor a participar e cuidar melhor da propriedade.

5 – Quem manda na água no país?

Baraldi – O dono da água é a comunidade. Eu acho que não tem um dono só. É importante tentar mostrar para o urbano a importância do produtor rural. Não queremos ser os melhores. A gente precisaria mostrar mais nossa cara de produtor rural e a importância que nós temos nesse processo. Tem até uma frase de um estadista norte-americano que diz: a cidade não sobrevive sem o campo, mas o campo sobrevive sem a cidade. Então, é importante o homem urbano se conscientizar e olhar um pouco para nós e perceber que, sem nós, o que seria? A própria economia do país, a primeira pilastra, é baseada na matéria-prima. Então, somos produtores de matéria-prima e geramos riqueza. É muito importante que não se esqueça disso. Como a gente gera riqueza, a indústria e o comércio têm que olhar a gente não como vilão, mas como produtores na acepção da palavra.

6 – De zero a dez, que prioridade deveria ter a agricultura para fornecimento de água?

Baraldi – A agricultura é prioridade 9. A posição do produtor rural é a seguinte: não somos contra a cobrança de água, reserva legal, nada disso. Queremos é participar bastante e discutir para fazer o melhor e não prejudicar em nada, até mesmo a produção agrícola. Os sindicatos não têm nada contra as políticas do Brasil. Democráticamente todos nós temos o direito de defender os nossos interesses.

José Rodolfo Penatti, 47, representante do Sindicato Rural de Piracicaba e Região, que engloba as cidades de Rio das Pedras, Saltinho, São Pedro e Águas de São Pedro

1 – Os sindicatos ocupam vagas no setor da sociedade civil do CBH-PCJ. Qual a importância dessa participação para o setor?

Penatti – Muito importante. A parte rural tem também que ser representada no CBH-PCJ porque hoje, vamos dizer assim, toda a água nasce no meio rural. Então, nós temos que trabalhar em cima disso aí. Então, para a cidade ter as águas no meio urbano, o rural tem que ser a principal fonte, fazer a preservação e tudo mais. Agora, para defender nossos interesses no comitê, o setor rural tem que ter a nossa representação. Pena que é um pouco fraca a representação. Nós temos lá duas vagas perante a outra parte que é muito mais forte. Então, nós sempre tentamos fazer

reuniões com a parte da indústria para chegar a um consenso e, às vezes, aprovar alguma coisa importante para o meio rural.

2 – Quais as dificuldades que os agricultores sentem em ir até as reuniões (locomoção, alimentação) ou mesmo quanto ao teor técnico das reuniões?

Penatti – Às vezes tem parte que não cabe tanto para nós, quando se discute tratamento de esgoto, que é do meio urbano. Claro que é importante o tratamento de esgoto porque vai sobrar mais água para o rio e, futuramente, sobrar mais água para o meio rural. Quem paga a locomoção e alimentação é o sindicato. Agora, tem dificuldade, a gente tem dificuldade sempre. Sem o sindicato ficaria muito difícil o produtor participar. Ele delega para o sindicato. Nós os informamos por meio de informes e nas reuniões na associação.

3 - Qual sua avaliação sobre a cobrança do uso da água?

Penatti – A cobrança é importante porque hoje estamos caminhando para escassez de água. Toda a bacia do Piracicaba está escassa. Hoje se formos ver, não temos condição de ter nada nessa bacia mais se não for fazer um trabalho muito bem-feito. Se montar uma empresa que vai consumir bastante água tem que ser muito bem estudado. Então, temos que ter uma consciência muito bem planejada. A cobrança no meio rural tem que ser mais bem-vista, porque hoje nós produzimos o alimento, que é vital para a saúde. Se pensarmos só em cobrar água no meio rural no contexto geral e o produtor, da mesma forma, repassar o custo, vai ficar muito mais caro para produzir alimento. Eu acho que o agricultor tem que ser olhado de uma forma diferente. Minha opinião é que o agricultor não pagasse pela água. Quanto ao desperdício, para tudo isso precisa ter financiamento para mudar a tecnologia de irrigação com linhas de crédito especiais. O produtor hoje não tem condições de fazer uma irrigação com melhor tecnologia porque não tem recursos.

4 - Quais medidas incentivariam maior participação no CBH-PCJ? Por quê?

Penatti – O agricultor é difícil. A vida dele hoje é meio complicada. O pessoal sempre vive uma dificuldade. Sempre os preços nunca estão a contento deles. E tem que ter disponibilidade para participar das reuniões. Então fica difícil. Quando a reunião é em Piracicaba, a gente leva alguns para participar. Mas, é difícil o agricultor participar ele mesmo. Então, nós representamos.

5 – Quem manda na água no país?

Penatti – Quem manda na água são as cidades, porque há uma divergência muito grande. A cidade brigando pela água e o setor rural também. Não adianta ter água em abundância na cidade. Por exemplo, se se eliminasse todas as perdas na cidade, talvez sobrasse muito mais água no meio rural. Tem perda aí que ninguém calcula. E as conscientizações na cidade de lavar calçada. Quem vai autuar ele? Ninguém. Agora, se o produtor rural der uma enxadada num córrego, ele é multado, autuado. Então, eu vejo assim, que o produtor está sendo muito massacrado nesta parte, ele está sendo muito cobrado, e a outra parte quem tem que fazer, não está fazendo.

6 – De zero a dez, que prioridade deveria ter a agricultura para fornecimento de água?

Penatti – 9.

Rogério Maluf, engenheiro agrônomo, presidente do Sindicato Rural de Monte Mor

1 – Os sindicatos ocupam vagas no setor da sociedade civil do CBH-PCJ. Qual a importância dessa participação para o setor?

Maluf – A importância dessa participação é que os sindicatos são os órgãos que representam toda a classe agrícola, eles são os produtores no CBH-PCJ, uma vez que somos representantes de classes e conhecemos de perto as necessidades do setor.

2 – Quais as dificuldades que os agricultores sentem em ir até as reuniões (locomotoção, alimentação) ou mesmo quanto ao teor técnico das reuniões?

Maluf – A dificuldade para os produtores participarem das reuniões envolve a falta de tempo devido ao excesso de trabalho e a grande responsabilidade que os produtores têm com suas obrigações.

3 - Qual sua avaliação sobre a cobrança do uso da água?

Maluf – A cobrança de água é um grande abuso para a classe agrícola, mas já que será inevitável, ela deveria ser feita de forma menos imposta e com mais tolerância para a classe agrícola, uma vez que somos os principais guardiões de nossas nascentes e rios. É dentro de nossas propriedades que nascem a maioria dos mananciais e onde estão as reservas florestais, que garantem as nascentes.

4 - Quais medidas incentivariam maior participação no CBH-PCJ? Por quê?

Maluf – Menos burocracia, mostrando com mais clareza os fatos e agindo de uma maneira que os produtores se sentissem protegidos, confortáveis e mais respeitados. Às vezes somos sufocados por instituições ou ONGs, que devido à força política nos sufocam e intimidam os produtores de participar. O produtor tem que ter mais direito, uma vez que ele é grande esteio desse país. Sem produtor, sem alimentos. E, às vezes, somos obrigados a aceitar posições impostas por categorias que se dizem preocupadas com a causa, mas acredito que ninguém mais do que nós está tão preocupado com a causa.

5 – Quem manda na água no país?

Maluf – De acordo com a lei é a União, mas na minha opinião a lei é de todos, é de uso comum. Todos temos direito à água e à vida.

6 – De zero a dez, que prioridade deveria ter a agricultura para fornecimento de água?

Maluf – 9. Uma vez que somos os responsáveis pela produção de alimentos e um dos maiores conservadores de água, além de sermos os que menos poluem.

João Aparecido Santarosa, presidente do Sindicato Rural de Limeira e coordenador da CT-Rural

1 – Os sindicatos ocupam vagas no setor da sociedade civil do CBH-PCJ. Qual a importância dessa participação para o setor?

Santarosa – Os sindicatos ocupam vagas por serem os legítimos representantes dos agricultores, que estão em contato com 90% da área da bacia onde se pode fazer o trabalho de conservação, recuperação das nascentes e matas nativas da área rural de todos os municípios integrantes do comitê. A conscientização do agricultor em adotar práticas conservacionistas é passada por

palestras e divulgações feitas também por meio dos sindicatos rurais. A importância maior para os sindicatos é ver seus associados tirando seu sustento da terra, sem agredir ao meio ambiente, e podendo deixar de herança para seus filhos um lugar um pouco melhor do que ele adquiriu.

2 – Quais as dificuldades que os agricultores sentem em ir até as reuniões (locomação, alimentação) ou mesmo quanto ao teor técnico das reuniões?

Santarosa – As reuniões são técnicas e muitos agricultores têm dificuldades na interpretação das palestras proferidas. Outro fator é que as reuniões são em locais distintos em todos os municípios da bacia. E se não puder acompanhar todas as reuniões, perde-se a seqüência, dificultando o entendimento do processo.

3 - Qual sua avaliação sobre a cobrança do uso da água?

Santarosa – Na minha opinião, esta cobrança deveria ter sido implantada há mais tempo, pois assim não teríamos algumas bacias em estado crítico no Estado de São Paulo. O brasileiro não tem costume de dar valor ao que é de graça e não tem cultura suficiente para entender que a água deve ser preservada para que as gerações futuras tenham a chance de sobrevivência. A maioria acha que a água é um bem inesgotável. Somente cobrando por seu uso é que conseguiríamos atingir o objetivo, o uso racional do bem mais precioso da natureza.

4 - Quais medidas incentivariam maior participação no Comitê? Por quê?

Santarosa – O agricultor necessita de políticas agrícolas adequadas para sua atividade e uma política voltada ao manejo sustentável com recursos, inclusive, para pagamentos por serviços ambientais, como a recuperação de mananciais, matas ciliares, contenção, plantios em linha de nível, produção orgânica etc. Isso faria com que muitos pequenos produtores rurais aderissem aos programas ofertados pelos comitês e o resultado seria bom para todos nós. Essa remuneração traria melhor qualidade de vida ao agricultor e despertaria nele o interesse em preservar o meio ambiente.

5 – Quem manda na água no país?

Santarosa – A água é um bem público, que tem como prioridade o consumo humano acima de todos os demais usos. Temos que acreditar que o ser humano será capaz de implantar as regras básicas necessárias para que o uso da água não seja motivo de guerras ou conflitos entre nações e povos irmãos, como já vem se observando em lugares como Israel e alguns outros países daquela região. Portanto, todos nós somos donos, da água para que a responsabilidade seja dividida e que todos se unam para preservá-la, garantindo seu uso racional e a vida em nosso planeta.

6 – De zero a dez, que prioridade deveria ter a agricultura para fornecimento de água?

Santarosa – Em nosso país temos condições favoráveis para se produzir alimentos de Norte a Sul, com uso mínimo de irrigação, mas sem dúvida ela é necessária em determinadas épocas, como para se produzir uma safrinha, por exemplo. Contudo, precisamos de água e alimento para sobreviver. Baseando-se no princípio de prioridade, eu daria nota 9 para a agricultura.

Nelson Barbosa, engenheiro agrônomo, membro do CBH-PCJ desde 1993, do Sindicato Rural de Campinas

1 – Os sindicatos ocupam vagas no setor da sociedade civil do CBH-PCJ. Qual a importância dessa participação para o setor?

Barbosa – É grande, pois é praticamente a única representação no CBH-PCJ dos produtores rurais, que não comparecem.

2 – Quais as dificuldades que os agricultores sentem em ir até as reuniões (locomação, alimentação) ou mesmo quanto ao teor técnico das reuniões?

Barbosa – A grande maioria dos produtores rurais é de pequeno porte, desconhecem o CBH e está pouco preocupada com os problemas da água, visto que estão lutando para sobreviver. O teor técnico é pouco interessante para os produtores rurais melhores de vida e com maiores conhecimentos.

3 – Qual sua avaliação sobre a cobrança do uso da água?

Barbosa – A cobrança é justa para os grandes produtores rurais que usam irrigação ou possuem muitos animais, enfim, para os grandes consumidores, e para aqueles que poluem e não fazem correto uso do solo. Penso que para os produtores rurais que produzem água, que praticam ações ambientalistas, preservando e recuperando os recursos naturais, principalmente a água, jamais deveria haver cobrança. Isto tem um efeito negativo perante a classe, que vai satirizar. Tipo: O Zé da Silva fez todo aquele trabalho, perdeu terra de plantio etc. e também recebeu uma conta para pagar (por menor que seja). Se fosse assim, o Zé da Silva não deveria ter recebido a conta. Isso poderia estimular os produtores rurais a estarem preservando etc., mas agora pode desestimular qualquer um.

4 – Quais medidas incentivariam maior participação no Comitê? Por quê?

Barbosa – Maior divulgação de boas medidas aos produtores rurais, como algo que já está acontecendo: a remuneração do produtor de água. Mais dados sobre pagamentos por sequestro de carbono, mais palestras intercaladas nas reuniões do CBH-PCJ sobre a necessidade do uso correto do solo/planejamento na propriedade, necessidade de trabalhos preventivos, etc. Mostrar o estado caótico do planeta Terra e onde o produtor rural pode contribuir com sua parte.

5 – Quem manda na água no país?

Barbosa – Acho que ninguém manda. A coisa está solta e com má gestão. Tem muitos lobbys pontuais, como do próprio comitê, que dá nítida preferência pelo setor de qualidade da água (leia-se tratamento de esgoto) desvalorizando o setor da agricultura, esse que produz água (leia-se quantidade). O CBH-PCJ tem força e poder (de influenciar) quem lhe interessa, como a ANA, a Agência de Águas PCJ e o próprio Consórcio PCJ, seu eterno parceiro na valorização de interesses mútuos. A agricultura que tem a maior parte do território (80% a 90%) das bacias hidrográficas é sempre deixada por último.

A gestão tem que ser 50% qualidade e 50% quantidade de água, mas sem água não há esgoto, não se trata esgoto. Além do mais, os retornos dos benefícios das ações/operações correlacionadas à melhoria da quantidade de água são de retorno muito lento e, pior, ainda têm que ser implantados antes que acabe a água, de modo preventivo. Não podemos esperar a água acabar para começarmos estes trabalhos. Já ouvi este absurdo na CT-PL, a câmara técnica mais importante: ‘a água não está faltando agora’, portanto o trabalho de valorizar a quantidade de água não é prioritário no CBH-PCJ. E a besta foi aplaudida pelos lobistas numa reunião para

mudar critérios de hierarquização de projetos para receber recursos do FEHIDRO. O resultado foi 65% do dinheiro para tratamento de esgoto. É jogo duro.

6 – De zero a dez, que prioridade deveria ter a agricultura para fornecimento de água?
Barbosa – 7.

ANEXO B – Quadros de presença das gestões do CBH-PCH

Reuniões plenárias	2ª Ord.	3ª Ord.	4ª Ord
Cidade	Jundiaí	Campinas	N. Odessa
Nº de participantes	120	150	80
Data	15/4/1994	21/12/1994	31/3/1995
Membros do comitê			
Municípios/Municípios com voto	23/16	21/14	19/11
Municípios (Tit./Supl.)			
1 - Americana	T	T	T/S
2 – Atibaia	T/S	T/S	T
3 - Bom Jesus dos Perdões	T/S	S	
4- Bragança Paulista	S	S	
5 - Campinas	S	T/S	
6 - Capivari	S	S	T/S
7 - Corumbataí	T/S	T	
8 - Indaiatuba	S	T/S	S
9 - Jundiaí	S	S	S
10- Paulínia	S	S	S
11- Pedreira	T/S	T/S	S
12- Piracicaba	T	T/S	T/S
13- Rio Claro	S		S
14- Saltinho	T	T	T
15- Valinhos	S	T/S	S
16- Vinhedo	T		
Estado (Tit./Supl.)			
1- Sec. Rec. Hidr. San. E Obras	T	T	T
2- Sec. Meio Ambiente	T/S	T/S	T/S
3- Sec. Econ. Planejamento	T	T	
4- Sec. Agricultura e Abast.	T/S	T	T/S
5- Sec. Saúde	T/S	S	T/S
6- Sec. Transportes	T/S	T	T
7- Sec. Ciência e Tec. Desen.	T/S	S	S
8- Sec. Fazenda	S	S	S
9- Sec. Esportes e Turismo			T
10 – DAEE	T/S	T/S	T/S
11- Cetesb	T	T/S	T/S
12- Fundação Florestal	T/S	T	T
13- Sabesp	T		T/S
14- Codasp	T/S	T/S	T
15- CPFL	S	T	T/S
16- Cesp	S	T	T/S
Sociedade Civil (Tit./Supl.)			
1- Assemae/Assemae	T/S	T/S	T
2- Assemae/Assemae	T/S	T/S	T
3- Sind.Rural-Camp/Sin.R.Camp	T	S	T/S
4- Sind.R. Limeira/S..R. Indaiatuba	T/S	T/S	T/S
5- Sind.R.Jundiaí/S.R. Valinhos	S	T/S	S
6- Ciesp-Limeira/Ciesp-Limeira	T/S	T	T
7- Acia Limeira/Acia Limeira		T	T
8- Clube Loj. Jundiaí/Ciesp-Piracicaba	T		
9- Unimep/Cena	T	T	T/S
10-Unicamp/Unesp	T/S	T/S	T
11- AEAP/S.Trab.Água e Esg. Jundiaí	T	T	T
12- AEAL/Sind. Eng. Reg. Campinas	T/S	S	T
13- Museu Part.Jundiaí/Assoc. Ipê	T	T	T
14- Grupo Eco Brag. Pta/Dif. Cultural	T	T	T/S
15- Preservação Limeira/Aspapa	T	T	
16- Assoc. Agri. Natural/Inst. Des. Sust.	T/S	T/S	

T: titular/ S: Suplente

Quadro 3 - Levantamento de presença na gestão 93/95

Reuniões plenárias	1ª Extra	5ª Ord.	2ª Extra	3ª Extra	6ª Ord.	7ª Ord.	8ª Ord.
Cidade	Rio Claro	Americana	Piracicaba	Pedreira	Piracicaba	Pedreira	Piracicaba
Nº de Participantes	145	120	90	100	80	100	250
Data	31/7/1995	10/11/1995	12/1/1996	15/3/1996	6/9/1996	17/12/1996	25/3/1997
Membros do comitê							
Municípios/municípios com voto	14/8	23/13	11/9	22/11	10/7	7/3	39/16
Municípios (Tit./Supl.)							
1 - Americana		T		T			S
2 - Atibaia	S	T		T			T/S
3 - Bom Jesus dos Perdões		S		T/S			S
4- Bragança Paulista					S		T
5 - Campinas	S	S	S	T/S	S	S	S
6 - Capivari	S		S	T/S			S
7 - Corumbataí		T/S		T			S
8 - Indaiatuba		S	S		S		T/S
9 - Jundiaí	S	S	S	T/S	S		S
10- Paulínia		S	S				S
11- Pedreira		T/S	T	T/S	S	T/S	T/S
12- Piracicaba	T/S	T/S	T/S	T/S	S	T/S	T/S
13- Rio Claro	T/S	S		S	S		T/S
14- Saltinho	S	T/S	S				T
15- Valinhos	S	T	T				T
16- Vinhedo				T			T
Estado (Tit./Supl.)							
1- Sec. Rec. Hidr. San. E Obras	S		T	T	T	T	T
2- Sec. Meio Ambiente	T/S	T/S	T	T	T/S	T	T/S
3- Sec. Econ. Planejamento	T	T	T	T	T	T	T
4- Sec. Agricultura e Abast.	T	T	T	T/S	T/S	S	T/S
5- Sec. Saúde	S	S	S	S	S	T/S	T
6- Sec. Transportes	T	S			S	S	
7- Sec. Ciência e Tec. Desen.		T	T/S	T	T	T	S
8- Sec. Fazenda							
9- Sec. Esportes e Turismo							
10 - DAEE	T/S	T/S	T/S	T/S	T/S	T	T/S
11- Cetesb	T/S	T/S		S	T/S	T/S	T/S
12- Fundação Florestal	T	T	T	T	S	S	T/S
13- Sabesp	S		S	S			S
14- Codasp		T/S			S	S	
15- CPFL	S	S					T
16- Cesp			T		S	S	S
Sociedade Civil (Tit./Supl.)							
1 - Assemae/Assemae	T/S	T	S	T	T	T	T
2 -Assemae/Assemae		T/S	S	T	S	S	T/S
3 - Sind. R. Limeira/Assoc. Com. Itacemópolis	T	T			T	T	T
4 - Sind. R. Jundiaí/Sind.R. Indaiatuba	S	T/S	T	T/S	T/S	T/S	T/S
5- Sind.R.Campinas/Sind.R.Campinas	T	T	T/S	S	S	T/S	T
6- Ciesp-Limeira/Ciesp-Limeira	T	T	T		T		T
7- Assoc.Coml Ind. Limeira/Sindijoias	T	T/S	T	T		T	T
8 - Ciesp Piracicaba/ Simespi Piracicaba	S			T	S		
9 - Unesp-Rio Claro/Unicamp	T/S	T/S	S	T/S	S	T	S
10-Cena-USP/Unimep Piracicaba				T	S		T
11- Assoc. Eng. Piracicaba /Sind. Trab. Ind. de Água	T		T/S	S	T		T
12- Assoc. Eng. Limeira/Sind. Eletric. Camp.		T	T	S	T	T	T/S
13- Museu de Jundiaí/AECHIN Indaiatuba	T/S	T/S	T/S	T/S	T/S	T	T/S
14- Preservação Limeira/ Assoc. Agric. Nat. Camp.	T	T/S	T	S	T	T/S	
15- Sodemap/ Soridema	T/S	T	T		T	T	T
16- Pró-Ambiente S. Bárbara/Assoc. Prot. Paulínia		T	T		T	T	T/S

Quadro 4- Levantamento de presença na gestão 95/97

Reuniões plenárias	4ª Extra	9ª Ord.	5ª Extra	10ª Ord.	6ª Extra	11ª Ord
Cidade	Limeira	Vinhedo	Piracicaba	Jundiaí	Holambra	Rio Claro
Nº de participantes	100	100	68	100	130	120
Data	28/4/1997	19/9/1997	28/4/1998	21/8/1998	11/2/1999	30/3/1999
Municípios/municípios com direito a voto	30/12	25/13	31/11	28/11	32/14	26/13
Municípios (Tit./Supl.)						
1 - Americana	S	S		S	T	S
2 - Bragança Paulista	S			T	T/S	S
3 - Campinas	S	S	S	S	S	S
4 - Hortolândia	S	S	T/S		T/S	
5 - Indaiatuba	S	S	S	T	S	
6 - Jundiaí	T/S	S	S	T/S	S	S
7 - Limeira	T/S	T	T/S	T	T/S	T/S
8 - Monte Mor		T			T	
9 - Nova Odessa				T		T
10- Pedreira	S	S	S	S	T/S	T/S
11- Piracicaba	T/S	T/S	T/S	T/S	T/S	T/S
12- Santa Bárbara d'Oeste				T/S	T/S	T/S
13- Santa Gertrudes	T	T/S	S	T	T	T/S
14- São Pedro	S	S	S			S
15- Sumaré		S	S		T/S	S
16- Vinhedo	T	T/S	T		S	S
Estado (Tit./Supl.)						
1- Sec. Rec. Hidr. San. E Obras	T	S	S	T	S	T/S
2- Sec. Meio Ambiente	T/S	S	S	T/S	T	T
3- Sec. Econ. Planejamento	T	T				T/S
4- Sec. Agricultura e Abast.	S	S		T/S	S	
5- Sec. Saúde	T/S	T/S	T/S	T	T/S	T
6- Sec. Transportes		S	S	S		
7- Sec. Ciência e Tec. Desen.	T	T		T		T
8- Sec. Fazenda		S				
9- Sec. Esportes e Turismo		T		T	T/S	T
10 - DAEE	T/S	T/S	T/S	T/S	T	T/S
11- Cetesb	T/S	T		T	T	T
12- Fundação Florestal	T/S	S	S	S		T
13- Sabesp		S	T/S	S	T/S	S
14- Codasp		S				T
15-CPFL/ Secretaria de Energia (1)		S		S	S	
16- Cesp	T			T		
Sociedade Civil (Tit./Supl.)						
1 - Ciesp Limeira/Ciesp Piracicaba	T/S	T	S		T	
2 - Ciesp Americana/Ciesp Rio Claro	T/S	T	T/S	T	T	T
3 - Ciesp Jundiaí/Ciesp Sta. Bárbara.	S	T	T		T	T
4 - Sind. Limeira/ACIAH	T/S	T/S	T	T	T	T
5- Sind. Rural Jundiaí/ ACIA Sumaré	S	T/S		T	T	
6- Sind. Rural Indaiatuba/ Sind. Rural Campinas	T/S	T	T/S	T/S	T/S	T/S
7- Assemae-SP/Assemae	T	T	T	T/S	T/S	T/S
8- Consórcio PCJ/Assemae		S	T/S	T/S	T/S	T/S
9- Unicamp/ PUCC	T/S		T	T/S		T/S
10-Unesp Rio Claro/EEP Piracicaba	T	S	T	T/S		T
11- AEA Limeira/ AEA Jundiaí	T/S	T/S	T	T/S	T/S	T
12- Cons. Coord. Entidades Cíveis/Eletricitários Camp.	T/S				T/S	
13- Museu de Jundiaí/AECHIN Indaiatuba		T		T		
14- Fórum Perm. Entidades Cíveis/ Preservação	T/S		T/S	T	T/S	T/S
15 - Trilha Verde/ Grupo do Meio Ambiente- Gruma	T/S	S				T
16- Soridema/Assoc. Agr. Natural -Camp.	T		T/S	T	T	

(1) CPFL é substituída pela Secr.de Energia em 11/02/99 por causa da privatização da empresa

Quadro 5 - Levantamento de presença na gestão 97/99

Reuniões plenárias	7ª Extra	8ª Extra	12ªOrd.	13ª Ord.	9ª Extra	14ª Ord.	15ª Ord.
Cidade	N. Odessa	Brag. Pta.	Arthur.Nog	Joanópolis	Piracicaba	Vinhedo	Indaiatuba
Nº de Participantes	100	120	120	120	66	103	170
Data	5/5/1999	2/7/1999	30/11/1999	25/2/2000	9/5/2000	14/11/2000	30/3/2001
Membros do Comitê							
Municípios/Municípios com voto	23/12	27/11	31/12	44/16	15/7	19/10	41/14
Municípios (Tit./Supl.)							
1 - Americana	S	S	S	S	S	S	S
2 - Analândia/ Monte Mor	S		T	T			T-/S
3 - Arthur Nogueira			T	S			
4 - Bragança Paulista		T/S		S			S
5 - Campinas	S	S	S	S		S	
6 - Hortolândia	S		T	S			T/S
7- Indaiatuba		S		S	T	S	T/S
8 - Jundiaí	S	S	S	S	S	S	T
9 - Limeira	S		S	S	S	S	T/S
10- Pedreira		T/S		T			S
11- Piracicaba	T/S	S	S	T/S	S	S	T/S
12- Saltinho/São Pedro	T-S/S	S/S	S-	/-S	T-S/		T
13- Salto/ Santa Bárbara d'Oeste	T-/S	T-S/T-S	T-S/S	T/T-S	/-S	T-S/-S	T/-S
14- Santa Gertrudes	T	T	S	T		T	T
15- Sumaré	S	S	S	S		S	T/S
16- Vinhedo	T			T		S	T/S
Estado (Tit./Supl.)							
1- Sec. Rec. Hidr. San. E Obras	T	T	S	T/S	S	T	T
2- Sec. Meio Ambiente	T	T	T	T	T	T	T
3- Sec. Econ. Planejamento					T	T	T
4- Sec. Agricultura e Abast.	S	T/S	T/S	T/S	T/S	S	T/S
5- Sec. Saúde	T/S	S	S	S	S	T/S	T/S
6- Sec. Transportes	S	S		S		S	T/S
7- Sec. Ciência e Tec. Desen.	T	T		T	T	T	T
8- Sec. Fazenda							
9- Sec. Esportes e Turismo		T	T	T		T	T
10- Sec. Energia				T			T
11- DAEE	T/S	T	T/S	T/S	T/S	T/S	T/S
12- Cetesb	S	T	T	T/S	T	T	S
13- Fundação Florestal	T	T	T	T	T	T	T
14- Sabesp	S	S	S	T/S		S	S
15- Codasp	T	S		S	S	S	S
16- Cesp/ Sec. Assist. Desenv. Social (1)		T/S				*	T
Sociedade Civil (Tit./Supl.)							
1 - Ciesp-Limeira/Sindijóias	T	T	T	T	T	T	T
2 - Ciesp-Rio Claro/Ciesp-Americana	T						
3 - Ciesp-Piracicaba/Ciesp-Santa Bárbara							
4 - Assemae/Assemae	T/S	T/S	T/S	T	T/S	T/S	T/S
5- Consórcio PCJ/Assemae	T	T/S	T	T	T	T	T/S
6- Sind. Rural Limeira/Sind. Rural Amparo			T		T	T	T
7- Sind. Rural Campinas/ Sind. Rural Bragança	T/S	T/S	T	T/S	T	T	T
8- Sind. Rural Jundiaí/Sind. Rural Indaiatuba	T/S	T/S	T/S	S	S	T/S	S
9- AEA Limeira/Assoc. Eng. de Rio Claro	T/S		T	T	T	T/S	T
10- Assoc. Eng. Arq. Jundiaí/ ABES -Subs. Camp.	T/S	T/S	S	T/S	S	T/S	S
11- Unesp/Unicamp	T/S	T/S	T	T	T	T/S	T
12- Assoc. Limeirense de Educação/Fumep	T	T/S	T/S	T	T/S	T/S	S
13- Grupo Eco- Bragança/ Flora Cantareira	T/S	T/S	T/S	S	S	S	S
14- Preservação/Apaspa	T/S	T/S	T	T	T	T	T
15- Fórum Entidades Civas Piracicaba/Soridema	T/S	T/S	T/S	T/S	T/S	T/S	T/S
16- Instituto Fhenix/Assoc. Novo Encanto Eco.	T/S	T/S	S	T			S

(1) Cesp foi substituída por Sec.Assist.Des.Social

Quadro 6 - Levantamento de presença na gestão 99/01

Reuniões plenárias	10ª Extra	16ª Ord	11ª Extra	17ª Ord.	12ª Extra	18ª Ord.	13ª Extra	14ª Extra
Cidade	Amparo	Rio Claro	Arthur Nogueira	Campinas	Vinhedo	Valinhos	Atibaia	Salto
Nº de Participantes	110		131	91	86	95	63	
Data	18/5/2001	3/10/2001	29/11/2001	28/3/2002	24/5/2002	10/9/2002	3/12/2002	20/1/2003
Membros do Comitê								
Municípios/Municípios com voto	34/15	29/15	21/12	16/10	26/12	22/11	20/10	20/13
Municípios (Tit./Supl.)								
1 - Americana	S	S	S		S	S	S	S
2 - Atibaia/ Bom Jesus dos Perdões		S	S				T-/	T-/
3 - Bragança Paulista/ Piracaia	S/-S	S	S	S	S	S/T-S	S/	S/
4 - Campinas	T	T	S	T/S				
5 - Campo Limpo Paulista/ Jundiá	S/-S	-S/T	S	S	S		S/	T-/S
6 - Capivari/ Monte Mor	T-S/	S		S	S			T/
7 - Charqueada/Santa Gertrudes	/-S	T	/S	S/-S	/-S	/-S	/-S	
8 - Cosmópolis/Amparo	T	T		T		T-/	T-/	
9 - Hortolândia	S	S			S	/-S		T/
10- Indaiatuba/Analândia	S/	/T-S	S/		S/	S/		S-/
11- Jarinu/Itatiba	S/S			S/	S/	T-/	T/	S-/
12- Limeira/Rio Claro	S/T	T/	S/T	S/	S/T	S/T	S/T	T-S/T
13- Piracicaba/Saltinho	T-S/T	T-S/S	T-S/	T	S/S	T-S/S	T-S/S	S/T-S
14- São Pedro/Ipeúna	S/	T/S	S			S		S
15- Sumaré/ Santa Bárbara d'Oeste	S/S	T-S/T-S	S/S	/S	S/T-S	S/T-S	S/S	T/S
16- Vinhedo/Louveira	T-S/S	T-S	S/		T-S/			S/T-S
Estado (Tit./Supl.)								
1- Sec. Rec. Hidr. San. E Obras	T	S	S	S	S	T/S	T/S	S
2- Sec. Meio Ambiente	T	S	T	T	T	T	T	T
3- Sec. Econ. Planejamento	T	S	T	T	T/S	T/S	T	T
4- Sec. Agricultura e Abast.	T	T/S	T		T/S	T/S	T	T
5- Sec. Saúde	/S	T/S	T	T/S	S	T/S	T	S
6- Sec. Transportes								S
7- Sec. Ciência e Tec. Desen.	T		T	T	T	T	T	
8- Sec. Fazenda								
9- Sec. Esportes e Turismo			T	T		T	T	
10- Sec. Energia	T	T	T			T/S		T
11- DAEE	S	T/S	T/S	T/S	T	T/S	T/S	T/S
12- Cetesb	T/S	T/S	S	S	T	T		T/S
13- Fundação Florestal	T	T	T	T/S		S		S
14- Sabesp	T/S	T/S	S		S	T/S	S	T
15- Codasp			T		S			
16- Sec.Assist. Desenvolvimento Social								T/S
Sociedade Civil (Tit./Supl.)								
1 - Ciesp-Limeira/Sindijóias	T	T	T	T	T	T	T	T/S
2 - Ciesp-Campinas/Ciesp-Rio Claro	T/S	S	T/S					
3 - Única/Ciesp Piracicaba	T/S							T/S
4 - Sind. Rural Camp./Sind.Rural Indaiatuba	T/S	T/S	T		T	T/S	T/S	T/S
5- Sind. Rural Limeira/Sind. Rural Rio Claro	S	T/S	T	T/S		T/S	S	T/S
6- Sind. Rural Piracaia/Sind. Rural Piracicaba	T/S	T/S	T/S	T/S	T	S	S	S
7- Assemae/Assemae	T	T	T	T/S	T	T/S	T	T
8- Consórcio PCJ/Assemae	T/S	T/S	T/S	T/S	T/S	T	T	T
9- Unesp-Rio Claro/Assoc. Limeirense de Educação	T	T	T	T	T	T	T	T
10- Puccamp/Ipef	T		T		T	T		
11- AEA Limeira/ Assoc. Eng. Arq. Sumaré	S	T	T	T/S	T	T/S	T	T
12-Assoc. Eng. Arq. Jundiá/ Sind. Eng. Piracicaba	T/S	S	S	S	T/S	S	S	S
13 - Flora Cantareira/Inevat	T/S	T/S	T	S	T/S	T/S	T/S	T/S
14- Preservação/Grude	T/S	T	T	T/S	S	T	T	T/S
15- Assoc.Novo Encanto Desenv. Eco./Pró-Aguar	S	T	T/S	T	T	T		T
16- Soridema/Fórum de Entidades Cíveis Piracicaba	T/S	T	T	T	T	T/S	T	T/S

Quadro 7 - Levantamento de presença na gestão 01/03

Anexo C

Entrevistas com participantes do CBH-PCJ

Entrevista com Francisco Carlos Castro Lahóz, coordenador-geral da Agência de Águas das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, concedida a Alessandra Morgado em abril de 2007, na sede da Agência de Águas em Piracicaba

1 - Como se funde a história do Consórcio PCJ e a do comitê?

Lahóz – As histórias do comitê e consórcio são muito simples. É uma questão que está ligada à própria organização da sociedade de Piracicaba. Em 1950 morreu um Jaú, a comunidade de Piracicaba se revoltou e procurou saber as causas. Essas causas foram levantadas pela organização da sociedade, que daí começou a história do Conselho Coordenador das Entidades Civas, depois a Esalq e a Fundação Municipal de Ensino. Somava-se a sociedade com a comunidade científica. E o primeiro vilão que foi detectado era o vinhoto das usinas de açúcar. Tanto é que na década 60 veio a solução por meio da Esalq, da fertirrigação. Quer dizer, então nós tiramos 98% do vilão, o vinhoto deixou de ir para os rios. Aí descobriu-se que a poluição continuava. Como se descobriu que a poluição continuava, o outro vilão apresentado eram as indústrias. Aí foram surgindo diversas organizações que o livro Vida e Morte do Rio Piracicaba conta muito bem. Tanto o Zé (José) Pedro Soares Martins quanto o Nelson de Souza Rodrigues relatam bem esse tipo de organização. Foi o SEMAE e outras prefeituras adquiriram um carro para começar a fazer o controle da qualidade da água, depois veio a CONDEVASP (Conselho de Defesa do Vale do Piracicaba), e o que acabou acontecendo? Piracicaba tinha crença de que era importante ter os organismos públicos aqui, porque se entendia que tendo esses organismos aqui seria mais fácil a contratação de estudos e de projetos. E somando as forças políticas com a sociedade é que nós conseguimos trazer o escritório da Cetesb para cá no final da década de 70 e, no início dos anos 80, procuramos fechar todos os parâmetros: qualidade, quantidade e preservação. Também no início dos anos 80, em 1984, veio um escritório do DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica) e depois, na sequência, veio o DEPRN (Departamento de Proteção dos Recursos Naturais). Então, a crença de que a nossa comunidade tinha é que tendo os três principais organismos gestores aqui na região, nós ganharíamos com isso. E essa crença estava muito certa e correta. Tanto ela estava certa e correta que foi de grande

importância a vinda principalmente do DAEE, porque ele contratou, por intermédio da COPLASA, o primeiro Plano Diretor de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Piracicaba em 1984. Esse plano diretor era completo. Ele tinha duas alternativas: uma alternativa era tratamento total dos recursos hídricos (esgoto) na bacia, para qual previa-se na ordem de US\$ 1 bilhão; e o outro previa, além do tratamento de esgoto da bacia, a construção de barragens de regularização.

Por que esse plano foi importante? Em 1983 tinha nascido a campanha Ano 2000. Redenção Ecológica da Bacia do Rio Piracicaba, mas no seu embrião, que foi na Câmara Técnica de meio ambiente. Câmara técnica não.... desculpe. Não era câmara técnica... eu te falo já...Exatamente, na Câmara Técnica de Meio Ambiente e Câmara Técnica de Hidráulica e Saneamento da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba, porque nós nos organizamos em 1983 em câmaras técnicas. Aliás, eram divisões. Então, o nome correto é este: Divisão Técnica de Meio Ambiente e Divisão Técnica de Hidráulica e Saneamento. Quem coordenava a de Meio Ambiente era o Nelson Rodrigues e eu coordenava a de Saneamento. Então, essas divisões queriam levar para a sociedade a realidade do rio. Então, qual foi a opção: a Escola de Engenharia (de Piracicaba) pegou esse plano de gerenciamento dos recursos hídricos da bacia do Piracicaba, que tinha mais de 1.000 folhas, e transformou em 64 folhas. Foi até feito pelo professor Seydell (José Augusto) e pelo professor Algueiro Genebife (nome ilegível na gravação). Esses dois professores leram as 1.000 folhas e transformaram em 64 folhas. Como se de um EIA (Estudo de Impacto Ambiental) eles fizessem um Rima (Relatório de Impacto Ambiental), um relatório simples. Esse relatório foi adotado pela campanha Ano 2000 porque eram 64 folhas que passamos a levar para a comunidade, porque ficou fácil compreender a criticidade do rio e ficou fácil compreender quais as medidas propostas. Então, eu diria que a campanha Ano 2000 aconteceu em função dessa grande contribuição do DAEE e desse estudo, que foi o primeiro grande estudo que nós tivemos. Na sequência, a campanha Ano 2000 gerou o documento, que foi em 1987, que é a Carta de Reivindicações ao Governo do Estado. E essa carta tinha 33 problemas e 33 soluções. O problema de número 19 era a falta de integração regional. Os municípios estavam falando linguagens diferentes. A solução de número 19 era a criação de uma associação intermunicipal, uma autarquia. A campanha Ano 2000 tinha uma frente parlamentar, que tinha deputados como João Herrmann Netto, José Machado, Wanderlei Macris, Valter Lazarini e outros deputados. E por coincidência, em 1988 o José Machado e o João

Herrmann concorreram à eleição em Piracicaba. E a campanha Ano 2000 tinha a certeza de uma coisa: independente de quem ganhasse a eleição, o consórcio iria surgir. A idéia do consórcio era muito forte...

(entrevista interrompida)

Qual a idéia que levou os criadores do consórcio? Era a idéia de vários professores da Esalq e da Unicamp, da região, que tinham feito mestrado na França. O sistema de recursos hídricos na França foi criado por lei em 1964 e em 1968 tinha começado a iniciar o sistema propriamente dito. É um sistema parecido com o nosso: ele tem comitês, associações intercomunais, que são os consórcios, ele tem agência de águas ou de bacias. Ele tem a mesma estrutura. Então, nós da campanha Ano 2000 já pensamos em implantar um sistema parecido com o sistema de gestão da França. Então, o que nós fizemos... assim, que o José Machado ganhou a eleição, ele pensou em atender à campanha Ano 2000 e criar esse organismo intermunicipal. Então, o que aconteceu?...

2- Mas isso, a princípio, era só localizado, porque a gente não tinha legislação estadual e nem federal. Tinha o Código de Águas, que era de 34?

Lahóz – Tinha o Código de Águas, mas tinha uma coisa importante. Ao longo dessas lutas, nós conseguimos que em 1987 fosse feito um decreto da bacia do Piracicaba como crítica e em 1988 a bacia do Piracicaba como modelo. E nós conseguimos também a criação, em 1988, do GTPI (Grupo de Estudos da Bacia do Rio Piracicaba). O governo do Estado alocou 4.000 horas dos seus técnicos, envolvendo CETESB, DAEE etc. O coordenador do GTPI foi o Rui Brasil Assis. Então, essas 4.000 horas que foram em resposta ao decreto de 87, tá. Como a bacia do Piracicaba era uma bacia crítica foram alocadas 4.000 desse grupo de estudo para propor soluções para a bacia do rio Piracicaba. Então, vamos dizer assim: técnicos da CETESB, do DAEE e do DEPRN já estavam desde 1988 debruçados para achar uma experiência do Piracicaba, mas não por ser o Piracicaba. Como Piracicaba tinha um decreto dizendo que era uma bacia crítica, aqui ia ser o modelo. Então, todos esses estudos que iriam ser desenvolvidos aqui, iam se transformar em estudos-modelo para outras ações. E aí aconteceu uma coisa: o Consórcio do Rio Piracicaba foi criado. Ele acabou sendo criado em outubro de 1989. De janeiro de 89, quando Zé Machado assumiu, até outubro, várias prefeituras foram se reunindo.

Aí, em 1989, quando o consórcio foi criado, ele passou por uma série de discussões para sua criação. Ele nasceu com planejamento para 2012. Inclusive já tinham propostas e ações até o ano 2012. Se você pegar num livro que nós temos aqui, você vai ver que o planejamento do consórcio existe de tal maneira que algumas ações ainda não aconteceram. A cobrança pelo uso da água já estava no planejamento da sua criação. Daí, o que aconteceu? Quando o consórcio foi criado, vários atores, engenheiros do DAEE, da CETESB, da Secretaria de Recursos Hídricos participaram da criação do consórcio e ficaram absorvidos por essa idéia do sistema francês, de que o sistema francês era muito bom. E aí, levaram isso internamente para o DAEE. E o DAEE começou desde a criação do consórcio em 89, quer dizer que a criação do consórcio foi um estímulo e consequência da campanha Ano 2000 e do GTPI. Então, aquelas pessoas estavam envolvidas no GTPI, Rui Brasil era uma delas, Flávio Terra Barti era outra delas e havia outras pessoas. Elas pensaram o seguinte: nós precisamos de alguma coisa mais próxima do sistema francês. Uma evolução sobre o Código das Águas. Daí, eles procuraram o deputado Sílvio Martini e colocaram, o próprio DAEE com o apoio de vários parceiros, e o Consórcio do Rio Piracicaba era um deles, no colo dele. Assim, solicitaram o apoio do deputado Sílvio Martini para que apresentasse na Assembléia (Legislativa do Estado de São Paulo) um projeto de lei de São Paulo. Aí, o Sílvio Martini apresentou na Assembléia. E, várias emendas foram feitas e uma delas foi a do consórcio para permitir a criação da Agência de Bacias, quando existe criticidade e organização regional. E em dezembro de 1991, como um presente para Piracicaba, porque Piracicaba que puxou toda essa história, o governador do Estado (Antonio Carlos) Fleury veio promulgar a 7.663/91 aqui em Piracicaba, na Câmara de Vereadores, como se fosse um presente. Se você olhar no corpo da lei 7.663 você vai verificar nas disposições transitórias que já falava que existiriam dois comitês de bacias prioritários a serem criados: o do Piracicaba e o comitê do AltoTietê. E ele dava um prazo de alguns meses para que isso acontecesse. Nós podemos até olhar na lei e confirmar esse prazo. Eu não sei se eram dois meses.

Então, o que acabou acontecendo? Ele dava dois anos, se não me falha a memória. Transcorrendo 1992 e quando nós entramos em 1993, aí houve quase que um despertar de todos os técnicos envolvidos de que nós precisaríamos cumprir a lei. E o DAEE e o Consórcio estavam muito, muito parceiros. O DAEE e o Consórcio, em 1991, lançaram um plano de investimentos de R\$ 9 milhões para atender a 17 projetos executivos, com programas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto.

Eu inclusive fui contratado, na época em 91, para coordenar pelo lado do Consórcio essas contratações. Então o DAEE colocou R\$ 6 milhões, o Consórcio mais R\$ 3 milhões e esses projetos foram contratados para alavancar a despoluição da bacia. Então, o Consórcio e o DAEE estavam muito unidos. E dizer que existiam divergências ou não. O Consórcio significava a organização da sociedade civil e das prefeituras dentro de um contexto que antes só se estava acostumado a ver no Estado atual.

3- Essa questão que você está falando é uma grande ruptura?

Lahóz - Só que foi uma ruptura assim, vamos dizer: o Consórcio, ao contrário de partir para o embate, ele nunca foi para o embate. O que o Consórcio fez: ele sentiu a necessidade quando ele foi criado, porque logo em 90 um grupo de prefeito foi a Brasília procurar dinheiro. Aí Brasília falou: eu tenho dinheiro, mas onde estão os projetos? Aí o Consórcio, que tinha uma arrecadação grande (na época era de 1% das receitas líquidas dos municípios), conseguiu ter R\$ 3 milhões para projetos. Só que o Consórcio não saiu contratando os projetos, ele usou aquela política de, em vez de ir para o embate com o governo do Estado e dizer: “Eu sou capaz de fazer projetos e vocês não”, o Consórcio bateu na porta do governo do Estado e falou assim: “Eu tenho R\$ 3 milhões para fazer projetos. Com quanto você pode contribuir para, juntos, nós contratarmos o maior número de projetos possíveis”. Aí, o governo do Estado dobrou e falou: “Vocês têm R\$ 3 milhões e eu tenho R\$ 6 milhões”. Aí se somaram R\$ 9 milhões e foi criado um grupo de acompanhamento com várias pessoas. O Rui Brasil, inclusive, era responsável pelo governo do Estado. Ele já estava aqui no DAEE em Piracicaba, já tinha sido transferido. Mas o Rui Brasil, desde que o Consórcio foi criado em 1989, ele acompanha o consórcio. Ele foi designado pelo governo do Estado para acompanhar o Consórcio. O Consórcio tinha um escritório do lado do DAEE, em São Paulo, que era na rua Riachuelo. E ele ia lá periodicamente participar de reuniões. Então, o Rui Brasil foi ligação com o Consórcio. Inclusive, depois desse convênio estabelecido, ele continuou sendo o elo. Então, vamos dizer assim, como o Consórcio e o DAEE estavam muito, muito juntos na ação desses projetos, eles foram concluídos em 1993, aí, que acordo que se firmou? Que nós precisávamos criar um comitê de bacias para atender à legislação, porque uns dois anos estavam transcorrendo de quando foi promulgada a lei. Então, houve um acordo: o DAEE assumiu a coordenação pelo Estado de São Paulo. Então, o Rui Brasil é quem ficou coordenador pelo DAEE, e recebeu o apoio da Secretaria de Meio Ambiente; quem coordenava

pela secretaria era alguém muito famosa hoje, que é Estela Goldenstein, que somou-se ao Rui Brasil e criou o Grupo Pró-Comitê Piracicaba. A engenheira Rosa, que hoje é a coordenadora de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, fazia parte desse grupo pelo Estado.

Esse grupo passou a fazer reuniões internas dentro do Estado de São Paulo para criar. Nós na época não sabíamos direito se era estatuto ou regimento. Aí se chegou à conclusão, que era estatuto. Então, o governo do Estado pegou no jurídico alguns modelos de estatuto e começou a estudar internamente, no que nós chamamos de Grupo do Estado para a Criação do Comitê PCJ. E os prefeitos da região delegaram ao vice-presidente do Consórcio, Moisés Abujadi, que na época era vice-presidente do Consórcio e prefeito de Valinhos, para ele coordenar o grupo da sociedade civil.

4- Então foram dois grupos?

Lahóz - Esses grupos se reuniam em separado. E a cada 20 dias se reuniam conjuntamente. O Juan Sebastianes, por exemplo, representava os vereadores da região. Então, todos os segmentos tinham representação. Então, o Consórcio fazia reuniões na Câmara de Valinhos, na Câmara de Piracicaba e em diversos lugares. Ouvia as opiniões, apresentava as minutas do estatuto. Esse estatuto foi sendo construído. Analisava as minutas do estatuto e as reuniões conjuntas eram todas no gabinete do Moisés Abujadi, em Valinhos. Foram 17 reuniões conjuntas. Eram reuniões quase semanais. Então vinha grupo do Estado. Vinham quatro ou cinco carros de São Paulo cheios de mulherada de São Paulo da Fundap, da CTPLA. Eu falo mulherada no bom sentido, com todo o respeito. São técnicas que, como a Rosa, hoje estão ocupando cargos de coordenação, mas eram técnicas apaixonadas. Eram os técnicos quem acreditavam no sistema de gestão. Então, foi muito mais uma vontade pessoal dos técnicos do que política,. por que os próprios políticos tinham isso como uma grande novidade. Então, as pessoas vinham e tinham embates, tinham. Tinham discussões entre municípios e Estado, tinham. Mas não era uma discussão do tipo guerra. Era procurando um consenso. E quando se chegou ao consenso do estatuto, aí nós precisamos de uma coesão: o primeiro plano de bacias. Aí, criou-se um grupo com a missão de criar o primeiro plano de bacias.

5- Vocês já tinha noção do que seria esse primeiro plano?

Lahóz – O que nós tínhamos era o seguinte: o Plano de Atuação do Consórcio, que foi criado em 89, que já era um plano de bacias. Que se você olhar já era um plano de bacias, pois ele tinha todas as prerrogativas. Então, ele foi feito pensando nos planos de bacias francesas. Então, ele tinha a essência. Daí, foi nomeado um grupo técnico: pelo Estado, Luiz Roberto Moretti; pelos municípios, Francisco Castro Lahóz e Alderico Marchi, que era da CESP cedido ao Consórcio como coordenador de resíduos sólidos. Nós três sentamos, pegamos nos livros, no academicismo, para ver o que era um plano. Tanto que é um plano bastante acadêmico. Nós usamos também aquele estudo que nós tínhamos de 1984, o Plano Diretor de Recursos Hídricos, e tivemos dificuldade porque tínhamos muita informação da bacia do Piracicaba. Mas, da bacia do Capivari não tínhamos informação nenhuma, só que fomos procurar essas informações. Tanto é que a última reunião nossa foi em Indaiatuba para fechar a bacia do Jundiaí. E aí, nós concebemos o primeiro Plano de Bacias do Piracicaba, isso já no finzinho do mês de outubro. Em novembro, já com o estatuto aprovado pelos dois grupos do Estado e da sociedade civil, que era coordenado pelo Consórcio, o Jerônimo Monticelli, como coordenador do consórcio, também coordenava a parte técnica. Então, na realidade, pelo Estado, o Rui Brasil coordenava, e pelo consórcio, o João Jerônimo Monticelli, que era o coordenador-geral do consórcio. Nós já tínhamos afinado o estatuto, estava tudo certinho, inclusive nessas discussões é que surgiram quantos membros iriam ter os comitês. Por que foi o número 16? Numa reunião perguntamos ao Rui Brasil: quantos organismos o governo do Estado tem estruturado dentro da área da bacia? Porque teria que ter uma representação de cada organismo. Então, ele foi somando e deram 16. Esse número, que acabou sendo histórico para os demais comitês do Estado de São Paulo, nasceu porque na bacia PCJ, o governo do Estado tinha 16 organismos bem estabelecidos. Ele não tinha 14, nem 17, ele tinha 16. Então, partiu-se da representação do governo do Estado e nivelou-se com as prefeituras e sociedade civil.

6 – Mas você tem, por exemplo, Secretaria da Fazenda? Que representação ela tem na bacia?

Lahóz - Na época o que nós pensamos era o seguinte: todas as secretarias direta ou indiretamente ou atuam na economia, ou no uso e ocupação do solo, ou na saúde, ou na preservação, ou no

controle qualitativo e quantitativo. Então, nós procuramos todas as secretarias estabelecidas como um todo e atribuímos uma vaga a cada uma delas.

7 – Por que tem secretarias que não participaram em gestões inteiras?

Lahóz – Sim, teve secretarias que nem compareceram em reunião do comitê, tanto que perderam a vaga. Foram substituídas por outras. Até secretarias que existiam e foram substituídas por outras. Mas, na realidade, nós tínhamos que ter um princípio de raciocínio. E jogar moedas para cima?!...nós éramos técnicos e técnicos não jogam moedas, eles procuram um princípio. E o princípio foi este: quantas secretarias do governo do Estado existem na bacia, 16? Teremos 16 membros e os municípios e a sociedade civil iriam se adequar nesses 16, porque era paritário: um terço, um terço e um terço. Então, nesse meio de caminho, o Consórcio já tinha com a Fundap lançado a proposta para termos uma Agência de Bacias, que era, inclusive, por incrível que pareça, a proposta de uma fundação de direito público. Quem elaborou esse texto foi Maria Luiza Granziera, que era consultora do Consórcio e montou essa proposta. Então, o que aconteceu? Tanto essa proposta de certa maneira era forte que a deliberação 0/1 do Comitê de Bacias foi pela criação da agência de águas e pela implantação da cobrança da água. Foi deliberação número 0/1, que era uma coisa que estava muito amadurecida dentro do Consórcio e os organismos do Estado acataram e absorveram. Então, esse degladiar entre Consórcio e Comitê que as pessoas falavam, ele não existia. O que existia era o seguinte: o Consórcio significava o que a gente chama de gestão descentralizada e participativa, que é a sociedade tomando decisões, pondo dinheiro do bolso inclusive para participar do processo. É a sociedade chamando o governo do Estado para participar do processo e ser parceiro. Como fez no caso dos projetos (...) caso dos R\$ 3 milhões. Isso chocava algumas pessoas que vinham da Ditadura Militar, aquela coisa do poder só pelo Estado, do poder central. Mas, com o passar dos dias, como os dirigentes do Consórcio sempre procuraram fortalecer o sistema, seguir a lei, o Consórcio nunca fugiu da lei 7.663, ele sempre seguiu rigorosamente a lei. O Consórcio tinha uma meta: implantar o sistema de gestão. E o sistema de gestão só se implanta quando tiver o comitê implantado e a agência implantada. Então, o Consórcio ajudou a criar o comitê e já fez pressão para que a resolução 01/91 do Comitê fosse a criação da agência. Então o Consórcio, na realidade, não era um libertino, ele lutava pela implantação do sistema conforme o modelo francês. Então, o que aconteceu quando o comitê foi criado é que ele passou a ser um colegiado, passou a ter reuniões – três ou quatro reuniões

colegiadas. O Consórcio desde 89 já tinha reuniões colegiadas, então a primeira idéia que passou pela cabeça das pessoas é que o Consórcio deixaria de fazer reuniões colegiadas, porque enquanto não existia o comitê, o fórum de debates regional colegiado era o consórcio. Até o Consórcio tem uma coisa que muita gente não lembra, que é que em 1990 a sociedade civil bateu na porta do Consórcio e disse: “Eu quero ter um espaço no Consórcio nessa entidade”. Foi quando o Consórcio criou a plenária de entidades. Em 1997, o consórcio cedeu à plenária de entidades um assento no plenário do Consórcio com direito a voto. Então, até hoje a plenária de entidades se reúne mensalmente. Todas as ONGs (Organização Não-Governamental) que fazem parte do comitê se reúnem na plenária de entidades. Então, quem organiza a participação da sociedade civil no Comitê é o Consórcio, porque nasceu em 1990 a plenária de entidades, que era um órgão consultivo em que a sociedade civil participava dentro da plenária de entidades. Então, o que acontecia, a plenária de entidades tinha assento no Consórcio e tinha direito a voz, não tinha direito a voto. A voto passou a ter em 97, mas a plenária estava dentro do Consórcio.

Quando nós tivemos a Eco-92, o Consórcio financiou entidades da plenária para participar, pagou todas as despesas, material técnico publicado, tudo. Então, o Consórcio já prestigiava como colegiado, e quando passou a existir um outro colegiado no Comitê, pessoas oriundas de sindicatos e outros segmentos que não faziam parte do consórcio em primeira estância encararam como se o Consórcio fosse um concorrente. Tanto que o Consórcio não teve vaga no Comitê de Bacias. O Consórcio participou desde o primeiro dia do Comitê das câmaras técnicas que foram criadas, só que ele participava pelos municípios. Por exemplo, a CT-PL (Câmara Técnica de Planejamento), que antigamente chamava Câmara Técnica Institucional e Legal, o consórcio fazia parte, mas por meio de quem? Da prefeitura, que ocupava a presidência do Consórcio, pleiteava uma vaga como prefeitura e, depois, indicava um técnico do Consórcio para participar. E o Consórcio participava do mesmo jeito, interagindo, e não fazia questão nenhuma de ter vaga no Comitê.

(...)

A questão era o seguinte: existia uma estrutura e nós queríamos participar. É por isso que eu falo o seguinte, pela minha experiência - eu tenho 25 anos de formado como engenheiro- eu falo o seguinte: em colegiados tem entidades, tem pessoas que fazem questão de ter cargo. Em colegiado o importante não é ter cargos, é ter participação. É você pegar a pauta 15, 20 dias, um mês antes da reunião e trabalhar essa pauta. Procurar subsídios, procurar amparo legal e, no dia

da reunião, apresentar propostas. Então, o Consórcio nunca se preocupou em ter cargo, porque o Consórcio contratava consultoria e apresentava propostas, como um modelo institucional legal para a Agência de Águas. Ele não estava preocupado em ter assento, mas em contribuir com o sistema. Em 1997, o Consórcio conseguiu vaga porque a própria sociedade civil, sindicatos, Assemae e outros acharam que como o Consórcio já participava sem ter vaga e que seria bom oficializar a vaga. Então deram essa vaga, mas ele não mudou sua participação porque o interesse do Consórcio não era ter título, ter vaga, era contribuir com o sistema. E as pessoas que em determinado momento criaram um antagonismo ao Consórcio, com o passar do tempo isso foi se desfazendo porque se percebeu que o Consórcio continuou tendo plenário. Ele se reúne mais ou menos o mesmo número de vezes do comitê. O Consórcio também tem suas câmaras técnicas, só que tem o grupo da empresas e tem uma plenária de entidades. As câmaras técnicas do consórcio são um pouco diferenciadas, mas ele tem as suas também. Só que tudo o que o Consórcio faz é dentro do plano de bacias, eleito pelo comitê. Tudo é para contribuir com os trabalhos das reuniões de plenário do comitê, porque ele representa o sistema. Foi quando as pessoas acabaram percebendo isso, que o Consórcio, por exemplo, foi um dos primeiros a captar recursos do FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), só que ele nunca captou um centavo para ele. O Comitê, por exemplo, em 1998, queria ter experiências com combate às perdas na bacia. Então, o Comitê pegou R\$ 300 mil e a entidade que já tinha alguma experiência aqui na bacia era o Consórcio. Então, o Comitê falou: “Consórcio, você é o tomador desse recurso”, e desde 98 o Comitê vem sempre repassando recursos para o Consórcio. Já repassou mais de R\$ 1,5 milhão para o Consórcio, que coordena dentro do comitê os programas de combate à perda. Inclusive o Consórcio está fechando agora uma experiência maravilhosa na bacia do Jaguari, sempre o Consórcio a serviço do Comitê.

(...)

Então o Consórcio, na realidade, era tomador de recursos, e como era bem organizado, estruturado, com técnicos para agilizar experiências-piloto para que o Comitê depois pudesse repassar, cabia-lhe a parte de combate à perda, e até hoje o Comitê diz que quem faz combate à perda é o Consórcio. Então, na realidade, ocorreram algumas relações, até chamadas relações entre tapas e beijos, mas eram muito mais questões pessoais e folclóricas. Quando o Rui Brasil era o secretário-executivo do Comitê e o Jerônimo Monticelli o secretário-executivo do

Consórcio, eles tiveram algumas ações, mas eram pontuais. Na hora de trabalhar, era trabalhar juntos, sempre para o sistema.

Depois, quando o (Luiz Roberto) Moretti assumiu o Comitê e eu assumi o Consórcio, como eu e ele já tínhamos uma relação antiga porque em 1985 ele contratou a Fundação Municipal de Ensino para ajudá-lo, porque ele não tinha equipe técnica aqui na bacia e eu era professor da escola e coordenava isso, e então, a gente já tinha trabalhado antes e não trabalhávamos somente na bacia do Piracicaba, não. Trabalhávamos na bacia do Médio Tietê Superior, que era Piracicaba, Capivari, Jundiaí e Sorocaba. Na época 81 municípios. Então, eu e o Moretti, que já tínhamos uma vivência anterior, quando assumimos o Comitê e o Consórcio, nós continuamos fazendo a mesma coisa que o Rui Brasil e o João Jerônimo faziam, que era construir o sistema.

Só que como nós temos estilos um pouco diferenciados, nós não temos esse glamour, essa coisa, . nós simplesmente trabalhamos, então as polêmicas não afloram. Os problemas que existem são grandes, mas nós fomos resolvendo. Como, por exemplo, quando resolvemos criar a cobrança pelo uso da água no nível da União. Para criarmos uma entidade definitiva que atendesse Minas Gerais, São Paulo e a União, foi difícil.

Então, o Moretti falou: “Como é que nós fazemos?” Então, o Consórcio contratou a Maria Luiza (...), ela fez um estudo pago pelo Consórcio e apresentou para o Comitê no grupo Pró-Agência, que nós teríamos que fazer mudanças na lei de São Paulo para poder criar uma agência única que atendesse às legislações. Então, o Comitê pediu para o Consórcio contratar um estudo não só por questão financeira, mas por questão de acompanhamento dos trabalhos. Precisava de alguém preparado para acompanhar. O consórcio fez isso, aí depois chegou o segundo embate: quem faria as funções da secretaria-executiva no Comitê Federal é quem ocuparia a diretoria da agência. Então, quem seria: o secretário-executivo do Comitê Federal, que era o Francisco Lahóz, que o consórcio indicou para ser o coordenador da agência, mas o secretário-executivo (do comitê estadual) era Luiz Roberto Moretti. Então, como equacionar isso? Nós, do Consórcio chamamos o Moretti e propusemos um acordo de cooperação entre DAEE e Consórcio de maneira que o consórcio abriú mão da secretaria-executiva.

O Consórcio firmou um termo de cooperação com o DAEE e nele abriú mão de ser secretário-executivo para, simplesmente, exercer as funções de entidade delegatária, como Agência de Águas, por dois anos. Esse prazo venceu dia 5 de dezembro de 2007. E o que nós fizemos: nós somamos a secretaria-executiva, que o Moretti já tinha no DAEE para atender o Comitê desde

1993, com a equipe do Consórcio e dos contratados. As pessoas de fora não conseguem nem saber a diferença entre o que é secretaria-executiva e o que é agência porque nós temos uma simbiose, um trabalho conjunto. Se você quer saber: hoje o Moretti está na Bahia apresentando a Agência e eu já fui em vários pontos do Brasil apresentar o trabalho do comitê. Quer dizer, não existe essa separação de Agência, Comitê e Consórcio.

O Consórcio PCJ procurou tomar um cuidado: como ele tinha programas fortes e 40 prefeituras consorciadas e 33 empresas que estão acostumadas a serem atendidas pelo Consórcio como uma associação de usuários, ele tomou o seguinte cuidado: ele criou essa unidade Agência aqui, inclusive tem um trabalho que você vai levar que explica direitinho isso, que nós publicamos ano passado, em dezembro, num fórum.

Como o Consórcio não confundiu as bolas e ele continuou tocando seus 12 programas em Americana e o secretário-executivo continua sendo Francisco Lahóz, só que o Consórcio criou a figura do subsecretário-executivo, que Dalto Bocchi, que atende o expediente de Americana no Consórcio. E eu atendo o expediente de Piracicaba do Comitê e da Agência de Águas. Nós nos reunimos uma vez por mês, em reuniões colegiadas, para afinar as idéias e manter os trabalhos conjuntos. Mesmo porque quem assina todos os contratos da agência é o presidente do Consórcio (José Roberto Fumach) porque a agência não tem CGC. O CGC que a Agência tem é do Consórcio, quem assume todas as responsabilidades desses recursos que nós estamos captando é o presidente do Consórcio, que divide comigo. Então, na realidade, o Consórcio é que empresta, cede, sustenta e assume os compromissos pela agência de águas. Então, nós temos que estar sempre juntos. Eu e o Moretti somos membros da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso da Água do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos. Ele vai pelo segmento dos comitês e eu vou pelo segmento dos consórcios. E nós, em diversas ocasiões, falamos sempre a mesma coisa: o que acontece nas bacias PCJ não dá para você repetir em qualquer lugar do Brasil e do mundo, porque aqui foi a alta criticidade que nos obrigou a termos esse arranjo institucional. E muitas pessoas idealistas, apaixonadas, quer seja de Piracicaba ou de outras partes da região, é que estão contribuindo para que isso aconteça. Nós somos o segundo parque industrial do país. Tem horas que somos o terceiro ou segundo, ficamos sempre dividindo isso com o Rio (de Janeiro), depende do PIB (Produto Interno Bruto) do mês. Somos quarta região de maior consumo da América Latina e somos responsáveis pelo abastecimento de 5 milhões de habitantes aqui e 9 milhões na Grande São Paulo, e de um dos maiores parques irrigados da América Latina, que é a região de

Holambra e Atibaia, que são as maiores produtoras nacionais de flores. Então, nós temos 400 metros cúbicos por habitante/ano de disponibilidade hídrica de estiagem. A ONU fala que de $1.500 \text{ m}^3 \text{ hab}^{-1} \text{ ano}^{-1}$ para baixo é alta criticidade. Nós temos $400 \text{ m}^3 \text{ hab}^{-1} \text{ ano}^{-1}$. O Oriente Médio tem $450 \text{ m}^3 \text{ hab}^{-1} \text{ ano}^{-1}$ de estiagem. Ele tem mais disponibilidade hídrica que a bacia PCJ. Então, como nós temos uma alta criticidade, os técnicos, os políticos, vamos dizer, a comunidade dessa região encontrou um formato, porque quando nós explicamos que o Consórcio era para ser secretaria-executiva, ele abriu mão para o DAEE. E que nós estamos há um ano e três meses num relacionamento onde não existe disputa de cargo e poder, existe só o construir o sistema. As pessoas não conseguem acreditar nisso, mas isso consegue acontecer aqui por quê?... Porque um Folegatti (Marco Vinícius), da Esalq, sentiu que a Esalq tinha que participar. Ele praticamente impôs uma lei que a Esalq tinha que ter técnicos em todas as câmaras técnicas. Então, pessoas como o Folegatti, que existem em diversos segmentos aqui em nossa sociedade, é que fazem a diferença, porque essas pessoas sentem a necessidade da gestão descentralizada e participativa, e se ela é participativa precisa da participação. Então, essas pessoas é que estimulam colegas e dirigentes para fazer com que essa participação aconteça.

O próprio Consórcio tem hoje colaboradores ambientais que são as indústrias que se cotizam para permitir publicações. Que tipo de publicações? O Glossário de Termos Técnicos de Gestão dos Recursos Hídricos está na quarta edição. A primeira foi financiada pelo FEHIDRO (Fundo Estadual dos Recursos Hídricos). Ele serve a todo o Comitê de Bacias para as pessoas que estão chegando. A cada edição nós acrescentamos 50 novos termos técnicos. Então, na realidade, nós temos um modelo diferenciado. Se você quiser implantar esse modelo na Bahia, provavelmente não vai dar certo, porque a Bahia tem seu modelo, com suas raízes e suas culturas, com suas criticidades. Eu conheci em 2005, de perto, o modelo do Ceará. O Ceará foi o primeiro sistema de cobrança pelo uso da água no Brasil, primeira agência de água do Brasil. Mas o modelo do Ceará dá certo onde? Somente no Ceará.

8 – A gente tem 16 membros, com os suplentes, 32, no Comitê Estadual. Cerca de 5 milhões de habitantes a participação é baixa. Falando-se em sociedade civil, não é possível ampliar a participação?

Lahóz - Eu acho que não é a questão de quantidade, mas de qualidade. Eu, por exemplo, não sou mais do Conselho Nacional como conselheiro, é o Dalto Brocchi do Consórcio, que é o

subsecretário-executivo que representa o segmento dos consórcios. Nós já tivemos uma vaga só para comitê e consórcio, mas hoje temos vagas diferenciadas. Quando você está no Conselho Nacional, você é uma pessoa, mas só se fizer um trabalho de base. Por exemplo, o representante dos comitês. Tem um fórum dos comitês, então ele pode ser um único voto lá, mas ele pode estar falando por todos os comitês do Brasil inteiro, que podem fazer reuniões plenárias prévias. E ele pode chegar levando uma proposta forte. A minha opinião é a seguinte: não é aumentando o número de vagas no comitê de bacias ou em qualquer colegiado que você vai resolver o problema. O Consórcio é um exemplo, pois mesmo sem ter vaga nenhuma dentro do Comitê PCJ, era a entidade que mais participava. Ou uma das que mais participava. Então, não é ter vaga no colegiado que muda nada. Eu acho que as vagas que nós temos hoje para a sociedade civil no Comitê são mais que suficientes. O que eu lamento que tem acontecido muitas vezes é que as entidades que representam a sociedade civil, quando vão lá não estão falando pela sociedade civil, porque não consultam a sociedade civil, não fazem reuniões prévias. Então, a pessoa vai lá falar por ela mesma. Isso acontece inúmeras vezes, isso acontece no Conselho Nacional lamentavelmente. Porque é difícil você consultar as bases. Então, na realidade, exige sutilezas, tem vaidades, tem um monte de coisa que envolve isso. Tem pessoas que não gostam de ser consultadas, porque se forem consultadas vão ser responsabilizadas também. Elas preferem que você assuma os compromissos porque ela poderá te culpar amanhã pelo desastre. E, por exemplo, fui votar pela transposição do São Francisco, e meu voto foi de abstenção. Por quê? Porque os consórcios não foram ouvidos. Agora, você imagina, eu representando os consórcios do Brasil inteiro votando no Conselho Nacional, é uma responsabilidade muito grande. Mas eu fui lá e consultei as bases antes. Eu passei quase 30 dias consultando as bases para chegar lá e me abster, porque o meu segmento falou: como os comitês de bacias não foram ouvidos, o segmento dos consórcios, que são pró-comitê, vão se abster em protesto. E eu fiz com voto justificado. E o segmento do comitê, que é o Carlos Alencastro, que estava comigo, fez o mesmo voto repetido: como os comitês não foram consultados, nós vamos nos abster de votar pela transposição do São Francisco, sem dizer se somos contra ou a favor. Vamos nos abster porque o processo não teve a democracia que nós esperávamos. Você cria o comitê para ouvir e ele não foi ouvido. Mas, tanto do comitê quanto dos consórcios, eles consultaram as bases. Então, eu acho o seguinte... nós tivemos eleição da sociedade civil, não sei se você está sabendo, das universidades tinha só uma presente, quatro se inscreveram e só uma compareceu no dia da eleição. Então, o que está

acontecendo não é problema de vaga, o que está faltando é uma maior conscientização dos próprios segmentos da sociedade civil, da importância de participar.

Na plenária de entidades do Consórcio foi levantada uma questão agora, nas últimas reuniões. Quem coordena a plenária pelo Consórcio é o Alexandre Vilela. Ele trouxe uma questão, eu levei para Brasília e já trouxe resposta. A plenária disse que algumas ONGs tinham dificuldades para participar das reuniões por questão financeira de locomoção e transportes. Eu fui a Brasília há questão de 30 dias, procurei a doutora Ninon, que é a representante do segmento das ONGs no Conselho Nacional, e falei: “Como a senhora conseguiu que o Conselho Nacional e o Ministério do Meio Ambiente tenham ressarcimento da participação das ONGs?” Tem isso, as ONGs que participam do Conselho Nacional recebem ajuda financeira: passagem de avião, hospedagem, ajuda para refeição, transporte, tudo... Aí, ela me disse quais foram os critérios. Eles procederam um abaixo-assinado, encaminharam documento para Ministério, que estabeleceu uma série de exigências, por exemplo, entidades patronais não poderiam participar, iriam ser ONGs bem caracterizadas. A Ninon ficou de encaminhar para o Alexandre todo o processo que foi usado no Conselho Nacional para a plenária de entidades do Consórcio, se assim julgar oportuno, fazer esse pleito no plenário do Comitê, para que a sociedade civil dos Comitês PCJ possa ter a exemplo do Conselho Nacional um ajuda de custo para poder participar das reuniões. Isso só é possível quando você tem uma cobrança pelo uso da água, porque aí você passa a ter valores financeiros. Então, vamos dizer assim: o Comitê decide que um percentual dos recursos da cobrança não vai ser distribuído para projetos, vai ser utilizado para o custeio da sociedade civil. Chega para a Agência de Águas, você vai ter que montar um esquema de ressarcimento mediante a entrega de notas fiscais etc. Já existe um modelo incrível. É só usar o modelo que existe em Brasília.

9 – Você acha justo?

Lahóz – Eu acho justo se a sociedade civil estiver reivindicando isso com total seriedade. Não simplesmente por estar, ela está pleiteando isso porque quer participar e não está tendo condições para isso, então eu concordo. Agora, eu acho que vai ser o maior vexame, o maior fiasco se a sociedade civil pleitear isso e depois acontecer o que está acontecendo. Chega o dia das reuniões e a sociedade civil não comparece nas câmaras técnicas. Acaba sendo até expulsa da câmara técnica por ter faltas consecutivas, então eu acho que aí vai pegar mal. A Ninon vai até em

reunião que é cancelada, porque na dúvida, ela vai. Ela é uma pessoa digna de todos os elogios do mundo.

10 – Você tem noção de quantas árvores vocês plantaram com o R\$ 0,01 no Corumbataí?

Lahóz – A experiência do R\$ 0,01. Nós temos relatório com o coordenador de Proteção de Mananciais, que é o Alexandre, que fica no Consórcio em Americana e tem esses dados. Nós vamos publicar um livro em breve sobre a experiência do R\$ 0,01 Atibaia-Pinheiros, em Campinas, e nós temos a experiência também do R\$ 0,01 em Jaguari. Só no programa R\$ 0,01 foram plantadas 600 mil mudas. Esse programa foi o seguinte: o Consórcio, desde que iniciou suas ações em 1989, ele tinha em mente que o sistema de gestão tinha que se implantar como um todo. Quer dizer, que todos os instrumentos como planos de bacia e cobrança pelo uso da água deveriam acontecer. Então, nós sonhávamos que em 1998, quando criamos a lei que permitia a agência de bacias, que em 1999, como já tinha um projeto de lei de cobrança, que a gente iria começar a cobrança no Estado de São Paulo. Como essa cobrança não aconteceu, o Consórcio tinha uma proposta de 1997, que era de fazer uma experiência-piloto de cobrança. Em 1989, ele montou um projeto-piloto de cobrança não para aplicar na bacia como um todo, mas para duas ou três sub-bacias, e se apresentaram três sub-bacias: a do Corumbataí, por meio de Piracicaba, depois Santa Gertrudes. Dois municípios de oito. O Consórcio também não teve a pretensão de que todos os municípios daquela sub-bacia participassem. Ele se preocupou que mais de um participasse para caracterizar um coletivo, um colegiado. Na bacia do Jaguari quatro municípios participaram e na bacia Atibaia-Pinheiros outros quatro participaram. Então, o consórcio estabeleceu regras e que a contribuição se daria por R\$ 0,01 por metro cúbico de água faturada, quer dizer, não essa tabela do Comitê hoje de água captada, consumida, DBO, carga poluidora... Pensou-se simplesmente em água faturada, quer dizer, o que é cobrado na tarifa. Ele implantou essa experiência e criou três unidades de gerenciamento, que nós chamamos de UGP. Esse modelo de UGP foi usado hoje na agência. Tem uma UGP aqui, que é uma Unidade de Gerenciamento de Projeto para a cobrança pelo uso da água federal. Qual foi a vantagem dessa experiência? Era feito um planejamento anual no qual quem pagava, em reuniões preparatórias no começo do ano, decidia onde seria feito o investimento dentro do Plano de Bacias do Comitê PCJ. Esses recursos, depois, eram transformados em contratações, quer seja de plantio ciliar, educação ambiental ou de monitoramento das águas. A diferença só dessa experiência do

consórcio é que o modelo que foi usado não é o francês. Acho que ninguém atentou ainda, mas foi o alemão.

A diferença do modelo francês e do alemão é que as agências de águas na Alemanha também executam atividades. Elas não só repassam recursos, elas administram. Elas constrem e administram ETEs. Como o recurso entrava no caixa do consórcio, que presta contas ao Tribunal de Contas do Estado, esse recurso só poderia sair por licitações. Então, quem licitava tudo era o consórcio. Então, o modelo de R\$ 0,01 era o alemão.

No nosso modelo a agência nossa chamava UGP (Unidade de Gerenciamento de Projeto) e o colegiado, que seria o comitê nosso, era o colegiado dos participantes ou dos associados à idéia, dos municípios que pagavam. Foi uma experiência bastante vitoriosa porque ela conseguiu fazer com que a adimplência fosse grande. E nós desenvolvemos ali todos os mecanismos de como você manter o usuário-pagador satisfeito. E uma das coisas que nós levantamos como principais é que o usuário paga em dia e fica satisfeito quando é bem informado. O sistema tem que ter transparência total de quanto é arrecadado, onde é aplicado e ele tem que se sentir participativo na hora de distribuir os recursos. Então, esse tipo de vivência, nós, aqui no exercício como agência PCJ, usamos toda essa experiência do R\$ 0,01. Parte do sucesso que nós temos tido aqui na cobrança no PCJ se deu ao R\$ 0,01 porque eu era o coordenador-geral do programa. Foi um ensaio. Nós erramos muito desde as primeiras contratações, as primeiras reuniões, as indicações de onde aplicar recursos, nós erramos muito, mas fomos ajustando. Eu era o coordenador dos três R\$ 0,01. Tinha um coordenador técnico e o geral, que era eu. Inclusive o Consórcio optou por eu ser o coordenador-geral da agência, não por eu ser engenheiro com 25 anos de formado ou ter experiência em gestão, mas porque eu tinha experiência em coordenar o R\$ 0,01. Então, eu já coordenava dentro da entidade um programa de cobrança e, principalmente, eu trabalhava a satisfação do usuário. Era eu quem fazia os contatos com o usuário para verificar até onde ele estava insatisfeito ou satisfeito com o sistema. A adimplência ao sistema nosso é de quase 100% porque estamos trabalhando. A mesma coisa que fazemos no R\$ 0,01, nós fazemos aqui.

Pararam as contribuições, mas enquanto tivermos R\$ 0,01 em caixa vamos continuar administrando. Campinas parou de pagar, ficou recurso em caixa, estamos administrando. Enquanto não acabar o recurso em caixa, estamos fazendo. Já no Jaguari, os municípios não querem que acabe. Por quê? O fato de o R\$ 0,01 existir faz com que os municípios estejam sempre com projetos atualizados, porque o Consórcio os mantém atualizados nos projetos, e com

isso, eles captam recursos externos. Eles não querem que o Consórcio saia de lá, porque a presença do Consórcio lá faz a organização dos quatro municípios, organiza dos quatro em ações coletivas e eles estão felizes da vida.

Entrevista de José Machado, presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), primeiro presidente e fundador do Consórcio Intermunicipal dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), concedida a Alessandra Morgado, em Piracicaba, dia 5 de maio de 2007

1 – Você participou da fundação do Consórcio e foi seu primeiro presidente. Em que momento o discurso ambiental foi incorporado à agenda política e na da sociedade civil mesmo?

Machado – Eu acredito que a redemocratização do país favoreceu muito a emergência da mobilização social em torno de alguns temas. Coincidiu muito com vários eventos que aconteceram internacionais e que tiveram rebatimento no Brasil por conta das liberdades democráticas, com o fim da Ditadura Militar. Eu me lembro que era recém-chegado em Piracicaba no início dos anos 80 e participei de uma passeata em defesa do rio Piracicaba. Inclusive inauguramos uma praça em frente ao hotel Beira-Rio: a praça do Protesto.

2 – Ainda era um momento difícil?

Machado – Era, mas já havia essa abertura, essa possibilidade. É evidente que era uma manifestação civilizada e pacífica. Na época havia muito protesto contra o Sistema Cantareira que era tido como o grande vilão (da situação do rio Piracicaba). E exatamente o Sistema Cantareira foi construído no período da ditadura, né. Num período em que não havia liberdade e nem debate sobre a obra. Piracicaba teve alguma reação, mas exatamente por conta da falta de liberdade acredito que isso dificultou uma ação mais contundente por parte da população. Mas já nesse período de transição do fim da ditadura para o início do processo democrático, então começa a haver uma mobilização maior.

A situação do rio estava numa piora crescente não só por conta do Cantareira, que não permitia a liberação de uma quantidade de água suficiente nos períodos de estiagem, mas também pela elevação dos níveis de poluição dos rios. Então, esse ambiente de degradação e a mortandade de peixes, tudo isso repercutiu muito fortemente na comunidade de Piracicaba. Tinham eco na

opinião pública esses fatores. Na chamada sociedade civil em Piracicaba, que na época tinha como epicentro o Conselho Coordenador das Entidades Cívicas, nasceu um movimento em defesa do rio Piracicaba. Um movimento, eu diria, mais permanente, com mais informações técnicas, porque a Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba, que fazia parte do conselho, acabou sendo destacada para produzir informações técnicas. Então, dentro desse contexto é que nasce, no final dos anos 80, o consórcio. O consórcio foi fruto desse processo de mobilização, dessa consciência que havia em Piracicaba de recuperar a qualidade da água do rio Piracicaba.

3- O Consórcio trouxe várias inovações: nasceu regional e necessitou de uma conversa intermunicipal. Ele também tinha um corpo técnico. Como foi esse procedimento todo?

Machado - Ele surgiu timidamente porque éramos poucos prefeitos envolvidos no processo. Levamos certo tempo na preparação e para convencer os prefeitos a aderirem. Depois, veio a elaboração do estatuto, discutimos as regras do jogo. Fundamos em outubro de 1989. Não me recordo se eram seis ou nove municípios. Agora não tenho isso de cabeça, mas foram os primeiros municípios a aderir. E no começo foi difícil porque o que nós tínhamos de recursos, que eram repassados por esses municípios que aderiram, era pouco significativo. Então, nós cedemos técnicos das prefeituras para colaborar tecnicamente. O SEMAE (Serviço Municipal de Água e Esgoto) de Piracicaba ajudou bastante, além dos outros sistemas de água da região. Técnicos da universidade ajudaram. Enfim, a gente tinha uma coisa muito voluntária operando tecnicamente no início. Depois, com a sedimentação do Consórcio e a adesão de novos municípios, foi possível ter arrecadação mínima, o que permitiu contratar uma equipe técnica muito reduzida, muito pequena. Três pessoas, algo em torno disso, que foi uma decisão importante porque como os prefeitos não tinham muito tempo para dedicar exclusivamente ao Consórcio, essa equipe técnica teve papel preponderante, porque eles passaram a fazer o processo não só de elaboração técnica, mas também de articulação institucional, trazendo entidades, dialogando com a sociedade civil e as chamadas entidades ambientalistas da época, que eram poucas, mas ajudaram muito nesse processo. Percorrer as prefeituras, conversar com as prefeituras, organizar as reuniões, isso foi muito importante. Depois, com a adesão de novos municípios, os recursos foram aumentando e foi aumentando a equipe técnica, foi possível ter uma sede própria, localizada em Americana. E a partir daí foi ganhando fisionomia e visibilidade.

4- Ele (o Consórcio) foi essencial para o comitê, que veio em seguida, e até para a discussão da Política Estadual de Recursos Hídricos?

Machado- Veja bem, para se instalar um comitê você tem que ter uma base social mínima, um mínimo de mobilização, de condição e de adesão ao processo. Um comitê você não pode criar artificialmente, de cima para baixo. Então, o Comitê do Piracicaba já tinha uma base social. E o Consórcio era uma amálgama. Já era essa organização regional, que foi importante para dar embasamento político e social para o comitê. Eu não tenho dúvidas de que o Comitê do Piracicaba já nasceu forte porque nasceu já com o Consórcio, com um percurso de trabalho feito, de mobilização, de levantamento de idéia. É bem verdade que os órgãos estaduais, sobretudo o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), a CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), já tinham dados sobre Piracicaba. Nesse contexto já havia sido decretado pelo governo do Estado, no governo Quéricia, a bacia do Piracicaba como bacia-modelo. Como laboratório para você fazer estudos e desenvolver trabalhos voltados à gestão de água. Então, tinha todo um substrato técnico e político. E o Consórcio ajudou muito nesse processo. Ele deu uma substância política mais forte, então o Comitê já nasceu forte porque aqueles prefeitos articulados em torno do Consórcio já tinham disposição, condição de dar também suporte político para o Comitê. Lógico, o Comitê não nasceu por causa do Consórcio e nem foi decorrência dele. Ele nasceu em decorrência da lei 7.663, que é a lei paulista. Havia todo um interesse do DAEE em criar comitês pelo Estado de São Paulo, mas o (comitê) Piracicaba estava pronto para ser criado porque tinha toda uma história que viabilizou e favoreceu muito o nascimento do comitê estadual.

5- A participação da sociedade civil é inerente às políticas estadual e federal?

Machado – A sociedade civil tem papel importante no processo porque traz toda uma visão ambiental, traz a visão da militância ambiental, enfim, desse componente social importante. Entretanto, o Comitê sempre teve no processo inicial o componente decisivo: público. A vontade política do poder público de implementar os instrumentos de gestão, o chamado comitê, e os organismos de bacia. Claro que a sociedade civil foi um componente porque deu a legitimidade do processo, mas sem dúvida, isso ainda é assim e não mudou, o poder público é fato indutor fundamental para que o comitê seja criado e instalado. Embora um comitê não possa ser criado de cima para baixo, ele não pode ser chapa-branca, ele tem essa característica no seu processo inicial

de alavancagem até que os usuários de água venham participar, a sociedade civil venha. Todo esse processo de organização, tudo isso depende muito da vontade política das lideranças do poder público, seja ele um secretário de Estado, seja uma autarquia como o DAEE, no caso de São Paulo. No caso de Piracicaba tivemos essa vantagem, já que o Consórcio era constituído de prefeitos que tinham uma visão regional, criaram um consórcio que foi, na verdade, um primeiro ensaio do comitê e da agência de bacias.

6- O Consórcio fez também um primeiro ensaio da cobrança pelo uso da água como Programa de Investimentos R\$ 0,01?

Machado - Esse R\$ 0,01 por m³ de captação foi uma decisão importante porque já foi uma antecipação do que viria a ser a cobrança, com o caráter voluntário. Os municípios que aderiram a esse programa aderiram voluntariamente. Do mesmo modo que a cobrança pelo uso da água é uma decisão do comitê, portanto não é uma decisão de cima para baixo, do poder público, portanto não é um imposto. É uma taxa de condomínio que você cria. O R\$ 0,01 foi uma decisão muito inteligente do Consórcio, muito apropriada. Uma decisão de vanguarda. Ao tomar essa decisão, o Consórcio financiou também uma estação de tratamento de esgoto piloto no município de Cosmópolis. Então, o Consórcio também funcionou como agência de bacias naquela ação, alavancando recursos para um determinado município, e isso com o apoio de todos os membros do Consórcio. Então, o Consórcio exerceu um pioneirismo fantástico no nascedouro do Comitê PCJ estadual e, depois, ajudando a alavancar o Comitê Federal também. Então, sem dúvida, alguma o Consórcio teve esse papel indiscutível.

7- Ouvi muitas vezes se falar que o Comitê é um órgão ‘chapa-branca’ porque tem muitos funcionários estaduais e municipais, o que teoricamente permite que no cômputo os votos do Estado se sobreponham aos da sociedade civil. Você acha que cabe essa crítica? Já ouvi o senhor falando que o Comitê poderia ser mais político também.

Machado – Eu acho que cabe. Ele tem esse caráter porque, como eu disse antes, para nascer um comitê depende muito dos órgãos públicos que cuidam da gestão de água. Quer dizer, o órgão gestor estadual ou federal tem que jogar um papel importante. No caso do federal, a Agência Nacional de Água tem que jogar um papel importantíssimo para fazer um comitê funcionar. Nós estamos, por exemplo, neste momento, exatamente neste momento, com um mandato dado pelo

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que é quem aprova a criação/instalação dos comitês federais, no caso da bacia do rio Paranaíba. Se a ANA não for atrás, não fustigar, não provocar reunião com os Estados, não promover oficinas de discussão, não financiar a mobilização, o comitê tem dificuldade. A sociedade civil organizada não é ainda uma potência com recursos financeiros para financiar seminários, para viajar, para produzir material. Então, ele nasce com essa característica chapa-branca e, depois, na instalação, também ainda precisa muito do poder público. A bacia do São Francisco funciona hoje em grande medida porque a ANA repassa recursos para o comitê. A ANA contratou uma equipe que está sediada em vários pontos da bacia do São Francisco, mas que está com escritório central em Salvador, na Bahia, exatamente para apoiar a secretaria-executiva do comitê. Sem esse apoio é difícil, porque como é que você vai viabilizar viagens das pessoas para participar das reuniões, entendeu? Para organizar uma reunião é muito difícil. Então, tem essa característica. Agora, é perfeitamente possível que no decorrer do tempo os outros atores – sociedade civil organizada, os usuários de água - possam ir ocupando cada vez mais um papel preponderante no sentido de dar o rumo para o comitê, dar conteúdo político na hora de aprovar os projetos. É claro que o poder público ainda exerce uma influência fundamental porque é da sua natureza, mas as decisões de um comitê, um comitê robusto e maduro, podem ser perfeitamente traçadas com forte participação da sociedade civil levando suas idéias, fazendo as suas ponderações e ajudando a construir as políticas do comitê. Isso é um desafio muito grande: fazer com que a sociedade civil participe mais, não apenas para fazer números nas reuniões do comitê, mas para levantar idéias, teses e indicar rumos. E disputar essas posições no fórum democrático.

8 – Que tipo de dificuldade a ANA está enfrentando para implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos?

Machado – Eu diria que a grande dificuldade que a ANA tem é porque ela é uma instituição pequena para o tamanho de sua missão. Um país grande e com desafios muito grandes pela frente. Nós temos regiões com carência de água, como é o caso do semi-árido. Nós temos o Sul do país enfrentando estiagens. Então, você precisa estudar essas situações. Você ainda tem que produzir muitos estudos em termos de recursos hídricos no Brasil. Então, nós estamos construindo um sistema de informações sobre recursos hídricos que é você montar um banco de dados poderoso. Estamos adquirindo softwares e equipamentos com capacidade maior de

armazenamento de informações para recepcionar esses dados que vêm dos Estados, que estão se integrando ao sistema. Todas as informações que os Estados e comitês produzem vão para esse banco de dados. Então, estamos montando isso, que é um dos trabalhos que estamos fazendo. Temos que implementar os comitês. Onde? Dentro das prioridades que o Conselho Nacional estabeleceu, né. Não vamos criar comitês em todos os rios de domínio da União. Não só isso é difícil de fazer tudo de uma vez como não é necessário. Não há necessidade de se criar comitês em todas as bacias hidrográficas.

9- Onde estão as prioridades?

Machado – As prioridades estão no Sul, Sudeste e em algumas regiões do Nordeste. No São Francisco foi criado agora um comitê federal no rio Piranhas Açu, no Rio Grande do Norte e na Paraíba. Mas tem que trabalhar o rio Uruguai, o rio Grande, o Paranaíba, que são demandas a que nós ainda não conseguimos atender totalmente e plenamente porque estamos muito focados no rio Doce e no São Francisco. O rio Piracicaba caminha com as próprias pernas. A ANA não precisa mais tutelar o comitê do PCJ porque ele tem uma autocapacidade de se gerir. Ou seja, as ações fluem tranqüilamente porque têm base técnica, têm organização e têm recursos da cobrança que são significativos. Já no Paraíba do Sul estamos com dificuldades porque o início da cobrança e a criação da agência foram feitos com antecipação muito grande e não estava totalmente maduro para implantar esses instrumentos. Agora, nós estamos tendo que calibrar isso porque estamos com dificuldades na questão da cobrança. Tem problemas com o Estado do Rio de Janeiro porque ele implementou a cobrança, mas também de uma maneira muito atabalhoada, com uma lei muito imperfeita. Isso tem interfaces com o Paraíba do Sul porque o abastecimento do Rio de Janeiro é feito por meio da bacia do Guandu, numa transposição do rio Paraíba. Então, você tem que discutir como vai fazer o ressarcimento desse custo para a bacia do Paraíba do Sul. Tem todo um debate e a inadimplência, que é bastante grande. Então, a gente está dando uma atenção muito grande. E também estamos dando atenção aos órgãos gestores estaduais, porque na nossa visão é o seguinte: na medida em que você fortalece os órgãos gestores estaduais, eles vão cumprir um papel que de certa forma auxilia a ANA a construir o sistema. Porque quando você olha o sistema, você vê o Plano Nacional e os Estados. Então, se eles tiverem suas leis próprias, seus conselhos estaduais, suas políticas de implementações dos comitês e órgãos gestores, a gente olhando isso como uma rede nacional, é isso que temos que construir. Esse é o trabalho da ANA.

Então, no topo dessa pirâmide está a ANA fomentando tudo isso com recurso do Pró-Água, que é uma parceria com o Banco Mundial e o Ministério da Integração Nacional, este que cuida mais da infra-estrutura hídrica, e a ANA cuida da gestão. Então, os recursos do Pró-Água, que é um financiamento com recursos também do Orçamento da União, são para fortalecer os órgãos gestores estaduais, elaborar os planos estaduais de recursos hídricos, fazer capacitação, para adquirir bens, tipo software de computador, etc. Então, essa estruturação nacional é a ANA, que coordena e tem essa visão. Agora, a gente não faz isso para os 27 Estados, nem todos têm uma premência de ter um organismo forte. O ideal é que todos tenham, mas como isso você não pode fazer de uma só vez, você tem que priorizar aqueles Estados onde o problema da água é sério e a ANA tem condições de apoiar em função da sua condição orçamentária e financeira e de sua capacidade técnica. Então, nós não estamos priorizando, por exemplo, alguns Estados, como o Amazonas. Na Amazônia, por exemplo, a gestão está muito mais voltada para o monitoramento. A ênfase está no monitoramento. Para nós, é impensável pensar em comitê de bacias na Amazônia, cobrança da água, agência de bacias. É remotíssimo. Isso é importante em algumas regiões do país. Então, alguns Estados a que nós agora estamos muito atentos são: Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins... por quê? Porque a fronteira agrícola está chegando. Agora, com todo esse movimento em torno do etanol, instalação de usinas, avanço da irrigação... são Estados que vão enfrentar problemas muito sérios e nós temos que nos antecipar. Eles têm água, mas a fronteira agrícola está cada vez mais ali, pressionando com atividades. A irrigação tende a se expandir no Brasil. É um potencial que o Brasil tem para a irrigação, e nós temos até que incentivar, só que a gente acha que tem que ter uma preparação para isso. Os Estados têm que estar preparados para dar outorgas, fazer fiscalização e fazer a regulação. E naquelas bacias onde isso está ocorrendo de forma mais preocupante, você tem que implantar os instrumentos de gestão: o comitê, fazer plano de bacia, enfim, fazer o enquadramento dos cursos d'água, capacitação, ter estrutura técnica mínima. Esses são os desafios da construção do sistema. Em cada comitê você vê lá a sociedade civil participando, os usuários participando, isso é que dá, eu diria, uma arquitetura bastante bonita.

Eu diria que o sistema de recursos hídricos no Brasil, por seu caráter federativo e participativo, é uma das arquiteturas mais interessantes e empolgantes do sistema público. Dos comitês, nem todos funcionam ou funcionam bem. Nós temos 140 no Brasil e a gente sabe que alguns têm dificuldades. Exatamente por quê? Falta de apoio do poder público. Onde o poder público está

mais fragilizado ou não atua e não dá aquela sustentação financeira, os comitês têm dificuldades. Se um comitê nasce com cara muito forte da sociedade civil, como ela ainda não tem estrutura para dar sustentação, o comitê não se reúne. Como ela vai resolver, sobretudo em regiões onde as pessoas têm que viajar, às vezes de avião, para participar do comitê. Então, você vê que tem comitês que têm dificuldades reais porque é difícil você manter um organismo desses funcionando e produzindo estudos, propostas. E implementando propostas se não tiver o apoio do poder público.

10- E a cobrança da água. Qual a sua avaliação dela?

Machado – A cobrança não é viável na maioria dos Estados do país e das situações. Ela vai ser fundamental sempre nas bacias críticas. É nas bacias críticas que você, digamos assim, ter uma atitude mais radical entre aspas, contundente e de implementação dos instrumentos de gestão, porque ali você precisa realmente de todos os instrumentos de gestão, você precisa de forte participação da sociedade, você precisa colocar a regulação de uma maneira mais forte. E a cobrança é uma ferramenta importante para introduzir o uso racional da água, a discussão, ter recursos para elaborar projetos, para manter uma equipe técnica, enfim, para fazer gestão. A cobrança tem um papel preponderante. Agora, nem em todos os lugares é viável. Onde, por exemplo, prepondera a agricultura, a capacidade de pagamento do usuário agrícola é muito pequena, então a arrecadação nunca vai ser significativa. Onde que se torna viável a cobrança? Ela se torna viável em regiões industrializadas, urbanizadas, onde há grande concentração econômica, e nós temos algumas dessas situações, que coincidentemente são as bacias mais críticas por conta do esgoto não-tratado que é jogado, por conta da degradação ambiental agrícola na zona rural. Então, é aí que acaba criando as condições políticas e sociais para implementar os instrumentos de gestão, inclusive a cobrança. Eu acho que a cobrança é viável em Piracicaba, tanto que é sucesso e a inadimplência chega a 1%. Todo mundo paga e paga com consciência, porque sabe que sem esse pagamento não terá gestão, e sem a gestão, não terá rio. E todo mundo apóia. Acho que no Alto Tietê é viável a cobrança, muito viável porque ali está o maior percentual do PIB (Produto Interno Bruto) nacional. No Estado de São Paulo talvez na bacia do Sorocaba, não sei dizer, mas no Mogi, talvez. No Sul, no sistema do rio dos Sinos, Gravataí, Guaíba, porque ali tem nove bacias hidrográficas que compõem uma região hidrográfica, onde há grande concentração econômica. Acho que algumas pequenas bacias em Santa Catarina e

Paraná que estão ligadas às grandes regiões metropolitanas e em grandes cidades. No Rio de Janeiro, no Guandu, com certeza. E ouvi dizer que no Recôncavo Baiano também é viável por conta do pólo petroquímico que tem condições econômicas de pagar as companhias de água que abastecem as regiões metropolitanas. São usuários que têm potência para pagar. No São Francisco nós estamos estudando. Tem uma consultoria que está elaborando os estudos para saber da viabilidade da cobrança no São Francisco. Sabendo que o São Francisco são vários: o alto, médio, submédio e baixo. A gente sabe que no alto é viável a cobrança por causa do rio das Velhas, que é onde se concentra a Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde há grandes usuários. Então, no alto do São Francisco é muito viável, inclusive a implantação de agência. Agora, no São Francisco como um todo, quanto mais ele caminha começam a aparecer os usuários que são pequenas cidades, são irrigantes e pescadores. São comunidades. Você vê que vai diminuindo a densidade econômica para poder viabilizar a cobrança. Então, nós estamos discutindo o que nós vamos fazer. Se vamos criar uma agência só. Minas Gerais está batendo o pé que quer criar a sua agência. Então, são problemas do sistema. No rio Doce a cobrança é viável em algumas situações, como na região industrializada, onde há uma grande extração de minério, essa coisa toda. Grandes empresas estão ali. É viável a cobrança ali. Então, essas ferramentas estão sendo discutidas regionalmente. Cada caso é um caso. E a gente tem que ir fazendo. Agora, a gente olhando isso como um sistema que está se espalhando é um negócio bonito. Você vê que o sistema está chegando. No Nordeste, a maioria dos Estados tem seus próprios órgãos gestores, têm suas leis. É uma região onde o tema água é central. Então, você trabalha com mais facilidade porque há uma política maior dos dirigentes de implantar as políticas de água. Você tem órgãos como o DENOX e o DEVASP, que são parceiros importantes na implementação da política. Aí, as coisas caminham. É uma prioridade nacional. O Pró-Água Semi-Árido, que foi concluído recentemente, jogou um papel importante para alavancar a Política de Recursos Hídricos. O Sul do país tem condições boas de evoluir a política de recursos hídricos, muito embora o Estado do Rio Grande do Sul tenha passado por uma dificuldade orçamentária muito severa, que tem impedido o fortalecimento do órgão gestor, que está muito debilitado. Tem sido um trabalho incessante da ANA no sentido de tentar convencer o governo a fortalecer o órgão gestor, sem o qual é impossível política de água. Os comitês são muito fortes e a sociedade civil participa muito dos comitês no Rio Grande do Sul, aliás, o primeiro comitê brasileiro nasceu lá no rio dos Sinos. Eu estive numa reunião do comitê do rio dos Sinos com

muita gente e participação, mas são comitês que ficam patinando porque não têm recursos. Não vai nem para frente e nem para trás. É um Estado complicado porque a irrigação de arroz desequilibra muito e as estiagens prolongadas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul exigem gestão, mais participação técnica dos atores públicos e sociais. É um desafio grande.

Entrevista com o secretário-executivo dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (estadual e federal), Luiz Roberto Moretti, concedida a Alessandra Morgado no dia 9 de maio de 2007, na sede do DAEE (Departamento de Água e Energia Elétrica) Piracicaba. Luiz Roberto Moretti participa ativamente do Comitê de Bacia Hidrográficas do Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ) desde antes de sua implantação.

1- Como vocês estruturaram inicialmente o colegiado? O Estado teve que montar toda a base ou a sociedade civil participou desde o começo?

Moretti – Quando saiu a lei estadual nº 7.663 dizendo que estava criado o comitê de bacia, a 7.663 criou dois comitês: o do PCJ e do Alto Tietê. Aqui na região foi constituído um grupo de trabalho com representantes da secretaria, que começou a se organizar sob o comando do DAEE, na época aqui era o Rui Brasil o diretor, junto ao pessoal da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e à Fundap, que foi inserida nesse grupo para dar o apoio administrativo para a constituição dessa figura nova, que ninguém sabia como é que era, chamada comitê de bacia.

O que se precisou fazer nesse primeiro momento foi se identificar quem eram os interlocutores da região. Dos órgãos do Estado estava fácil, então bastava saber quem falava pelos municípios e pela sociedade civil. O grande problema era definir quem era a sociedade civil. A lei dava uma indicação apenas, mas quem que você ia chamar para dizer: “Essa é a sociedade civil que vai fazer parte do comitê?”

Foi um trabalho bastante árduo na época onde foram realizados inúmeros seminários em diversas cidades da região, chamando-se todos aqueles que você poderia imaginar que representassem a sociedade civil: associações de classe, associações de bairro, lions, clubes de serviço, rotarys, associações de engenheiros, OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), enfim, chamávamos o pessoal das Câmaras de Vereadores. Algumas reuniões foram realizadas em câmaras. E também, na época, foi mantido um contato bastante estreito com o Consórcio (Intermunicipal dos Rios

Piracicaba, Capivari e Jundiaí), que já era uma estrutura existente desde 1989, que inclusive tinha experiência de estar trabalhando com os municípios e tinha uma plenária da sociedade civil que ajudou na identificação desses agentes. O que aconteceu na época é que muita conversa aconteceu.

Existia um número inicial para a composição do comitê, que foi um número que foi ajustado, porque conforme você conversava, o número mudava. O que é um processo natural mesmo, porque era uma coisa que ninguém sabe como é ou tem fórmula matemática para dizer vai ser assim. Então, você tinha que criar isso na negociação. Não podia ser um número pequeno porque precisava ser representativo, ao mesmo tempo não podia ser um número muito grande porque precisava ter gente para ocupar as vagas e o mínimo de possibilidade de organização administrativa. Você imagina tentar fazer um fórum de discussões com grandes números.

2- A proposta inicial do comitê já previa essas discussões, reuniões, encontros e câmaras com a necessidade de estar o tempo todo discutindo, decidindo e avaliando. Tinha que ser algo factível?

Moretti – Exatamente. Você tinha que ter um número de pessoas reunidas com as quais você pudesse discutir assuntos e não virasse uma assembléia estudantil. Eu me lembro que o número inicial, se não me engano, era 11. Não sei te dizer de onde veio. Quem poderia te dar uma informação mais precisa é o Rui Brasil, porque ele que comandou o processo. Se não me engano era 11, mas isso foi sendo ajustado conforme se discutia. Foi um exercício democrático porque você fazia reuniões com os prefeitos e eles discutiam entre si para tentar arrumar a forma de representação deles. Os órgãos do Estado também, então como tinha que ser tripartite, não adiantava pôr 30 membros em cada segmento, porque você não tinha 30 órgãos do Estado para pôr. Foi questão de ir se ajustando, se conversando e se ajustando em aproximações sucessivas até se chegar num número que até que foi o primeiro número que nós tivemos.

3- Dezesseis correspondia ao número de secretarias estaduais?

Moretti – Não. Na verdade foi uma mescla de secretaria com órgãos do Estado. Então, a Secretaria de Meio Ambiente tinha a CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), a CPFL e a CESP, que depois foram privatizadas e saíram para entrar a Secretaria de Energia. A coisa não saiu como está hoje do nada. Então, as coisas foram sendo ajustadas. A

última modificação que a gente fez - que virou 17 no estadual (comitê) - foi quando houve a implantação do federal. Foi o último ajuste que a gente fez para poder acomodar a composição, mesclando o comitê federal com o estadual.

4- Vocês acham fórmula atualmente boa. Ou há críticas internas sobre a composição? Por que há possibilidade de mudar, né?

Moretti – Olha, sempre há possibilidade de mudar. O que não pode mudar, por exemplo, é a paridade das composições. Nós não podemos mudar, por exemplo, o um terço (Estado), um terço (sociedade civil) e um terço (municípios), para mudar isso tem que mudar a lei 7.663, porque está na lei. Agora, se esse um terço são 17, 2 ou 200... isso é internamente que se resolve. No federal, a lei 9.433 fala em 50% em órgãos do governo e 50% sociedade civil. Só que a resolução do CRH (Conselho de Recursos Hídricos) disse que são 40% de órgãos do governo, 40% usuários e 20% sociedade civil (usuários). Então, para mudar isso, eu tenho que mudar a resolução do CRH. Existem coisas que fogem apenas da nossa vontade de alteração. A gente pode alterar o número, mas os percentuais de composição vêm de fora, extra-comitê.

5 – Mas, está funcionando para vocês?

Moretti – Olha, nos últimos anos não chegou para mim qualquer reclamação a respeito disso. Mesmo porque, quando criamos o comitê federal, aconteceu um fenômeno meio estranho que é o seguinte: nós temos dois plenários – o estadual e o federal – que a gente junta tudo num lugar só e delibera. Então, que composição é essa que nós temos?! Agora, por que isso está acontecendo assim e está tocando? Porque a gente discute muito antes de entrar (na plenária) nas câmaras técnicas, onde a participação é livre, não tem composição. A partir de amanhã a gente começa a dar posse para os novos membros de câmaras técnicas e eleições de coordenadores. Vamos ficar duas semanas fazendo isso. São quase 600 pessoas participando. Em tese, todas as pessoas têm a oportunidade de estar se manifestando. E tudo o que vamos levar para o plenário, a gente discute antes na câmara técnica. A gente discute, debate e leva para a CT-PL (Câmara Técnica de Planejamento) que é um miniplenário. A CT-PL tem uma composição que não é nem a da 9.433 e nem a da 7.663. Ela é 25% órgãos de governo (entenda-se União, Minas Gerais e São Paulo), 25% de municípios, 25% de usuários e 25% de organizações civis. Essa não é da composição, não é nem do CRH, nem da 7.663 e nem do Conselho Nacional.

6 – A existência da CT-PL está na legislação?

Moretti – A legislação diz que o comitê, se quiser, pode criar. E não põe qualquer restrição à forma de composição e ao funcionamento. Não existe nada a respeito disso. Essas são regras internas nossas mesmo. Essa CT-PL, desse jeito, foi criação nossa, ninguém tem. Ninguém faz assim. Nós criamos a CTPL dessa forma e o que a gente tem percebido é que funciona muito bem com essa composição. Aliás, essa composição, dessa forma, é mais ou menos como funcionam os comitês em Minas Gerais.

7 – Se você juntar usuários e sociedade civil tem 50% de governo e 50% de sociedade civil.

Moretti – Exatamente. Só que nos 50% de governo, você tem municípios, Estado e União. E nos 50% de sociedade civil, você tem usuários públicos e privados e organizações da sociedade civil. Então, é um mesclado que você tem que ter muita negociação. Tanto é que no dia da eleição do comitê, para se ter uma idéia, nós deliberamos dinheiro para o FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), deliberamos outras coisas e tudo passou rapidinho: eleição do presidente, dos secretários... tudo passou rapidinho. Daí, veio a composição da CT-PL... foi um pau. Quase se pegaram a tapa na reunião por causa da discussão.

8 – Por que o presidente é quase sempre eleito em consenso? É muito difícil ter disputa?

Moretti – Na verdade, o que acaba acontecendo é que você tem certo distúrbio na eleição para presidente na disputa dos cargos de prefeito. Quando não tem mudança, o que acontece geralmente é que o prefeito se candidata à reeleição e os outros não vão à briga por causa disso. Eles se entendem. Tanto é que a gente bota eles numa sala e que se virem. E eu acho que tem que ser isso mesmo. Eu acho que tem que ser assim mesmo. É o linguajar deles... eles se entendem. Não adianta eu, um técnico, querer me meter para tomar uma decisão. Não vai, minha cabeça não funciona de acordo com a deles. Eles se entendem. Mas, na sociedade civil, teve briga. Toda eleição tem disputa porque eles sabem que a CT-PL é uma posição-chave. É lá que as coisas são decididas. Aquelas entidades têm uma influência sobre outras. Então, quando chega no plenário, aquilo já foi azeitado. Então, passa. Eles sabem que a chave é a CT-PL.

9 – Existe CT-PL em todos os comitês?

Moretti – Como a nossa não.

10 - A gente tem todos os mecanismos de gestão implantados aqui?

Moretti – Sistemas de informações, a gente tem. Cobrança, outorga, agência.. não tem agência estadual ainda, mas temos secretaria-executiva e FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), que funcionam quase como se fosse uma agência de bacias. Nós temos plano, relatório de situação (atrasado), mas tem. Vai olhar os outros.

11- O que você acha da participação da sociedade civil no comitê?

Moretti – Eu diria que a sociedade civil participa, sim. No mesmo nível de participação dos outros. Uma ou outra entidade acaba falhando, ocupa a vaga e não vai. Assim como acontece com os prefeitos que, às vezes, vão e brigam e não aparecem. Assim como tem órgãos do Estado que não vão. Isso tem em todos os três segmentos. Mas nos três segmentos, se você puser na ponta do lápis, você vai ver que o percentual de participação é de 80% a 85%. É um índice alto de participação.

12- Você falou que o Banco de Águas foi um grande avanço no sentido de negociação de conflitos pela água?

Moretti – Na verdade não foi construída uma única obra para se reservar água para a bacia. O que se fez? Se criou uma regra dizendo o seguinte: eu (bacia PCJ) passei a ter direito a um volume de água. Eu tenho direito, eu uso se eu quiser. E quando eu não quiser usar... a grande novidade é... se não quiser usar, você não perde essa água. Você deixa armazenada lá no reservatório, que é o caso do Cantareira. Como esses reservatórios dificilmente ficam cheios totalmente, é uma vez a cada cinco ou seis anos que eles enchem, você tem espaço para reservar água. Então, de uma hora para outra, eu que não tinha nada, passei a contar com isso. Dados de abril mostram que o que tem de água reservada lá permitiria eu estar descarregando $18 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$ para a bacia. É significativo? Muito. Tanto é que, no último comunicado, eu poderia descarregar $15 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$ a jusante, mas a bacia deliberou que as vazões atuais dos rios eram suficientes e mandaram liberar $3 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$. Então, eu estou deixando $12 \text{ m}^3 \text{ s}^{-1}$.